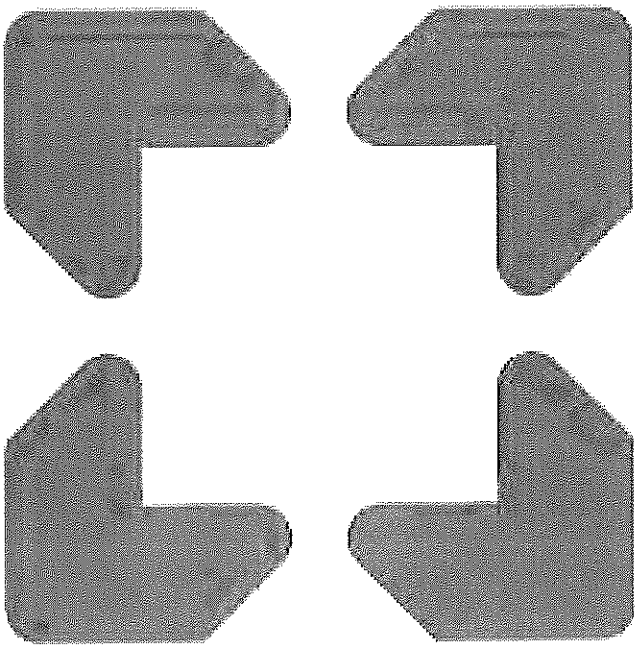
MARL

Mercado Abastecedor
da Região de Lisboa

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2013



MARL
Mercado Abastecedor
da Região de Lisboa

RELATÓRIO DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ÍNDICE

1. *Enquadramento Macroeconómico* 2

2. *Nota introdutória* 3

3. *Síntese de Indicadores* 6

4. *Estratégia* 7

5. *Atividade da Empresa* 9

5.1. Área Comercial 9

5.2. Área Técnica e Operacional 14

5.3. Sistemas de Informação e Telecomunicações 31

5.4. Área Jurídica 32

5.5. Qualidade 33

5.6. Recursos Humanos 34

6. *Responsabilidade Social* 38

7. *Análise Económica e Financeira* 39

7.1 Performance Económica 40

7.2 Performance Financeira 49

7.3 Análise do impacto de perdas por imparidade em ativos fixos 57

8. *Aplicação de Resultados* 61

9. *Outras Informações* 61

10. *Perspetivas Futuras* 61

11. *Referências Finais* 64

Anexo ao Relatório de Gestão 65

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2013 fica marcado pela consolidação do processo de ajustamento da economia portuguesa, caracterizado por uma política orçamental fortemente restritiva, por uma desalavancagem gradual mas significativa dos setores público e privado, incluindo o setor bancário, em linha com o ocorrido em anos anteriores.

Esta conjuntura económica tem impactado negativamente no consumo privado, que tem sido marcado por uma contração acentuada, e o setor alimentar, apesar de ser reconhecido como um dos mais resilientes da economia, foi também fortemente afetado.

Adicionalmente, a tendência verificada nos últimos anos para as perdas de clientes do segmento de retalho tradicional e no sector da restauração, segmentos chave para muitos grossistas, teve impacto significativo no valor de faturação do conjunto dos operadores grossistas e na sua exposição ao Mercado Abastecedor de Lisboa.

Também a crescente e continuada penetração dos "hipermercados", com acesso direto em condições favoráveis às grandes cadeias de distribuição internacionais, cria fatores de pressão adicionais sobre os operadores do mercado.

Neste contexto, para 2014, é expectável que os negócios de retalho e de logística continuem pressionados por constrangimentos macroeconómicos, pelo que será expectável que, em simultâneo, se mantenha a pressão para a obtenção de ganhos de eficiência operacional, nomeadamente sobre a redução das taxas de utilização dos espaços, assim como aumente substancialmente o risco de sustentabilidade económica dos operadores.

No boletim de inverno do Banco de Portugal é revista em alta o crescimento do PIB para 2014 e uma alteração da sua composição, traduzida num maior contributo da procura interna e um menor contributo das exportações líquidas. Estes indicadores, sejam macroeconómicos ou setoriais, contribuem para que, por parte dos agentes económicos, exista uma expetativa positiva de que a situação em 2014 irá ser mais favorável.

O próprio Banco de Portugal, alerta para a existência de riscos para 2014 de uma menor recuperação da atividade, resultantes da possibilidade de uma evolução mais desfavorável do enquadramento externo, com reflexo nas exportações, bem como de uma menor recuperação da procura interna. Em particular, o consumo privado poderá registar em 2014 uma recuperação mais moderada, nomeadamente tendo em conta que as atuais previsões apontam para uma diminuição da taxa de poupança. Não obstante a possibilidade de uma evolução

menos favorável da procura, os riscos para a inflação em 2014 consideram-se globalmente equilibrados.

2. NOTA INTRODUTÓRIA

Antes de avançarmos com a análise da atividade da empresa ao nível operacional e financeiro, importa fazer aqui um breve enquadramento de uma situação de impacto relevante na situação económica e patrimonial da empresa relacionada com o reconhecimento de imparidades dos ativos fixos da MARL, na sequência de teste de imparidade realizado com referência à data de 31 de dezembro de 2013.

Decorrente do processo de aquisição da participação do Estado Português na SIMAB pela Parpublica, em janeiro de 2013, foram apuradas diferenças significativas entre os capitais próprios contabilísticos e o *equity value* atribuído ao Grupo, o que indicia uma situação de imparidades nos ativos. Perante este indício, no final de 2013, e a pedido da Parpublica, o Grupo SIMAB procedeu à análise de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis. As Unidades Geradoras de Caixa (UGC) definidas coincidem com as participadas da SIMAB, SA., tendo a MARL sido também alvo deste processo.

Do teste de imparidade realizado foi apurada uma quantia recuperável dos ativos fixos da MARL, SA, no montante de 93.502 milhares de euros, inferior ao valor escriturado, tendo gerado uma perda por imparidade (líquida de impostos diferidos) no montante de 19.300 milhares de euros.

É entendimento da Administração que as Demonstrações Financeiras refletem assim uma informação financeira mais real, relevante e fiável tornando-se, desta forma, mais útil e adequada às necessidades de decisão dos diferentes *stakeholders*.

Os pressupostos e os métodos utilizados no cálculo da imparidade encontram-se explicitados e divulgados de forma mais pormenorizada no ponto 7.3) deste relatório e na nota 8 das "Notas às Demonstrações Financeiras".

Por forma a não desvirtuar a comparabilidade evolutiva dos dados, a análise que se segue incide sobre os resultados antes do reconhecimento das imparidades, expurgando assim o impacto da imparidade, quer dos resultados económicos, quer da situação patrimonial da empresa.

Os resultados de 2013 revelaram-se positivos e em linha com os objetivos traçados: (i) rentabilização o uso dos recursos e melhoria da eficiência operacional a todos os níveis, mantendo o grau de flexibilidade necessário para responder aos desafios que representam as condições de mercado em constante mudança; (ii) controlo de custos; (iii) investimentos em projetos devidamente analisados e fundamentados.

Apesar das condições adversas existentes em Portugal, foi possível manter as taxas de ocupação e obter rendimentos de taxas de utilização superiores às de 2012 em 1%, ainda que, numa abordagem global dos rendimentos, se tenha assistido a uma quebra de 5%, motivado por uma redução substancial da rescisões de contratos com taxas de acesso, e à consequente redução da integração plena, o que pode ser lido no sentido de que foi possível acomodar, na atividade, algumas das questões à rescisão de contratos e a manter os operadores, em atividade, no MARL.

Apesar da conjuntura económica, a assinatura de 44 novos contratos evidencia o dinamismo da atividade comercial, e a realização de um conjunto de contactos que deixam boas perspetivas para novos negócios num futuro próximo. No plano comercial, destaca-se ainda a conversão em definitivo, em novembro de 2013, dos dois Contratos Promessa de Constituição de Direito de Superfície, assinados em Março de 2012, para 2 parcelas no topo norte do terreno do Mercado, de 6,7271 hectares cada, para instalação de duas centrais fotovoltaicas.

A diversificação das atividades dentro do Mercado tem vindo a ser dinamizada, no sentido de complementar a atividade de mercado abastecedor. Neste sentido, releva-se a expansão de um dos maiores grupos operadores nacionais de transporte e logística, com a ocupação, em abril de 2013, de mais uma área coberta de 10.135 m^2, e em janeiro de 2013, de uma área descoberta (R03), junto ao Edifício inicial (R01), de 11.000 m^2, ampliando desta forma o seu negócio e reforçando a aposta da presença deste Grupo no MARL, ocupando agora uma área coberta total de cerca de 28.100 m^2.

De destacar ainda, a nível comercial, que foi possível no final de 2013 antecipar o cumprimento de um dos principais objetivos comerciais para 2014, ao comercializar o Topo Norte do Pavilhão A07.

Ao nível dos gastos operacionais, concretizando um elevado esforço para assegurar o equilíbrio das atividades operacionais, foi desenvolvido um processo sistemático de revisão de todos os contratos com fornecedores, seja pela renegociação dos mesmos, seja pela implementação de medidas que aumentaram a eficiência dos serviços prestados, permitindo reduzir o custo unitário, que permitiu uma redução de 12%.

Os impactos negativos da redução de atividade económica, que se fizeram sentir de forma transversal a todos os nossos setores de negócio foram assim, em parte, mitigados por medidas de gestão que permitiram atingir os resultados obtidos.

Em 2013, a MARL, SA apresentou um resultado líquido positivo, no montante de 1.890 milhares de euros (acima de 2012 nominalmente em 636 milhares de euros) e margens operacionais positivas de 68% ao nível do *EBITDA* e de 41% ao nível do *EBIT*, acima de 2012 em 5pp.

Para além do reforço da capacidade operacional, o ano que agora termina foi também caracterizado pelo reforço da solidez financeira da empresa, que reduziu a sua dívida líquida em 5.924 milhares de euros (-8%), permitindo ao MARL enfrentar com confiança os desafios de desenvolvimento e crescimento, que se lhe deparam no futuro.

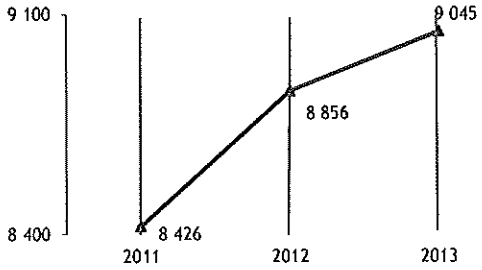
O CAPEX ascendeu a cerca de 257 milhares de euros, refletindo a necessidade de proceder a determinadas intervenções, inadiáveis, na área das benfeitorias em edifícios e equipamentos de grande porte (Chillers), essenciais para que tenha continuidade a elevada qualidade das infraestruturas.

Para além das orientações e objetivos de consolidação e rentabilização do MARL, e de forma a dar cumprimento dos compromissos de natureza financeira em matéria de reembolso do empréstimo do Banco Europeu de Investimento e reforço da estrutura financeira da empresa, foram realizadas prestações acessórias de capital acionista, no montante de 560 milhares de euros, e realizado o capital social subscrito em anos anteriores, no montante de 2.300 milhares de euros. Este *apport* de capital, aliado ao reforço da capacidade de geração de *cash-flow* permitiu reduzir o passivo bancário da empresa em 6.814 milhares de euros.

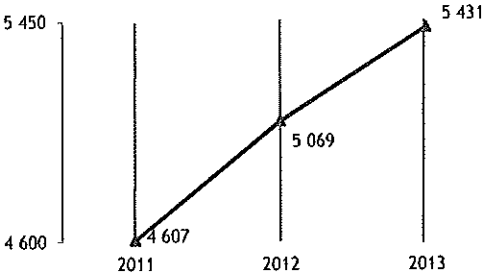
Não obstante esta evolução favorável, o atual contexto macro económico, as medidas constantes no Orçamento de Estado, as orientações emanadas pelo Governo para o Setor Empresarial do Estado e a concretização e controlo das medidas de redução de custos, indicam que deve ser adotada uma atitude prudente, de forma a aumentar a resiliência da empresa a um período de crescimento da economia que se antecipa ténue nos próximos anos.

3. SÍNTESE DE INDICADORES

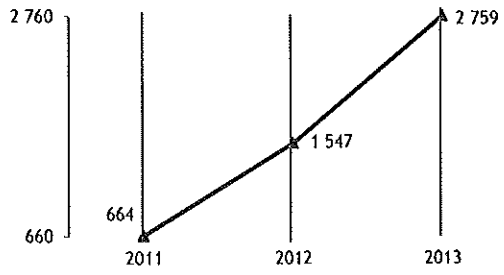
EBITDA (milhares de euros)



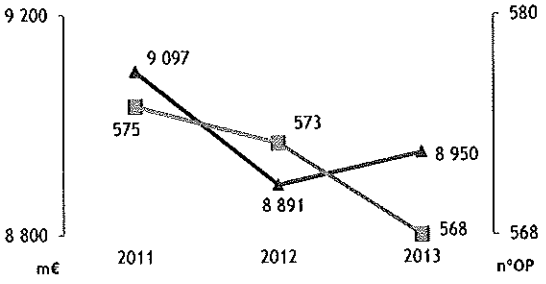
EBIT (milhares de euros)



RAI (milhares de euros)



TAXAS UTILIZAÇÃO/Nº OPERADORES



Dados Económicos e Financeiros

milhares de euros	2011	2012	2013	Var (2013/2012) ABS	Var (2013/2012) %
Rendimentos Operacionais	14 041	13 949	13 246	-703	-5%
EBITDA[1]	8 426	8 856	9 045	189	2%
Resultado Operacional[2]	4 607	5 069	5 431	362	7%
Resultados Financeiros	-3 944	-3 522	-2 672	850	-24%
Resultado Antes de Imposto	664	1 547	2 759	1 212	78%
Resultado Líquido do Período	331	1 254	1 890	636	51%

[1] Exclui subsídios ao investimento

[2] Resultados antes de juros e impostos

Dados Económicos e Financeiros

milhares de euros	2011	2012	2013	Var (2013/2012) ABS	Var (2013/2012) %
Ativo Fixo (líquido)	148 705	144 626	140 810	-3 816	-3%
Dívida de clientes	1 498	1 258	1 267	9	1%
Dívida Líquida[3]	73 153	71 087	64 763	-6 324	-9%
Subsídios	11 620	11 330	11 328	-2	0%
Capital Próprio	30 260	31 635	36 719	5 084	16%

[3] Inclui Prestações Acessórias de Capital

4. ESTRATÉGIA

O Plano Estratégico da MARL, SA (2012 -2016), define um conjunto de objetivos estratégicos que se acredita firmemente que deverão guiar as ações e ajudar a delinear os planos estratégicos individuais. São sobretudo ideias centrais que irão orientar o desenvolvimento dos negócios e a respetiva adaptação à evolução contínua das circunstâncias com que a Empresa se deparará. Trata-se de antecipar o modo como a MARL se apresentará no futuro.

Manutenção e Modernização das Infraestruturas

A manutenção e modernização das infraestruturas é uma das principais prioridades da MARL, SA para os próximos 5 anos, constituindo um importante objetivo estratégico. Um dos aspetos que marca a diferença do MARL relativamente a outras estruturas comerciais de natureza similar é, inquestionavelmente, a qualidade das suas edificações e equipamentos, devendo este ser um fator a preservar e a ter em atenção nos próximos 5 anos.

Implementação de uma Estratégia de Comunicação Interna e Externa

Nos últimos anos muito foi feito para promover e aumentar a comunicação interna, inter-departamental, inter-sociedades gestoras e, entre estas e a sua holding, quer através do recurso a meios tecnológicos (Primavera, intranet, internet, etc.), quer através de meios e eventos físicos (Encontro do Grupo SIMAB, Encontro de Diretores, Encontros de Gestores de Negócio, etc.). Em termos de comunicação externa e depois de uma intensa campanha de início de atividade do MARL, desde então, e atendendo às restrições orçamentais existentes, apenas pontualmente têm sido decididas e efetuadas algumas ações de comunicação externas.

Ao nível da **comunicação interna**, foram desenvolvidos alguns projetos que serão continuados e pormenorizados nos próximos 5 anos, designadamente: a implementação do *Balanced Scorecard* (BSC); o desenvolvimento do *Enterprise Resourse Systems* (ERP); a criação de uma base de dados de clientes, com base na recolha e sistematização dos contactos dos operadores que exercem atividade no MARL, para facilidade de contacto e implementação de novos processos, nomeadamente faturação por via eletrónica e demais expediente e necessidades, a partir de fontes documentais existentes no MARL e inquéritos aos operadores.

Crescimento, Consolidação e Redefinição do Negócio

Os Mercados Abastecedores são hoje entendidos num conceito mais amplo de Plataformas Logísticas de Base Alimentar, sendo estruturas dinâmicas e polivalentes, multipolares, multiprodutos e multifunções, inseridas em corredores estratégicos, onde se congregam uma grande multiplicidade de produtos e agentes económicos do setor alimentar e não alimentar, exercendo funções e atividades de comércio grossista, de distribuição e logística, e ainda outras atividades de apoio à produção agro-alimentar e a todos os agentes e utilizadores dos Mercados Abastecedores. No caso específico do MARL, embora a função de área comercial destinada ao comércio alimentar ainda ultrapasse o dedicado a outras atividades, constata-se que progressivamente, estas últimas têm vindo a ganhar importância, muito devido à procura existente por parte das empresas de Logística.

Em termos de negócio, seguindo a tendência natural da evolução dos Mercados Grossistas a nível mundial, é claramente objetivo estratégico do MARL o alargamento do seu *core target*, às atividades de "Logística" como forma de complemento das atividades tradicionalmente associadas de "Mercado" grossista.

A concretização deste objetivo passará pela reorganização do *layout* comercial do MARL, pela captação de novos operadores e atividades e pela expansão do MARL.

Sustentabilidade Ambiental

O aumento da inovação e eficiência nos sistemas de distribuição de água e eletricidade do MARL e a redução dos respetivos consumos, a par com a melhoria da eficiência nos circuitos de recolha e tratamento de resíduos sólidos são os principais objetivos estratégicos a atingir como forma de garantir a sustentabilidade ambiental e manter o nível do serviço prestado nestas áreas aos utentes do Mercado. Pelo significado operacional, financeiro e sobretudo ambiental que assumem, a sua melhoria constitui um objetivo estratégico a desenvolver nos próximos 5 anos.

5. ATIVIDADE DA EMPRESA

5.1. ÁREA COMERCIAL

Ocupação dos Pavilhões em 31 de dezembro de 2013

Pavilhões Principais	Nº Espaços			Tx de Ocup DEZ13	Tx de Ocup DEZ12
	Total	Ocupados	Vagos		
Plataforma dos Álamos					
A01	72	72	0	100%	100%
A04	72	69	3	96%	96%
A05	36	36	0	100%	100%
A06	72	71	1	99%	99%
A07	36	33	3	92%	86%
A08	72	72	0	100%	99%
A09	36	36	0	100%	100%
A10	188	184	4	98%	97%
A11	4	4	0	100%	100%
Plataforma do Rouco					
R02	91	81	10	89%	93%
R04	60	54	6	90%	67%
R07	120	104	16	87%	93%

O MARL registou mais um ano de consolidação na taxa de ocupação dos espaços, em 2013 verificou-se uma ocupação próxima dos 100% na maioria dos Pavilhões do Mercado. Apesar de diminuições pontuais em alguns sectores de atividade, que decorreram da conjuntura adversa, do crescimento do número de insolvências e das dificuldades de acesso ao crédito por parte das empresas, a política de dinamização comercial, junto das empresas da área da logística e da atividade grossita, contribuiu de forma decisiva para o aumento do número de contratos celebrados em 2013, num total de 44.

Destaca-se o contrato com uma das maiores empresas da área dos transportes e logística a operar em Portugal, que aumentou em mais 10.000 m^2 de área coberta a sua presença no MARL.

Saliente-se a ocupação de uma área de 1.210 m^2 (10 boxes) no Pavilhão R04 e uma área de 726 m^2 (6 boxes) no Pavilhão A07.

Ainda no pavilhão A07 foi possível colmatar a desocupação do entreposto existente no topo norte, com a contratualização no final de 2013, para a ocupação desse espaço por parte de um cliente já a operar no Mercado.

Por forma a mitigar os efeitos da atual conjuntura e procurando ajustar-se ao mercado, o MARL recorreu a políticas de comercialização mais flexíveis, renegociação de contratos com vista à permanência dos grandes clientes no MARL e procurou potenciais clientes em áreas diversas e complementares à sua atividade principal, o que tem viabilizado a instalação de novos operadores no Mercado e fazer face às rescisões que se verificaram este ano, maioritariamente por situações de insolvência.

Preconizando uma política de fomento ao desenvolvimento e crescimento dos seus clientes, o MARL mantém um protocolo de colaboração com a Portugal Fresh, associação que tem como finalidade promover as frutas, legumes e flores de Portugal, nacional e internacionalmente.

Em maio de 2013, por iniciativa dessa associação, decorreu nas instalações do MARL, o 1º Congresso Internacional das Frutas, Legumes e Flores de Portugal, onde foi discutido o presente e o futuro dos setores que promove, centrando o programa na ligação entre a produção e o mercado e que contou, entre outros oradores, com a presença da Ministra da Agricultura.

GRANDES CLIENTES - OUTRAS ÁREAS

A localização privilegiada do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, a disponibilidade de áreas com maior dimensão e a oferta integrada de serviços, têm-se revelado como fatores determinantes na aposta, de algumas empresas, no MARL.

Um dos grupos de logística, instalado no MARL, aumentou a área ocupada, ampliando desta forma o seu negócio e reforçando a aposta no seu armazém de logística e transportes, já instalado no MARL desde o ano de 2005, ocupando agora uma área total de cerca de 28 mil m^2.

A disponibilização de áreas mais extensas, com condições de armazenagem de bens e equipamentos, no pavilhão R04 permitiu, em outubro de 2013, a contratualização com um organismo do Estado de uma área de 1.210 m^2 (10 boxes de 121 m2).

A qualidade das instalações, a localização do MARL, no centro dos principais eixos rodoviários do país, a diversidade e qualidade dos produtos comercializados, foi determinante para a instalação, de uma empresa da área da transformação de produtos agro - alimentares, numa área de 726 m^2 (6 boxes) do Pavilhão A07.

O MARL celebrou, em Dezembro de 2013, contrato com operador, já anteriormente instalado em outras unidades de negócio, para uma área de armazém de 2.615m^2 e 243m^2 de escritório, no Topo Norte do Pavilhão A07, expandindo desta forma a sua posição no MARL, e permitindo colmatar a saída de um outro operador, em junho de 2013, dessa mesma área.

Conforme previsto no contrato assinado no último trimestre de 2012, o *Cash & Carry*, instalado numa área de 1.500 m^2, no Pavilhão A03, entrou em funcionamento em fevereiro de 2013. A abertura deste *Cash & Carry* permite ampliar ainda mais o leque de serviços ao dispor dos utentes do Mercado, permitindo simultaneamente o abastecimento de produtos frescos e complementares aos retalhistas que nos visitam diariamente.

No final de 2013 foi convertido em definitivo o contrato de direito de superfície para instalação de mais uma central fotovoltaica nos terrenos do MARL, cuja inauguração está prevista para o 1° trimestre de 2014.

SETOR HORTOFRUTÍCOLA - PLATAFORMA DOS ÁLAMOS

No setor hortofrutícola, manteve-se a tendência de crescimento dos operadores já instalados, que têm vindo a absorver os espaços libertados por rescisões contratuais ou por cedência de posição contratual. Nesse sentido, verificou-se uma diminuição do número de empresas no Mercado, mas um aumento da dimensão média dos operadores instalados.

A organização e a distribuição física dos pavilhões por dimensão e tipologia (Entrepostos, Grossistas, Médios Grossistas e Produtores) facilitam uma maior e mais pormenorizada monitorização das atividades dos nossos clientes, o que nos deixa claramente perceber quais as carências e dificuldades de cada um dos grupos, independentemente da sua dimensão ou especificidade. São notórias as sinergias nas trocas comerciais entre operadores de diferentes dimensões, existindo inclusive grossistas, a operar no mercado internacional, que se especializaram na importação de produtos hortofrutícolas mais específicos e que os vendem aos médios grossistas sediados no MARL, que posteriormente os escoam para o retalho.

Apesar da instabilidade da economia e do estado do tecido empresarial português, verificamos que o MARL desempenha um papel fundamental no comércio por grosso de hortofrutícolas, designadamente nos médios grossistas, Pavilhões A01/A04/A06/A08, nos quais apenas temos disponíveis para comercialização três espaços, com uma área de 80 m^2/cada.

Pavilhão A01	2013
Contratos Novos	1
Renovações	0
Cedências	9
Rescisões Unilaterais	1
Acordos Rescisão	0
Transferência Posição	0

Pavilhão A04	2013
Contratos Novos	4
Renovações	0
Cedências	7
Rescisões Unilaterais	0
Acordos Rescisão	3
Transferência Posição	1

Pavilhão A06	2013
Contratos Novos	2
Renovações	0
Cedências	2
Rescisões Unilaterais	2
Acordos Rescisão	0
Transferencia Posição	0

Pavilhão A08	2013
Contratos Novos	1
Renovações	2
Cedências	5
Rescisões Unilaterais	0
Acordos Rescisão	3
Transferencia Posição	1

Foi dada continuidade ao trabalho desenvolvido, no sentido de impulsionar a comercialização dos espaços disponíveis. Reflexo desse trabalho e dessa dinâmica comercial neste setor, é o registo de 20 novos contratos, ao longo do ano 2013, incluindo as renovações de ocupações com atualização de preços, bem como o número de cedências de posição contratual, num total de 38, número igual ao registado em 2012.

No entanto, o setor das hortofrutícolas não deixou de sentir os efeitos da instabilidade da economia nacional, ao longo do ano 2013, com reflexo em 20 rescisões contratuais, tendo sido apenas 5 de forma unilateral, por incumprimento contratual, de salientar que foi possível recuperar a dívida total através da assinatura de acordos de pagamentos.

O Pavilhão A05, dos Grandes Grossistas, não sofreu alterações significativas, o que demostra a estabilidade das empresas aí instaladas.

Ao longo dos anos, a atividade do Pavilhão A07, como Pavilhão de venda tem vindo a ser alterada, funciona essencialmente como Entreposto e a maior parte das empresas instaladas são centrais de compra, de transformação de produtos agroalimentares, produtos de 4ª gama.

Pavilhão A07	2013
Contratos Novos	4
Renovações	0
Cedências	0
Rescisões Unilaterais	0
Acordos Rescisão	2
Transferência Posição	0

Conforme anteriormente referido este pavilhão viu ocupadas em 2013 áreas de 726 m^2 (representa área de 6 boxes) e 2.858 m^2 (representa área de 18 boxes, tipologia do resto da área desta unidade de negócio), em dois novos contratos, respetivamente. As 18 boxes ocupadas em dezembro, colmataram a saída de um cliente, em junho de 2013.

Neste setor salienta-se a ocupação de três entrepostos (A11, A09 e A12) por empresas importadoras e exportadoras de produtos hortofrutícolas.

Pavilhão A10	2013
Contratos Novos	6
Renovações	0
Cedências	15
Rescisões Unilaterais	2
Acordos Rescisão	2
Transferência Posição	6

O pavilhão A10, que oferece espaços de 17 m^2, é caraterizado por ser ocupado por pequenas e micro empresas ou mesmo empresários em nome individual, sendo alguns deles produtores agrícolas.

Neste pavilhão também se verificou um aumento do número de contratos, 6 em 2013 e 2 em 2012. Um dos contratos celebrados foi em regime de concessão a 25 anos, com pagamento de taxa de acesso.

No que diz respeito ao Pavilhão dos Produtores (A03), inscreveram-se 378 produtores até dezembro de 2013, tendo-se verificado menos 13 inscrições, relativamente a 2012. Este é um pavilhão muito visitado pelos utentes do mercado, permitindo que os Produtores escoem os seus produtos, em espaços de 3 m^2 que podem reservar antecipadamente.

Setor do Pescado e Polivalente - Plataforma do Rouco

O sector do pescado foi um dos setores mais penalizados pela atual conjuntura, os médios e pequenos grossitas, com menor capacidade de liquidez financeira, sofreram o impacto de diversos

fatores negativos como a retração no consumo, aumento dos combustíveis e energia, aumento do número de incobráveis e o acesso cada vez mais difícil ao crédito bancário.

Resultado da instabilidade financeira neste setor foi o registo de 15 rescisões contratuais, 7 rescisões unilaterais, por incumprimento contratual e 8 rescisões contratuais por mútuo acordo.

Ao longo do ano esta tendência foi sendo contrariada com a entrada de 3 novas empresas no último trimestre de 2013, o que é manifestamente o resultado de uma renovação ao nível dos agentes económicos do setor do Pescado que naturalmente preenchem um espaço deixado vago por outras empresas.

Pavilhão R07	2013
Contratos	8
Renovações	4
Cedências	5
Rescisões Unilaterais	7
Acordos Rescisão	8
Transferencia Posição	5

Apesar das dificuldades que este setor de atividade está a passar, realça-se a realização de 12 novos contratos incluindo renovações de ocupações, dos quais um foi uma concessão a 25 anos e os restantes com caracter temporário mas renováveis.

O Pavilhão R07 é a única infraestrutura do país com número de controlo veterinário e de licença sanitária. Inseridas no pavilhão do Pescado estão ainda disponíveis serviços de apoio às transações dos grossistas de pescado, nomeadamente câmaras de frio, fábrica de água salgada e fábrica de gelo laminado, o que representa uma mais-valia para empresas tendo em conta que as regras higio - sanitárias são vez mais importantes e exigentes na comercialização de pescado fresco.

Algumas empresas de maior dimensão estão presentes no pavilhão polivalente, instaladas em boxes de 121 m^2, atualmente, a quantidade de pescado fresco que entra no Mercado e que se destina à Grande Distribuição é bastante significativa, contudo, este canal é cada vez mais seletivo na escolha que faz dos seus fornecedores. Os grossistas deste setor, pela sua dimensão, desenvolveram uma dinâmica de transações em grande quantidade e qualidade que lhes possibilita apostar em clientes de maior dimensão (grandes superfícies, exportações e outros grupos de grande e média dimensão).

As 6 boxes desocupadas, decorrente de Acordos de Rescisão, foram repostas com a assinatura de um contrato único para a mesma área de 726 m^2, com um prazo de contrato mais alargado e por valor de taxa de utilização superior.

O pavilhão R04 foi a unidade de negócio que mais se destacou no ano 2013, pela sua recuperação face a anos anteriores, apresentando uma taxa de ocupação de 90%, que compara com 67% no final de 2012.

Pavilhão R04	2013
Contratos	6
Renovações	0
Cedências	0
Rescisões Unilaterais	0
Acordos Rescisão	6
Transferencia Posição	1

Contribuiu para a referida recuperação, o contrato assinado no último semestre de 2013, para a ocupação de uma área de 1.210 m^2 (10 boxes).

A estratégia comercial, para esta unidade de negócio, passou por alargar a oferta a clientes de outras atividades e setores, cuja procura incidisse em áreas mais extensas.

Foi possível neste pavilhão comercializar uma área de 242 m^2 (2 boxes) a uma empresa de um grupo empresarial da área dos transportes e logística, já instalado no MARL.

Verificou-se ainda uma transferência de posição contratual de um escritório do R04 para escritório com as mesmas caraterísticas no pavilhão A07.

SETOR DAS FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS

Pavilhão R02	2013
Contratos	2
Renovações	0
Cedências	2
Rescisões Unilaterais	0
Acordos Rescisão	6
Transferência Posição	4

O mercado das flores e plantas ornamentais está concentrado no pavilhão R02 e está dividido em espaços de 17 m^2 e boxes de 39 m^2.

A crise económica está a afetar fortemente a atividade dos grossistas deste setor, se a diminuição do poder de compra se faz sentir nos outros sectores de atividades, hortofrutícolas e pescado, no comércio por grosso de flor de corte e plantas ornamentais ainda é mais notória. Esta situação tem forçado as empresas a reduzir custos e redimensionar a sua atividade o que tem conduzido à transferência dos Operadores para espaços comerciais de menor dimensão ou diminuição do número de espaços de venda.

5.2. ÁREA TÉCNICA E OPERACIONAL

A MARL, SA tem a responsabilidade da gestão do Mercado e a gestão desta plataforma logística e de todas suas infraestruturas, com vista à satisfação do cliente e de todos os agentes económicos utilizadores do Mercado, exige o bom funcionamento de áreas fundamentais, que vão desde a manutenção de edifícios e equipamentos, à limpeza, à vigilância e segurança, à cobertura do risco da atividade operacional e todas as outras prestações de serviços complementares às atividades do Mercado.

MANUTENÇÃO

- *Serviços de Manutenção de Equipamentos e Instalações*

No início de 2013, decorrente de procedimento de contratação pública, foi celebrado contrato com a Visacasa para aquisição de serviços de manutenção de equipamentos e instalações no

MARL, com uma redução de 47% face ao valor de 2012. Dever-se-á ter, no entanto, em consideração que se mantiveram os padrões de qualidade dos serviços prestados, sendo que esta redução foi conseguida devido a uma reorganização dos meios humanos afetos à prestação de serviços.

Regista-se um maior número de avarias, nomeadamente nos materiais de casa de banho, portões, portas rápidas e equipamentos de refrigeração instalados nas boxes, justificado pelo desgaste dos equipamentos e pelo tipo de utilização a que estão expostos. A utilização de equipamentos de transporte de maior capacidade no interior dos pavilhões por parte dos operadores tem provocado também a degradação do pavimento e juntas. Por forma a garantir a operacionalidade de equipamentos e edifícios foram efetuados trabalhos de manutenção preventiva e corretiva.

A reparação dos *chillers* é uma ação fundamental para a reposição do correto funcionamento das centrais térmicas e da climatização de boxes e pavilhões, mas não o único. A reposição dos níveis de glicol dos circuitos de água arrefecida contemplados em sede de projeto (10% monoetilenoglicol), a substituição de válvulas e termóstatos em frigodifusores e UTA's (Unidades de tratamento de ar), a correção de troços de isolamento e a substituição de troços de tubagem danificados são os passos necessários ao restabelecimento do correto funcionamento da climatização dos pavilhões do MARL e prolongar o tempo de vida útil destes equipamentos.

Tendo em conta o número de horas de funcionamento dos *chillers*, foi necessário intervir neste tipo de equipamento e substituir componentes com evidentes sinais de desgaste, para reposição das condições normais de funcionamento.

As intervenções, lavadas a cabo em 2013, abrangem os equipamentos dos pavilhões A01, A04, A05, A06, A07 e A08, e consistem em ações várias, como sejam, a substituição de compressores, a deteção e reparação de fugas, a substituição de componentes elétricos e eletrónicos, entre outros.

O objetivo final dos trabalhos desenvolvidos é garantir a completa operacionalidade de, pelo menos, um *chiller* nos pavilhões considerados. Desta forma garantir-se-á a operacionalidade da climatização dos pavilhões na maior parte do tempo, ficando, porém a redundância inicialmente preconizada em sede de projeto comprometida tendo em consideração que em vários pavilhões a unidade de *standby* encontra-se mecanicamente inoperacional. Por esta razão iremos proceder durante 2014 a intervenções nos restantes equipamentos/*chillers*.

➢ *Manutenção da fábrica de produção de gelo*

Em 2013 procedeu-se à reabilitação de equipamentos constituintes da fábrica de produção de gelo, existente no pavilhão do pescado, por forma a garantir a qualidade e frescura do pescado aí comercializado. As intervenções iniciaram-se em outubro, mas dada a sua dimensão só está prevista a sua conclusão para o 1º trimestre de 2014.

Pretende-se assim um aumento de eficiência na produção de gelo, melhoria da dissipação de calor de condensação, reduzindo o esforço de órgãos mecânicos vitais - compressores - e melhoria das condições de armazenamento de gelo com a inerente redução de custos elétricos e de reposição de componentes associados.

Intervenções efetuadas:

- Circuitos elétricos de potência e comando;
- Silo de armazenamento de gelo, com reparação do evaporador, reparação do sem fim de descarga de gelo, instalação de camara de controlo, revisão geral ao sistema *ice rack* existente e eliminação de oxidações;
- Torre de arrefecimento do sistema e dos seus constituintes, com lubrificação de chumaceiras das turbinas, substituição de rolamentos na turbina e bomba de água, lavagem química dos aspersores e coletores, substituição de placas retentoras deterioradas e eliminação de oxidações;
- Compressores, incluindo purga do sistema e reabastecimento dos níveis de óleo e eliminação de fugas de NH3, alinhamento e calibração dos manómetros de óleo, entre outros;
- Substituição das telas transportadoras de gelo dos silos de armazenamento para o ensacamento. Estas telas são próprias para contato com produtos alimentares de acordo com o Dec. Lei nº 62/2008;
- Câmaras frigoríficas com substituição dos evaporadores, revisão aos motores e ventiladores, correção nas válvulas de corte e controlo e reparação das portas isotérmica;
- Circuito frigorífico a nível de tubagens, isolamentos e válvulas.

➢ *Manutenção de câmaras frigoríficas*

Em março de 2013 terminou o contrato para este serviço tendo passado a ser assegurado pela empresa que presta serviço de manutenção a equipamentos e edifícios.

➢ *Manutenção da GTC (Gestão Técnica Centralizada) e Sistemas de Segurança*

A partir de fevereiro de 2013, a manutenção da Gestão Técnica Centralizada, sistemas de segurança, intrusão e combate a incêndio, passou a estar incluída na prestação de serviços de manutenção a equipamentos e instalações, gerando uma poupança anual na ordem dos 36 mil euros.

Após revisão aos equipamentos que fazem parte dos sistemas de segurança instalados em todos os edifícios do MARL, foi verificada a necessidade de substituição de elementos que se encontravam avariados, pelo que se procedeu à sua aquisição e montagem através de procedimento de ajuste direto.

➢ *Exploração de Rede Elétrica*

De acordo com o Anexo IV do Dec. Regulamentar Nº 31/83 de 18 de abril, é obrigatória a existência de um técnico que assuma a responsabilidade pela exploração das instalações elétricas e respetivos postos de transformação, situados no MARL. A partir de fevereiro de 2013 esses serviços passaram a ser assegurados por técnico pertencente aos quadros da empresa, devidamente credenciado para esse efeito, gerando uma poupança de 6 mil euros/ano.

➢ *Manutenção de 2 ascensores no NAC*

Os 2 ascensores elétricos existentes no NAC foram inspecionados, dando cumprimento ao disposto no Decreto-lei nº 320/2002 de 28 de dezembro, tendo sido passado certificado de inspeção periódica, válido por 2 anos. Relativamente ao gasto associado a esta manutenção, o lançamento de procedimento de ajuste direto, no final de 2012, manteve a prestação dos serviços e resultou numa redução de custos de 40% face ao valor anterior, com início em 1 de dezembro de 2012 e por 3 (três) anos.

➢ *Manutenção de Geradores de Emergência*

Foi dada continuidade a este contrato e aos serviços aí previstos. Numa das visitas de rotina foi detetado que algumas baterias estavam esgotadas, pelo que se procedeu à sua substituição, garantindo energia de socorro através do arranque do Grupo Gerador de Emergência em caso de falha no fornecimento de energia elétrica.

- *Gás - Fornecimento de gás no mercado livre*

No final de 2013 foi negociado o contrato em vigor, para fornecimento de gás natural, nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2010, o qual contempla uma redução de 2,08% no Termo de Energia, componente esta definida pelo fornecedor. O novo contrato produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014 e vigorará por 12 meses. Importa referir que todo o gás faturado ao MARL, é repassado aos clientes utilizadores deste recurso, na exata medida do seu consumo.

De acordo com a Portaria n.º 362/2000 de 20 de Junho, pelo seu artigo n.º 3, foi realizada este ano, inspeção periódica à rede de gás, obrigatória de 2 em 2 anos, e emitido certificado de inspeção por entidade devidamente credenciada para o efeito.

INTERVENÇÕES EM EDIFÍCIOS

- *Edifício CTT Expresso*

Neste edifício foram executadas diversas intervenções, a nível da cobertura, com vista a colmatar as infiltrações existentes, através da aplicação de novas telas de impermeabilização.

No exterior, na zona de acostagem, para cumprimento do acordado no aditamento nº 3 ao contrato para implantação de entreposto/centro de operações de logística e distribuição, procedeu-se à colocação de novos batentes, guias de acostagem e sinalização horizontal no pavimento. Foram ainda realizados trabalhos de reparação resultantes de infiltrações na fachada norte, reparação das saídas de emergência, alteração do acesso de uma saída de emergência (topo norte/poente), alteração de vão/saída de emergência (fachada poente) e ventilação da cobertura da zona técnica.

Decorrente da montagem de dois novos para-raios e a deslocalização do existente, efetuadas no final 2012, foi necessário proceder, já em 2013, à instalação de sistema terra e repavimento junto ao para-raios do edifício CTTExpresso.

- *Reparação da central hidropressora*

Foi necessário reparar o equipamento que ativa o sistema de bombagem de água proveniente de furo existente no recinto do Mercado, adquirindo e substituindo o quadro elétrico de automação e rolamentos danificados. Este furo está licenciado para uso industrial e destina-se às lavagens de ruas, contentores de resíduos sólidos e rega.

- *Parede Divisória Cash A03*

Os trabalhos para colocação de uma parede divisória no pavilhão A03, com objetivo de comercialização de uma área de aproximadamente 1.500 m^2, iniciados no final de 2012, verificaram a sua finalização em fevereiro de 2013, conforme previsto.

- *Reparação do pavimento nos corredores centrais do pavilhão do pescado*

Face às anomalias verificadas no pavimento do pavilhão do pescado e dando resposta às exigências das entidades coordenadoras e responsáveis pela manutenção do NCV (Número de Controlo Veterinário) foi necessário intervir neste pavimento, recorrendo a um produto novo (Monile) e com garantias de resistência, tendo em atenção a utilização agressiva a que este piso é sujeito diariamente. A conclusão destes trabalhos está prevista para o 1° trimestre de 2014.

- *Alterações no topo norte do pavilhão A07*

Atendendo à contratação de um novo operador foi necessário proceder a obras de adaptação do topo norte do pavilhão A07 por forma a responder às necessidades da sua atividade comercial.

- *Reabilitação de Coberturas dos Pavilhões*

O estado de degradação ao nível da impermeabilização das coberturas, ainda originais, dos pavilhões torna imperioso a sua reabilitação. Para tal o MARL lançou procedimento de ajuste direto para empreitada de reabilitação das coberturas dos pavilhões A08 e A10, os quais consideramos como prioritários, face às deficientes condições existentes e que tornam a atividade comercial ai desenvolvida impraticável e com constantes prejuízos ao nível dos produtos armazenados e transacionados.

O sistema atualmente instalado nas coberturas é constituído por um sistema "bicapa" com isolamento térmico em lã de rocha. Este sistema é composto por duas membranas betuminosas com uma massa total de 7kg/m^2.

A solução agora adotada pressupõe a utilização de uma membrana betuminosa polimérica com 5kg/m^2, armadura em poliéster com revestimento superior a ardósia e flexibilidade a baixas temperaturas nunca inferior a -15°C, garantindo a proteção necessária (tela auto protegida com xisto). A tela adotada para além de contar com autoproteção e ser assim, visitável, tem uma característica muito importante que é a de contar com uma mistura betuminosa de APP até -15°C, o que melhora substancialmente o seu comportamento e tempo de vida útil, resistindo melhor às amplitudes térmicas a que estão sujeitas, sendo responsáveis pela liquefação e/ou

endurecimento dos betumes, tornando-os mais ou menos quebradiços. Além disso, a sua maior massa vem permitir a melhor ligação ao sistema existente.

Estas intervenções terão lugar em 2014 assim que as condições climatéricas o permitam.

- *Reparações Várias*

Foi detetada uma fuga de água junto do topo norte pavilhão A09, tendo-se procedido de imediato ao fecho da válvula de água respetiva, e reparada a anomalia através de intervenção por empresa especializada, recorrendo à remoção do betuminoso, reparação do ramal e reparação do pavimento danificado junto ao cais de acostagem.

A existência de infiltrações nas coberturas dos edifícios resultantes do desgaste acentuado das telas de xisto, obrigaram a intervenções em praticamente todos os edifícios, recorrendo a aplicações pontuais de novo material e/ou execução de trabalhos de reparação do existente, através de selagem de juntas ou colagem de telas.

A degradação do pavimento, no interior dos pavilhões, face à sua utilização constante através de meios mecânicos (empilhadores e porta paletes), originou a necessidade de execução de reparações com aplicação de massa asfáltica, betão e geoargamassas minerais.

Foi adquirida e montada uma cortina rápida no topo sul poente do pavilhão A04. Foram ainda reparadas diversas cortinas rápidas, muretes e rampas de acesso aos pavilhões, bem como algumas zonas dos cais de acostagem, a nível de batentes, foles de acostagem e portões de cais, nos diversos pavilhões.

Procedeu-se a reparações no pavimento nos cais de acostagem, numa área de cerca de 750 metros lineares, junto aos portões de acesso às boxes, em diversos pavilhões do Mercado, os quais se encontravam bastante danificados prejudicando a atividade de aprovisionamento com o recurso a empilhadores. Esta intervenção, dada a sua especificidade, foi efetuada com recurso a empresa especializada.

LIMPEZA

- *Limpeza Interior, Exterior e Remoção de Resíduos Sólidos*

No decurso do segundo semestre de 2013, foi lançado concurso público para a prestação de serviços de limpeza interior, exterior e remoção de resíduos sólidos no mercado, ou seja, concentrou-se numa única prestação o que até agora era desempenhado por duas entidades distintas, conseguindo-se desta forma uma redução de 17% relativamente ao somatório dos dois contratos existentes (limpeza interior e limpeza exterior e remoção de resíduos sólidos),

através de um ganho de eficiência na gestão conjunta de meios humanos, equipamento e horários.

De realçar, no entanto, que a prestação de serviços de limpeza, interior durante o ano de 2013, decorreu de acordo com o previsto. Igualmente a limpeza exterior e remoção de resíduos sólidos urbanos (RSU) decorreu de forma satisfatória e de acordo com os requisitos exigidos contratualmente.

Tendo em vista a correta separação dos resíduos sólidos, procedeu-se ao aumento do parque de contentores para RSU, através da aquisição de 10 contentores de 1000 litros e à identificação dos mesmos, através de cores adotadas pela sociedade PONTO VERDE e autocolantes alusivos ao tipo de resíduos a colocar, facilitando a operação de despejo, por parte dos utentes do Mercado. Os contentores que entretanto se vão danificando foram recolhidos por uma empresa de reciclagem deste equipamento, o que deu origem a uma receita, ainda que pouco significativa.

- *Manutenção de Espaços Verdes*

Por forma a assegurar os trabalhos de manutenção de espaços verdes, foi lançado no início de 2013 procedimento de ajuste direto para esta prestação de serviços tendo sido celebrado contrato, por 2 anos, contemplando uma redução de cerca de 64% face a 2012.

Procedeu-se, no decurso deste ano, ao corte de vegetação e limpeza das bacias de retenção e de todo o sistema de drenagem das águas pluviais, assegurando um fácil escoamento em épocas de elevada pluviosidade.

- *Serviços de Desratização e Desbaratização*

Foi dada continuidade a este contrato e aos serviços aí previstos, com uma redução de custos de 48,5% face ao valor anterior, com início a 1 de Janeiro de 2013 e por 2 (dois) anos, decorrente de procedimento de ajuste direto, no final de 2012.

- *Manutenção de contentores asséticos*

No decorrer do ano 2013, foi lançado procedimento de ajuste direto para esta prestação de serviços, e celebrado contrato, por 12 meses, com uma redução de 8,3% face a 2012. Registe-se que por se tratar de matéria de natureza sensível, foi-nos enviada a informação referente à quantidade de resíduos recolhidos e sujeitos a inativação biológica, de acordo com legislação em vigor, sendo o destino final a Valorsul.

- *Limpeza e manutenção do reservatório de água*

Todas as estruturas em contacto com água apresentam apetência para a formação de biofilme, constituído por compostos inorgânicos e matéria viva, facto que levou a que se procedesse a uma descontaminação biológica da estação elevatória e reservatório de água que abastece o Mercado, utilizando produtos devidamente aprovados pela EPAL para o efeito.

Procedeu-se, igualmente, durante este processo de higienização, a reparações várias no interior dos reservatórios, decorrentes da utilização normal dos mesmos.

VIGILÂNCIA E SEGURANÇA

Na sequência do procedimento de contratação pública para serviços de segurança e vigilância no MARL, desde fevereiro de 2013 e por um período de dois anos, com uma redução de 24,6% face ao valor contratual anterior.

Como ação preventiva e por forma a aumentar as medidas de segurança no MARL e em sequência a satisfação dos nossos clientes, foi mantido o reforço das rondas policiais existentes e levadas a cabo pela GNR do Zambujal, com horários mais alargados e ajustados ao período de maior movimento de transação de valores no mercado.

De destacar, igualmente, a identificação pormenorizada no controlo de acesso ao mercado, durante os fins de semana, através do registo de veículos e pessoas bem como o objetivo da visita.

No sentido da prevenção ao combate à criminalidade no interior do MARL, nomeadamente, no que diz respeito a furtos, foram realizadas diariamente várias rondas ao perímetro, em viatura e/ou a pé, efetuando as respetivas picagens em pontos obrigatórios.

A MARL, SA continuou a apostar na melhoria dos serviços prestados ao nível da vigilância, destacando-se, durante o ano 2013, as seguintes ações:

- Reforço com 6 elementos da equipa de segurança em 6 pontos estratégicos de controlo de acessos ao mercado, entre as 15h e as 18h, de segunda a sexta, decorrente, em parte, da saída de técnicos operacionais, que asseguravam as portarias de controlo de acesso aos espaços comerciais, no período de aprovisionamento. A presença de elementos de segurança tem um impacto positivo na manutenção da ordem no recinto, sendo considerados normalmente como "agentes da autoridade" e daí o efeito de persuasão ser mais assertivo na gestão e controlo dos acessos do que se efetuado com recurso a elementos internos operacionais da empresa;
- Manutenção do sistema de videovigilância com alteração da localização de algumas câmaras e substituição de equipamento danificado, de modo a prestar um melhor

serviço de visualização de eventos, bem como o fornecimento e captação de imagens aos pedidos solicitados pelas entidades competentes;

- Aquisição de material de segurança para a atividade de vigilância e segurança, nomeadamente, barreiras, correntes de plástico, placas e fitas refletoras, sinalização vertical e horizontal, cones de sinalização e sinalética de emergência.

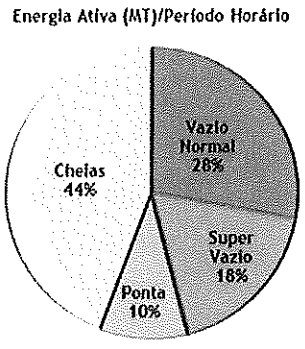
Relativamente ao equipamento de combate a incêndio e a nível preventivo, foram desenvolvidas diversas vistorias a estes equipamentos (bocas de incêndio, extintores e carretéis), conforme legislação em vigor. Foi detetada a existência de extintores com corrosão, bem como de caixas de carreteis danificadas, pelo que se procedeu à sua substituição, de acordo com o referido na NP 4413. Houve, igualmente, necessidade de reposição de sinalética identificativa devido a deterioração ou falta da mesma.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

➢ *Energia - Otimização da eficiência energética*

No âmbito de redução de consumo de energia foi dada continuidade à adoção de algumas medidas internas para a sua racionalização, como seja, redução da iluminação pública, sem perda de qualidade de iluminação funcional e de segurança e desativação das unidades de produção de frio durante o 1º e 4º trimestre do ano, em pavilhões cuja utilização se verificou ser, neste período, praticamente nula e com a concordância dos potenciais utilizadores de frio.

O perfil de consumo de energia do MARL assenta na maioria do consumo em MT (Média tensão), sendo 44% consumido em horários de "cheia". O MARL registou um consumo, em MT, de 6.380 MWh (Megawatt-hora), durante o ano 2013.



No pavilhão do pescado, no qual se regista um maior consumo energético, devido às suas dimensões e porque funciona no período noturno, foi introduzido o sistema Wattguard. Esta tecnologia recente e inovadora, visa elevar a eficiência energética de instalações de iluminação, designadamente iluminação fluorescente. Tecnicamente, o sistema Wattguard carateriza-se como sendo um regulador de tensão patenteado, que permitirá, assim, obter o mesmo fluxo luminoso com um menor consumo de energia. Está previsto para 2014 alargar a implementação deste sistema às outras infraestruturas de apoio ao Mercado (pavilhões principais).

Em 2013 foi dada continuidade ao contrato de fornecimento em MT e BTE (baixa tensão especial), sendo que a partir de maio de 2013, e de acordo com as condições contratuais, o tarifário aplicado sofreu um acréscimo medio de 0,85% relativamente ao 1° ano de contrato.

Como resultado da implementação destas medidas de eficiência energética e em parte pela redução do consumo de frio entálpico, regista-se, em 2013 e relativamente ao ano anterior, uma diminuição de 8,3% no consumo anual de kWh em Média Tensão. De referir que, mesmo considerando o agravamento do tarifário, os gastos de eletricidade, apresentam um decréscimo na ordem dos 7%, comparativamente a 2012.

- *Água - Redução do consumo*

Foi dada continuidade às medidas anteriormente implementadas para redução do consumo de água, bem como ao maior controlo da sua utilização e sensibilização de todos os intervenientes para a necessidade otimizar o consumo deste recurso natural essencial. Refira-se, no entanto, que no decurso de 2013 foram detetadas duas fugas de água com alguma dimensão. Com vista à redução de desperdício foi adjudicada uma prestação de serviços de consultoria e de deteção de fugas na rede de abastecimento de água no mercado, cujo resultado só será conhecido em 2014.

O resultado das medidas implementadas, para redução do consumo, aumento da eficiência na utilização e minimização de desperdícios, foi uma redução na quantidade de água consumida de 4,6%, comparativamente com o ano 2012.

Em 2013 os Serviços Municipalizados de Loures alteraram o seu tarifário apenas no preço unitário da tarifa de abastecimento de água no 1° escalão (até 15 m^3) que aumentou 2,3%. O preço unitário da tarifa de abastecimento de água no 3° escalão (superior a 150 m^3), no qual se insere o MARL não sofreu alterações. A taxa de saneamento manteve-se em 50% para consumos superiores a 1.000 m^3 e aumentou em 5%, passando para 90%, para consumos até 1000 m^3.

Os gastos com água, deduzidos dos repasses de consumos aos Operadores que diminuíram 5%, apresentam uma diminuição de 3%, face a 2012.

- *Controlo de qualidade da Água de Abastecimento*

Por forma a garantir o Controlo de Qualidade da água que abastece o MARL e dando cumprimento ao estipulado no quadro B do Anexo II do DL n° 306/2007 de 27 de Agosto, foram efetuadas análises físico químicas e microbiológicas à água de consumo, através de Laboratório devidamente acreditado para o efeito. Para cumprimento do estabelecido no Regulamento de Descarga de Águas Residuais Industriais, nas Redes de Coletores Municipais de Loures, foram

realizadas, trimestralmente, análises de amostra composta de 24h do efluente do Mercado. Procedeu-se ao envio dos resultados das análises à água de abastecimento para a Autoridade de Saúde de Loures, cumprindo o estipulado por esta entidade, no âmbito da vigilância sanitária da qualidade da água para consumo humano.

Foi renovada a Licença de Descarga de Água Residuais Industriais nº 136/08_DTAAR-1573/B, obrigatória e atribuída ao MARL em 2008. A licença emitida tem a duração de 5 anos, de acordo com o Regulamento de Descargas de Águas Residuais Industriais em vigor, Cap. II Art.5, ponto 6. e Apêndice 7, no qual se classifica a MARL, S.A. como empresa grupo B, uma vez que tem mais de 10 trabalhadores.

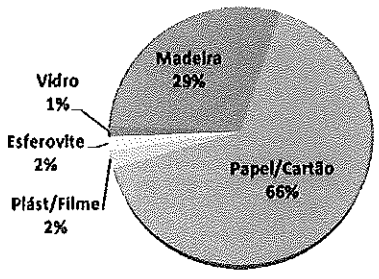
- *Resíduos - Recicláveis*

A redução de resíduos equiparados a urbanos continua a ser uma das preocupações prioritárias para o MARL. Nesse sentido, foram promovidas ações de melhoria da eficiência dos processos de recolha e separação seletiva de resíduos na origem.

Foram tomadas medidas internas, como seja, a implementação de recolha seletiva nos restaurantes, a definição e comunicação de obrigações em matéria de gestão de resíduos aos operadores e prestadores de serviços e reforçadas as ações de fiscalização, no que diz respeito à separação de resíduos.

Cada vez mais é imperioso e vantajoso investir na recolha seletiva, por questões ambientais, mas também por questões económicas, reduzindo o custo associado ao tratamento dos resíduos e simultaneamente acrescendo benefícios para a empresa, através da valorização dos resíduos recicláveis, sendo de relevar que, comparativamente a 2012, a quantidade de resíduos recicláveis aumentou 8,1% e os rendimentos provenientes da sua venda aumentaram 35%.

Tipologia de Recicláveis



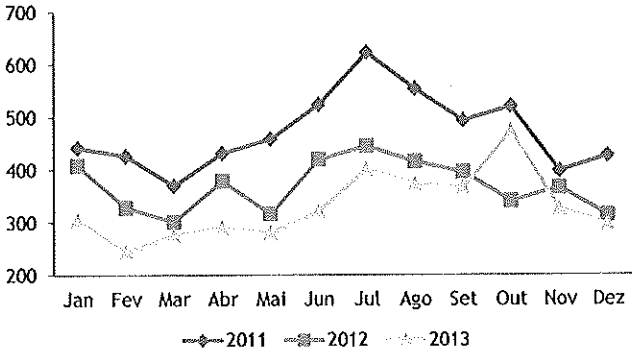
Os tipos de resíduos recicláveis provenientes da atividade do MARL são, o Papel/Cartão, a Madeira, o Plástico/Filme plástico, o Vidro e a Esferovite, sendo o Papel/Cartão o que apresenta o maior peso de 66% e o mais valorizado. No final de 2013, de modo a aferir a melhor gestão e aproveitamento dos recicláveis, a MARL efetuou consulta a entidades especializadas neste setor, tendo

estabelecido contrato com uma empresa de referência na gestão global de resíduos, para a gestão e valorização dos recicláveis.

➢ *Tratamento de Resíduos Sólidos*

Em 2013 as instalações da Valorsul continuaram a ser o destino de todos os resíduos sólidos urbanos, com exceção dos resíduos encaminhados para reciclagem (madeira, papel/cartão, vidro e esferovite), produzidos e depositados no Mercado. Os resíduos indiferenciados são canalizados para a central de tratamento de resíduos urbanos, que através de um processo de incineração em massa, permite a produção de energia. Os resíduos orgânicos (frutas e legumes) são direcionados para a ETVO (Estação de Tratamento e Valorização Orgânica), que ao serem valorizados permite gerar energia elétrica e produzir um composto, sem aditivos químicos, que pode ser utilizado na agricultura.

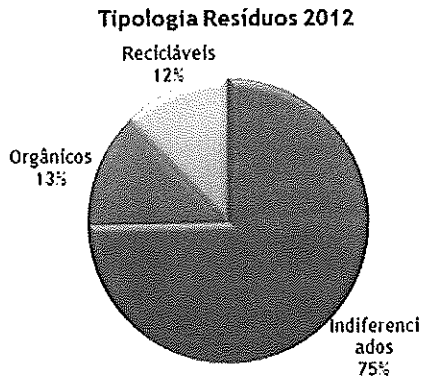
Descargas Resíduos Sólidos Urbanos (ton)

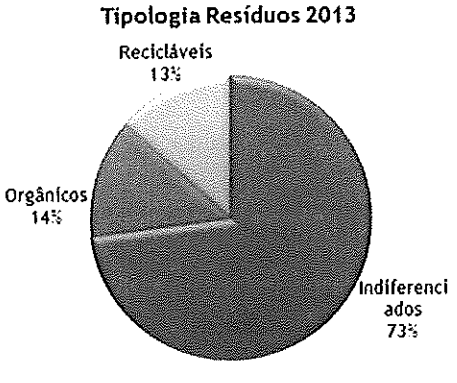


A produção de resíduos sólidos está diretamente relacionada com a atividade dos nossos operadores e da análise ao gráfico apresentado, representativo das descargas junto da Valorsul ao longo do ano, verifica-se essa evolução e uma diminuição na produção total anual de resíduos no Mercado, em 2013, de 419 toneladas, face a 2012. Este facto pode dever-se a uma diminuição na atividade comercial, mas também a uma racionalização dos produtos adquiridos por forma a reduzir excedentes de produto não vendido, que por ser um bem perecível de curta duração, quando não escoado se transforma rapidamente em resíduo.

De referir que, a partir de outubro de 2012 e para efeitos de tarifário aplicado ao tratamento de resíduos equiparados urbanos, a MARL, SA passou a ser equiparada a entidades municipais com um acréscimo de 10%, pelo que, o valor unitário cobrado por tonelada de resíduos entregue na CTRSU (Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos), diminuiu em 58,3%.

Os resíduos orgânicos, produzidos e entregues na ETVO, continuaram a estar isentos de tarifa de deposição uma vez que, a contaminação dos RUB (Resíduos Urbanos Biodegradáveis) foi inferior a 5% e a quantidade de resíduos orgânicos entregue superior a 500 toneladas por ano, quantidade que nos últimos 3 anos tem sido superada, tendo sido entregues, em 2013, 618 toneladas, mais 2% do que no ano anterior.





Uma das preocupações ambientais do MARL é a redução do peso relativo dos resíduos indiferenciados, no total de resíduos, e comparativamente com o ano passado é notória essa tendência, justificada essencialmente pelo maior cuidado no momento da recolha e também do resultado das iniciativas de sensibilização, feitas pela Valorsul em conjunto com o MARL, junto dos Operadores.

É ainda assegurada a recolha semanal de pescado rejeitado desnaturado, através de uma empresa devidamente licenciada para a transformação de subprodutos de baixo risco de origem animal. Esta medida, obrigatória por lei, para além de gerar uma receita, contribui ainda para a redução de resíduos entregues na Valorsul. No final de 2013 lançou-se consulta a empresas da especialidade, da qual resultou um contrato com uma nova empresa, resultando numa valorização mais favorável desses subprodutos, representando um aumento de 175% no preço por tonelada, com efeitos a partir de 2 de novembro de 2013.

Resultando do cumprimento de obrigação legal (Artigo 48.° do Decreto-Lei n.° 178/2006, de 5 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.° 73/2011, de 17 de junho), foi submetido o Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) referente a 2012, sendo que o MARL faz parte de uma amostra do Instituto Nacional de Estatística (INE), sendo os dados submetidos importantes para o Sistema Estatístico Nacional.

Ações de Acompanhamento

Sempre que necessário, foi articulada estreita colaboração entre a MARL e as várias entidades públicas fiscalizadoras de qualidade e segurança alimentar e ambiente, que intervieram na atividade do Mercado, nomeadamente Delegação de Saúde de Loures, Inspeção Geral das

Pescas, Direção Geral de Veterinária, Autoridade de Segurança Alimentar e Económica e Inspeção Sanitária de Loures.

Com o objetivo de licenciar as diversas atividades dos operadores instalados no Mercado, o MARL acompanhou as vistorias realizadas pelas entidades oficiais.

COBERTURA DO RISCO OPERACIONAL - SEGUROS

No final do primeiro semestre de 2013, o MARL lançou procedimento de Ajuste Direto para aquisição de seguros contra danos patrimoniais (multirriscos), responsabilidade civil, acidentes de trabalho e frota, com vista à obtenção de melhores cotações e condições das apólices dos seguros. Com este procedimento foi possível definir a mesma data de vencimento para todas as apólices (30 de junho de 2014), facilitando a gestão e operacionalidade das mesmas.

Deste processo resultou uma redução nos prémios de seguros, nos ramos multiriscos e acidentes de trabalho, de 7% e 11% respetivamente, de 25% no ramo responsabilidade civil, e de 8% no ramo automóvel.

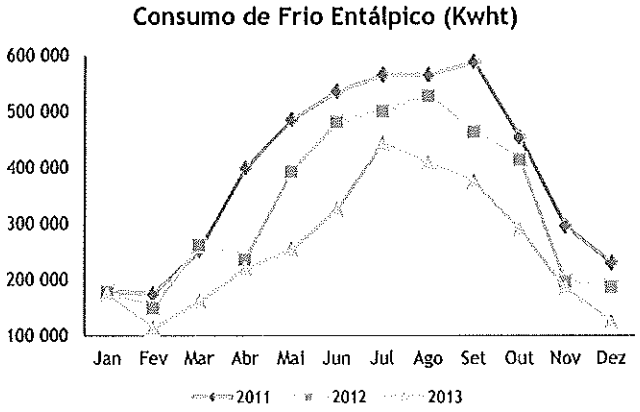
Relativamente à apólice de seguro de saúde, cujo vencimento ocorreu a 31 de dezembro de 2012, o procedimento de ajuste direto implementado resultou numa redução de 28% face a 2012, englobando as mesmas coberturas/garantias.

Dada a natureza e relevância do mesmo, é de referir o sinistro ocorrido no Talude do MARL, na zona exterior junto à Avenida Sul, em setembro de 2013. Este sinistro foi provocado por terceiros e após várias reuniões com os peritos chegou-se a um consenso entre as partes envolvidas, no que respeita à técnica de reparação do talude, bem como aos valores envolvidos que ascenderão a 80 milhares de euros, que serão totalmente suportados pela seguradora, da entidade que provocou o dano ao MARL.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS A TERCEIROS

A MARL continua a garantir o arrefecimento de água que permite a refrigeração das boxes dos operadores. Em consequência, é faturado o consumo entálpico a cada cliente utilizador do serviço.

A quantidade de kWht (KWh térmico) consumidos, pelos clientes



do MARL, regista uma variação negativa de 23%, face a 2012, que tem explicação na sua atividade, quer por um lado pela redução do volume de *stocks* de produto, não tendo tanta necessidade de horas de refrigeração, quer por outro lado, e dada a conjuntura, sendo um serviço pago, o facto de os utilizadores deste serviço evitarem desperdícios energéticos, como forma de reduzirem os seus encargos mensais.

Sempre que solicitado e recorrendo ao prestador de serviços de manutenção geral, são orçamentados e realizados alguns trabalhos nos espaços concessionados, bem como reparação de anomalias registadas em processo de rescisão e vistorias técnicas a espaços a comercializar.

Relativamente a 2012 verificou-se um aumento nos pedidos de intervenção por parte dos operadores, algumas intervenções decorrentes do *terminus* dos contratos e da sua obrigatoriedade de entregarem o espaço em condições de nova ocupação.

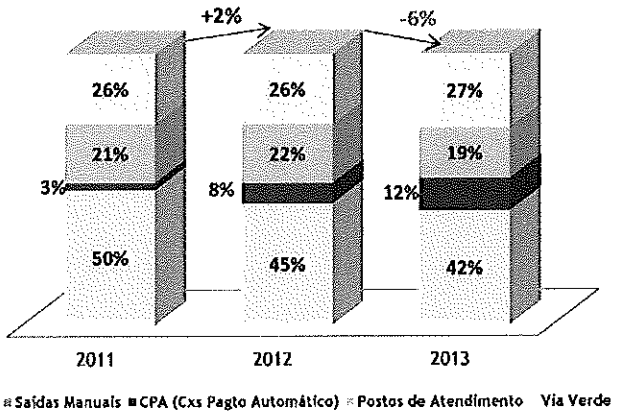
Procedeu-se, igualmente, à análise e apreciação de processos dos operadores para alterações aos espaços que ocupam, devido essencialmente à necessidade de reorganização dos mesmos para o exercício da sua atividade.

PÓRTICO

Em 2013 o número global de saídas de viaturas no Pórtico, traduzidas em visitas ao mercado, ascendeu a 1.432.162, registando um aumento de cerca de 6 mil viaturas face a 2012. A média mensal é de cerca de 119 mil viaturas por mês e considerando 22 dias úteis (dias semanais com maior afluência ao mercado), a média diária de viaturas a visitarem o MARL é de 5.425.

A análise das receitas do Pórtico por tipo de pagamento, em 2013, evidencia um aumento da adesão de utentes a alternativas de pagamento mais económicas, designadamente, à via verde e à aquisição antecipada nas caixas de pagamento automático (CPA's).

Evolução Receitas/Tipo de Pagamento



Em 2013, não se verificaram alterações aos preços das diversas modalidades de pagamento da saída no Pórtico.

Manteve-se em 2013 a campanha, iniciada em 2012, dirigida aos operadores do Mercado, que contemplava desconto de 50% na aquisição de passes anuais, bem como os descontos na aquisição de

bilhetes em grandes quantidades, com objetivo de fidelização dos seus clientes e aumentar o número de visitas ao Mercado.

As saídas pagas a dinheiro na portagem (saídas manuais) registaram uma descida de 12% face a 2012, que poderá ser parcialmente explicada pela opção dos visitantes do mercado por outras modalidades de pagamento cujo preço da saída é mais barato, nomeadamente as caixas de pagamento automático (CPA), que regista um aumento de 48% na receita gerada, pela aquisição antecipada de bilhetes ou carregamento de cartões (pré-carregados).

A redução nos postos de atendimento resulta essencialmente do facto de grandes clientes terem reduzido as aquisições, quer do número de passes anuais, quer de bilhetes em lote para oferta aos seus clientes. Acresce o facto dos passes anuais de um grande cliente em 2012 estarem sobreavaliados, na medida em que os relativos a 2011 foram apenas registados em 2012.

Receitas Pórtico

milhares de euros	2011	2012	2013	Var (2013/2012) %	Var (2013/2012) ABS
Postos Atendimento	161	166	135	-19%	-31
CPA (Cxs Pagto Automatico)	21	58	86	48%	28
Saídas Manuais	374	344	303	-12%	-41
Via Verde	195	199	196	-2%	-4
Total Receitas Pórtico	**750**	**768**	**720**	**-6%**	**-48**

Relativamente à Via Verde, o seu peso no total de receitas do Pórtico subiu ligeiramente face a 2012 e o decréscimo de 2% é totalmente explicado pela diminuição no número de saídas por esta via, uma vez que o preço unitário não sofreu alterações.

Durante o ano 2013 foram desenvolvidas ações de melhoria funcional e operacional no pórtico, das quais se destaca:

- Instalação de uma câmara de CCTV na zona de acesso da Via-Verde;
- Substituição, por lâmpadas Led, da iluminação de advertência existente na zona da entrada;
- Realização de trabalhos semanais de verificação dos pins da zona de acesso da Via-Verde;
- Reparação de um painel informativo numa das vias de acesso em funcionamento;
- Substituição das antenas de leitura da zona do pórtico;
- Substituição de componentes do quadro de comandos;
- Reparação de dois leitores de cartões do sistema de controlo de acessos do pórtico;

- Reparação de uma placa do sistema de controlo de acessos do pórtico;
- Aquisição de barreiras e hastes a colocar nas vias de passagem;
- Continuidade da prestação de serviços de manutenção por parte da Resopark ao equipamento do pórtico e substituição de componentes dos moedeiros nas CPA´s;
- Limpeza das caleiras de drenagem das vias de acesso.

A prestação de serviços existente entre a MARL e a Via Verde/Brisa, para manutenção ao equipamento necessário ao funcionamento do serviço Via Verde/Access, foi negociado e revisto o valor anual, resultando num aditamento ao contrato que prevê uma redução de 17% face ao valor anterior, com efeitos a setembro de 2013.

5.3. Sistemas de Informação e Telecomunicações

Em 2013, a área de Sistemas de Informação deu continuidade no desenvolvimento de atividades que visam alcançar uma gestão eficiente ao nível dos equipamentos e serviços dos sistemas de informação, numa perspetiva de grupo e com enquadramento na prestação de serviços da MARL à SIMAB e por inerência a todas as empresas do Grupo.

Do conjunto de iniciativas e atividades realizadas, destacam-se:

- Manutenção/Inserção, de informação interna, na *intranet*;
- Gestão e manutenção de *Back Up's* diários;
- *Help Desk* aos sistemas de informação;
- Apoio aos utilizadores da Plataforma Eletrónica de Contratação;
- *Updates* e *upgrade* do ERP Primavera [Primavera Executive V8.10];
- *Updates* e *upgrade* do Sistema de Gestão de Contratos;
- *Upgrade* do Firewall;
- *Upgrade* do software antivírus;
- *Upgrade* de Hardware - aquisição, instalação e configuração de 6 computadores portáteis;
- Licenciamento *Microsoft* - abrange o licenciamento das componentes de servidor, de servidor de mail, de servidor de base de dados e de gestão de rede. No que diz respeito a *desktop's*, abrange o sistema operativo, a *suite* de aplicativos para escritório e a ligação aos servidores.

Em 2013, após o *terminus* do contrato com a Portugal Telecom (PT), no segundo semestre de 2012, e uma vez que a PT e a MARL, SA deixam de partilhar a mesma central telefónica, foi efetuado acompanhamento do processo de migração dos clientes comuns da central telefónica

do MARL, para a nova central pública da PT, instalada no Polo Técnico do MARL.

Decorrente desta individualização de centrais telefónicas e no que concerne aos serviços de voz do MARL e SIMAB, foi realizado um contrato de manutenção da atual central telefónica do MARL e que garante a continuidade dos serviços. Relativamente ao meio utilizado para este serviço de voz, por ser mais vantajoso o tarifário, o MARL passou a utilizar um primário da ONI em detrimento do primário da PT.

Adicionalmente, e tendo sempre por base as orientações de redução de gastos, foi efetuada consulta ao mercado, resultando na alteração da entidade gestora dos domínios do Grupo SIMAB.

Durante este ano, foi efetuado um estudo sobre os servidores existentes ao nível do Grupo SIMAB, sua capacidade e performance face às exigências funcionais, que evidenciou a necessidade da sua reestruturação. Este estudo culminou num projeto de consolidação dos atuais servidores numa nova plataforma de virtualização, que consistiu na aquisição de 2 novos servidores, 2 *switchs* de rede e uma *storage*. O projeto de virtualização dos servidores é desenvolvido pela SIMAB, sendo que todas as empresas do Grupo, onde se inclui o MARL, usufruirão do mesmo, em 2014, através de um aluguer de equipamento.

5.4. Área Jurídica

Assessoria Jurídica

No âmbito da Assessoria Jurídica foram, durante o ano de 2013, acompanhados e resolvidos 339 processos, sendo que:

- 45 processos, extrajudicialmente, evitando desta forma a resolução judicial de alguns destes processos litigiosos, sendo que 38 destes processos foram acordos de rescisão e 7 foram acordos de plano de pagamento;
- 10 processos, extrajudicialmente, através de resolução contratual unilateral;
- 136 cartas de resolução contratual unilateral no acompanhamento do procedimento de controlo de crédito;
- 79 processos regularizados com as alterações contratuais solicitadas pelos operadores, sendo que 46 destes processos foram cedências de posição contratual, 20 foram processos de regularização de troca de espaço e 13 regularizaram outros acordos ou aditamentos;

- 42 novos contratos de utilização de espaço;
- 1 protocolo de utilização de espaço;
- Diversos contratos de prestação de serviços que permitiram a otimização de diversos serviços.

No âmbito da assessoria jurídica de natureza judicial, foi prestado um acompanhamento sistemático e permanente ao patrocínio judiciário assegurado por sociedades de advogados externos, em litígios de natureza cível (incluindo laboral) e de natureza penal.

CUMPRIMENTO DAS NORMAS ESTABELECIDAS NO REGULAMENTO INTERNO DO MERCADO (RI)

A aplicação do Regulamento Interno tem sido de uma forma geral, cumprida tendo por base os mesmos princípios e valores em todos os setores de atividade.

O cumprimento das normas estabelecidas no Regulamento Interno tem vindo a ser assegurado pelos Técnicos Operacionais que diariamente lidam com os operadores, fornecedores e seus clientes. Tem-se conseguido com alguma pedagogia, advertir e fazer cumprir o RI sendo que apenas em situações recorrentes ou de maior gravidade são emitidos autos de ocorrência.

Considerando a conjuntura atual, é compreensível uma atitude mais preventiva junto dos Operadores, não se podendo, contudo, descurar o cumprimento do RI, correndo o risco de se criar um sentimento de impunidade se não forem respeitadas as regras de funcionamento do Mercado.

Continua-se assim a apostar numa rigorosa aplicação do Regulamento Interno do Mercado, que se traduziu na aplicação de 134 registos de ocorrência durante o ano 2013, número semelhante ao ano anterior.

Do total dos registos de ocorrência emitidos, o não cumprimento das restrições relativas ao tabaco, os horários de aprovisionamento e de venda ao público, bem como o não cumprimento das regras de estacionamento de viaturas, são o tipo de ocorrências que mais se registam na atividade corrente do Mercado, tendo os colaboradores do MARL (Técnicos Operacionais) uma constante abordagem pedagógica junto dos Operadores para se evitarem estas situações.

5.5. QUALIDADE

Mantendo-se a necessidade de responder prontamente aos eventuais problemas que possam ocorrer no Mercado atendendo à atividade corrente do mesmo, deu-se sequência ao procedimento interno de tratamento de reclamações, tendo-se registado um total de 57

reclamações, das quais se destacam 37 provenientes dos pavilhões hortofrutícolas, 7 do sector do pescado, 3 do pavilhão das flores e as restantes de outros utentes do Mercado.

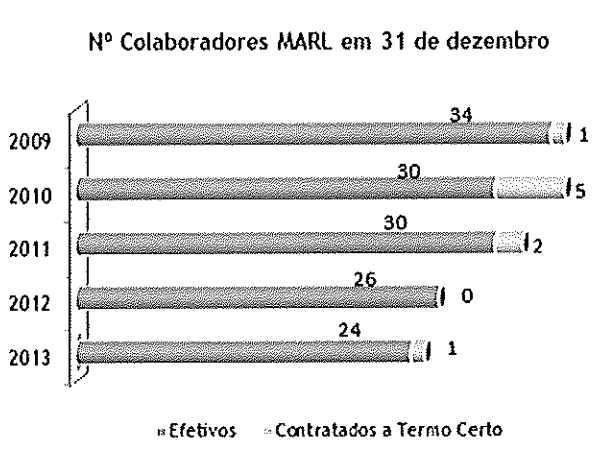
As comunicações que recebemos, relativamente a visualização de imagens em virtude de roubos de mercadoria ou bens e danos em viaturas, ascenderam a 25, registando-se uma diminuição, nesta área, de cerca de 17% relativamente ao ano anterior.

Relativamente ao registo de reclamações verifica-se uma diminuição de cerca de 14% atendendo ao ano de 2012, sendo a área da manutenção a que regista o maior número de reclamações, a maioria motivada por infiltrações de água e danos no pavimento, seguindo-se os consumos de frio, devido aos valores faturados nesta rubrica aos N/ clientes, que nem sempre se apercebem dos consumos que realmente efetuam e solicitam a verificação dos mesmos e de seguida o pórtico devido a algumas falhas no sistema de leitura dos cartões e no funcionamento da máquina de venda de títulos de saída.

5.6. Recursos Humanos

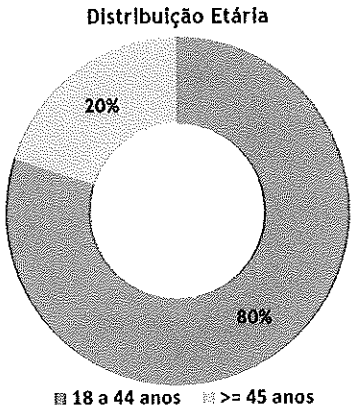
No segundo semestre de 2013, em consonância com os objetivos de eficácia operacional e contenção de gastos, procedeu-se a uma reestruturação da estrutura organizativa e consequente ajustamento dos seus recursos humanos, suspendendo o programa de estágios que se encontrava a decorrer e contratando um elemento a termo para fazer colmatar a vaga deixada pelo falecimento de um elemento operacional.

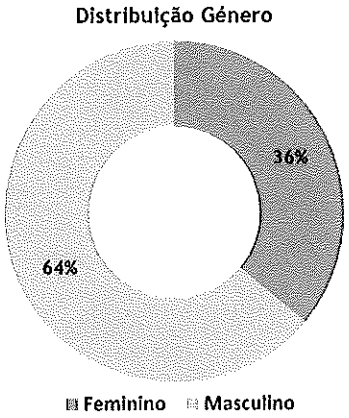
Caracterização dos Recursos Humanos



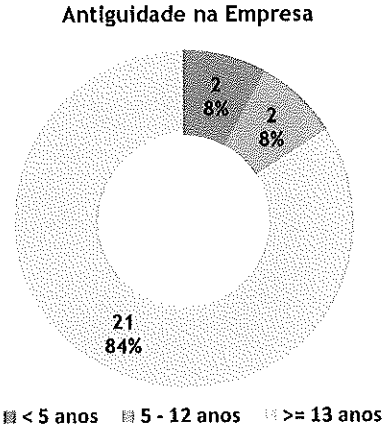
A 31 de dezembro de 2013, a MARL, SA empregava 25 colaboradores estando estes repartidos da seguinte forma: 24 efetivos e 1 contratado a termo certo.

Ao analisarmos o perfil etário da empresa verifica-se que a idade média é de 42 anos. A distribuição etária dos colaboradores permite verificar que a empresa aposta num quadro de pessoal jovem, sendo que dos 25 colaboradores, 80% encontram-se numa faixa etária com menos de 45 anos.





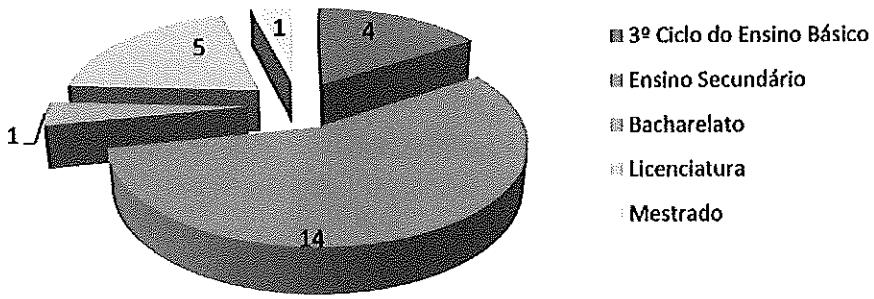
A distribuição por género resulta em 36% do género feminino e 64% do masculino, de salientar que os 3 cargos de chefias são ocupados por mulheres.



A antiguidade média dos colaboradores do MARL é de 12,3 anos. Tendo em consideração que, em 2013, o MARL fez 13 anos de atividade, 84% dos colaboradores estão presentes na empresa desde o início.

Relativamente a habilitações literárias, 28% dos colaboradores frequentaram cursos superiores, sendo a sua distribuição por nível de qualificação apresentada da seguinte forma:

Distribuição por nível de qualificação

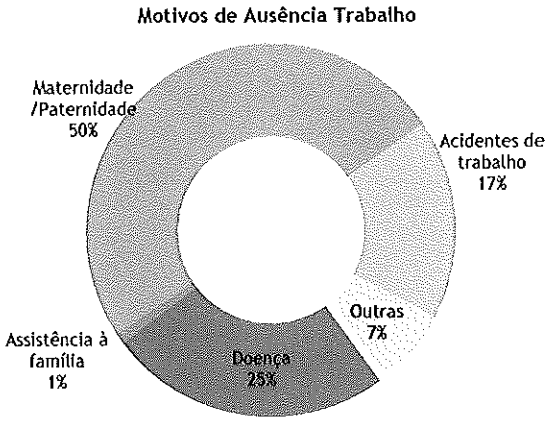


A MARL, SA continuou a apoiar a SIMAB através da prestação de serviços nas áreas de recursos humanos, sistemas de informação, financeira e área técnica, trabalho que estende o seu âmbito a todas as empresas a que a SIMAB presta serviços.

A atividade do MARL exige dos colaboradores, designadamente os da área operacional e técnica, a execução das suas tarefas ao ar livre, ao longo de todo o ano e para tal a empresa faculta aos seus colaboradores fardamento adequado ao clima caso seja inverno ou verão.

ABSENTISMO

O absentismo, em 2013, atingiu um total de 2.206 horas, representando cerca de 4% do tempo potencial de trabalho. A variação, face a 2012, é de +51% e decorre essencialmente de licenças por motivo de maternidade e paternidade, que justificam 50% das horas de ausência ao trabalho, em 2013.



FORMAÇÃO

No âmbito da gestão de recursos humanos da empresa, a gestão do conhecimento e valorização profissional e preocupações presentes nas políticas da empresa foram realizadas varias ações de formação abrangendo todos os colaboradores da empresa totalizando 253 horas de formação. O MARL proporcionou em 2013, formação a todos os colaboradores, estando o total de horas repartido por ações específicas da seguinte forma:

Ações de Formação	Nº horas
Alterações ao código de trabalho - aplicação prática (Processamento de Salários)	8
Higiene e Segurança na condução / Manobra de Empilhadores	16
NCRF27 Instrumentos Financeiros- Aplicações Práticas	8
Normas Internacionais de Contabilidade Adotadas ET	8
Orçamento de estado para 2013, encerramento de contas 2012	27
Plano de Desfibrilhação Automática	138
Revisão das Normas Contabilisticas	32
Técnicas de Condução e Manobra de empilhadores	16
Total Geral	**253**

Foi celebrado um protocolo de formação para ser administrada formação em empilhadores aos colaboradores da empresa MARL, bem como aos operadores do mercado. Este protocolo

possibilita ao MARL administrar formação na área da condução de empilhadores, sem qualquer custo para o MARL, possibilitando aos colaboradores operacionais um melhor conhecimento das regras essenciais para uma condução em segurança e ficando estes habilitados a conduzir estas máquinas.

O Projeto DAE - Projeto Desfibrilhação Automática Externa, tendo por base a exigência legal, presente do decreto-lei N°184/2012 de 8 de agosto, de possuir o desfibrilhador automático e pessoas aptas para a sua utilização, em recintos com as características do Mercado, proporcionou para o efeito pretendido curso de formação aos colaboradores do MARL em Suporte Básico de Vida e desfibrilhação Automática Externa, com a duração de 6 horas/colaborador, ministrada por entidade certificada.

Higiene e Segurança no Trabalho

Em 2013, 18 colaboradores realizaram exames médicos, de acordo com as rotinas previstas em função da idade dos colaboradores e foi efetuada a visita e análise das condições de trabalho, por entidade certificada para o efeito, não tendo dessa análise registado anomalias ou falhas relevantes.

Seguros no trabalho

Desde o início da sua atividade o MARL proporciona a todos os seus colaboradores seguro de saúde, que pretende garantir a comparticipação de despesas médicas por sistema de reembolso, com limites definidos nas condições gerais, bem como proporcionar aos colaboradores acesso à rede de prestadores de serviços da seguradora com a obtenção de desconto sobre o preço normal dos cuidados de saúde.

Relativamente ao seguro de acidentes de trabalho e conforme obrigatoriedade legal, todos os colaboradores estão abrangidos por este seguro. Ao longo do ano, apenas duas situações despoletaram o acionamento deste seguro.

O MARL suporta o gasto com seguro de responsabilidade civil profissional, no montante de 150 euros/ano, de um colaborador da área técnica que desempenha novas funções que o exigem. Ainda relativas a estas novas funções o MARL suporta, o gasto despendido pelo mesmo colaborador em quotizações profissionais, no montante de 175 euros/ano.

Frota Automóvel

Foi reajustada a frota automóvel e sua utilização de acordo com as necessidades da empresa, por forma a reduzir os gastos, tendo resultado no 1° trimestre de 2013 a um acordo com a empresa de vigilância e segurança para a cedência de utilização de 2 viaturas, que o MARL tem

em regime de aluguer operacional e cujo gasto lhe repassa; acordo com a empresa de manutenção para a cedência de utilização de 2 viaturas propriedade do MARL, no 2° semestre de 2013; transferência de titular de contrato de 1 viatura para a SIMAB, SA e na entrega de 1 viatura à empresa de aluguer operacional, por não ser necessária a sua utilização.

No final de 2013 a MARL, SA possui 9 viaturas, 7 em regime de aluguer operacional, e 2 que pertencem ao seu ativo. Como referido anteriormente destas 9 viaturas 4 estão cedidas a prestadores de serviços que operam dentro do Mercado.

A evolução do número de viaturas, ao longo dos últimos 3 anos, apresenta-se da seguinte forma:

Nº Viaturas	2011	2012	2013
Total	15	11	9

6. Responsabilidade Social

Programa 5 ao dia

O **Programa 5 ao Dia** tem por objetivo a promoção do consumo diário de 5 frutos e/ou hortícolas, junto de crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 12 anos, para potenciar uma alimentação saudável e promover a alteração de hábitos alimentares com vista a condução de estilos de vida saudáveis, contribuindo para a prevenção de diversas doenças crónicas, hoje existentes, associadas à alimentação, nomeadamente a obesidade.

Este programa foi criado para dar resposta à necessidade crescente da educação cívica consciente das crianças, tendo sido formatados programas para dois grupos alvo: o 1° Ciclo (crianças dos 7 aos 9 anos) e 2° Ciclo (crianças dos 10 aos 12 anos).

Em 2013, a MARL, SA recebeu nas suas instalações 4.839 crianças, de vários estabelecimentos de ensino da área metropolitana de Lisboa.

As crianças que nos visitam têm a oportunidade de conhecer os espaços onde se comercializam os diversos produtos hortofrutícolas, bem como, possibilidade de observar/realizar métodos de conservação e acondicionamento dos mesmos, análise de rótulos, variedades e sua sazonalidade, organização e funcionamento do Mercado e serviços associados, entre os quais se destaca a

separação e reciclagem de alguns dos resíduos sólidos produzidos, entre muitas outras matérias exploradas, de acordo com o ano de escolaridade das crianças em causa.
Enquanto associado fundador, o MARL colabora e acompanha a atividade da Associação 5 ao Dia, desde a sua implementação no ano letivo 2006/2007. O projeto tem vindo a revelar-se um sucesso no meio escolar.

A Associação 5 ao Dia associou-se à Alianza Internacional de Associaciones Y Movimentos "5 al Día"- AIAM5 e no âmbito desta adesão participou, em setembro de 2013, no IX International Conference for the Promotion of the Consumption of Fruit and Vegetables, em Budapeste.

Campanhas do Banco Alimentar Contra a Fome

No âmbito da colaboração entre a MARL, SA e o Banco Alimentar contra a Fome, mantivemos os acordos de cedência de espaço assinados em anos anteriores, assim como a estrita colaboração com os seus responsáveis nas operações de recolha de alimentos provenientes da atividade dos nossos clientes.

A MARL, SA mantém uma equipa de colaboradores que tem participado ativamente nas campanhas de recolha de alimentos, em super e hipermercados.

7. Análise Económica e Financeira

A análise económica financeira que se apresenta sintetiza os resultados, assim como a situação patrimonial e financeira da MARL, SA, em 31 de dezembro de 2013. Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas.

Antes de apresentar a análise económica e financeira, importa primeiramente fazer um breve enquadramento de uma situação de impacto relevante nas Demonstrações Financeiras relacionada com o reconhecimento de imparidades nos ativos fixos da MARL, SA, na sequência de teste de imparidade realizado com referência à data de 31 de dezembro de 2013.

Decorrente da avaliação do Grupo SIMAB efectuada para efeitos de aquisição da participação do Estado Português na SIMAB pela Parpublica, em janeiro de 2013, foram apuradas diferenças significativas entre os capitais próprios contabilísticos e o *equity value* atribuído ao Grupo, o que indicia uma situação de imparidades nos ativos (cfr. IAS 36.12 d)). Perante este indício, no final de

2013 a empresa procedeu à análise de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis. As Unidades Geradoras de Caixa (UGC) definidas coincidem com as participadas da SIMAB, SA.

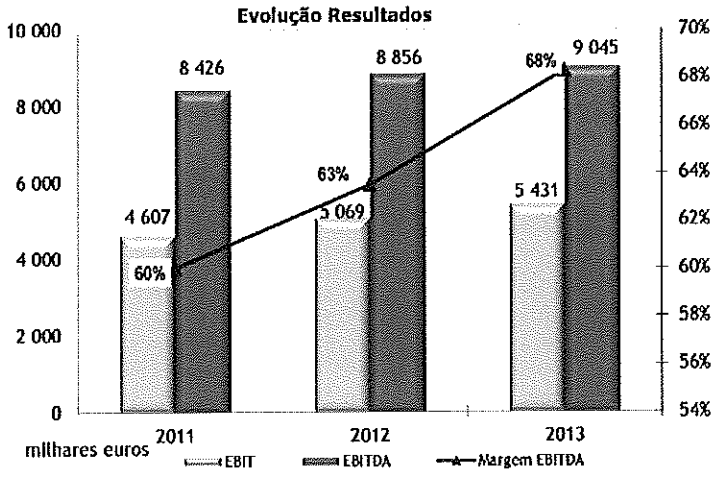
O Teste de Imparidade dos Ativos das participadas da SIMAB foi realizado à luz da Norma Contabilística de Relato Financeiro 12 e da Norma Internacional de Contabilidade IAS 36, por entidade independente. Do teste de imparidade realizado foi apurada uma quantia recuperável dos ativos fixos no montante de 93.502 milhares de euros, inferior ao valor escriturado, tendo gerado uma perda por imparidade (líquida de impostos diferidos), no montante de 19.300 milhares de euros.

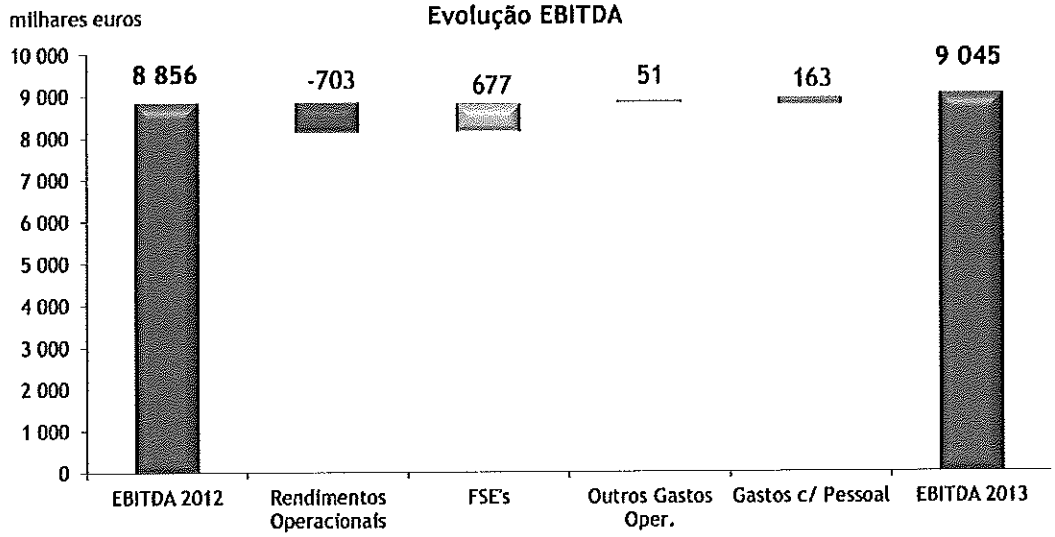
Os pressupostos e os métodos utilizados no cálculo da imparidade encontram-se explicitados e divulgados na nota 8 das "Notas às Demonstrações Financeiras". Por forma a não afetar a comparabilidade dos exercícios, a análise seguidamente efetuada à performance económica e financeira da sociedade não inclui o efeito do registo desta imparidade, sendo o seu impacto nas Demonstraçãoes Financeiras analisado em ponto autonomo deste documento (ponto 7.3).

7.1 Performance Económica

A MARL, SA encerrou o ano de 2013 com um resultado antes de impostos (RAI) positivo de 2.759 milhares de euros, valor acima do atingido no ano de 2012 em 1.212 milhares de euros (+78%). Regista uma margem líquida sobre os rendimentos operacionais de 14% e uma rendibilidade do capital próprio de 4%, que compara com 9% e 3%, respetivamente, em 2012.

O *EBITDA* totalizou 9.045 milhares de euros, representando uma melhoria de 189 milhares de euros (+2%), face ao valor registado em 2012, por via da forte redução nos gastos operacionais que compensou a quebra dos rendimentos operacionais. A margem do *EBITDA* atingiu 68% no exercício económico de 2013, que compara com 63% em 2012 e 60% em 2011. O *EBIT* ascendeu a 5.431 milhares de euros, um aumento de 362 milhares de euros (+7%), face a 2012.





Para esta evolução do *EBITDA* contribuiu, essencialmente:

- o acréscimo dos rendimentos representativos do *core business* da empresa, ou seja, as taxas de utilização que, aumentaram em 59 milhares de euros (+1%), face ao ano anterior;
- o decréscimo das receitas provenientes da integração de taxas de acesso, em 805 milhares de euros (-30%);
- o registo, em outros ganhos operacionais (correções de exercícios anteriores), do montante de 201 milhares de euros, relativo a correção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), relativo aos anos 2011 e 2012;
- a redução dos gastos com fornecimentos e serviços externos (FSE's), em 677 milhares de euros (-19%), no seguimento da implementação das medidas de redução de gastos;
- o decréscimo dos gastos com pessoal, em 163 milhares de euros;
- o decréscimo nos outros gastos operacionais, em 138 milhares de euros, que decorre em grande parte pela redução do gasto com Imposto Municipal sobre Imóveis.

Síntese da Demonstração dos Resultados

milhares de euros	2011	2012	2013	Var (2013/2012) ABS	Var (2013/2012) %
Rendimentos Operacionais	14 041	13 949	13 246	-703	-5%
Fornecimentos e Serviços Externos	4 075	3 564	2 885	-678	-19%
Gastos com Pessoal	1 081	1 078	915	-163	-15%
Outros Gastos Operacionais	458	451	400	-51	-11%
EBITDA	*8 426*	*8 856*	*9 045*	189	*2%*
Depreciações, Imparidades e Provisões	4 214	4 227	4 034	-193	-5%
Reversões de Amortiz. e Ajust.	0	44	24	-20	-45%
Subsídios ao Investimento	395	395	395	0	0%
EBIT	*4 607*	*5 069*	*5 431*	362	*7%*
Resultados Financeiros	*-3 944*	*-3 522*	*-2 672*	850	*-24%*
Resultados Antes de Impostos	*664*	*1 547*	*2 759*	1 212	*78%*
Impostos	333	293	869	576	*196%*
Resultado Líquido	*331*	*1 254*	*1 890*	*636*	*51%*

RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Os rendimentos operacionais (excluindo itens *non cash*) ascenderam a 11.360 milhares de euros, representando um acréscimo de cerca de 101 milhares de euros (+1%), face ao valor obtido em 2012. De salientar, que os rendimentos *cash* incorporam o montante, de 201 milhares de euros, relativos a correção e respetiva devolução de IMI de anos anteriores, registados em outros rendimentos operacionais. Expurgando este facto, os rendimentos *cash* teriam registado uma variação desfavorável de 99 milhares de euros (-1%), face ao ano anterior.

No que se refere à análise global aos rendimentos, 1.885 milhares de euros (14%) referem-se à integração de taxas de acesso que não representam recebimentos efetivos.

Rendimentos Operacionais

milhares de euros	2011	2012	2013	Var (2013/2012) ABS	Var (2013/2012) %	Estrutura
Taxas de Utilização	9 097	8 891	8 950	59	1%	68%
Taxas de Utilização sazonais	660	692	688	-4	-1%	5%
Taxas de Acesso Produtores	120	130	122	-8	-6%	1%
Portagens	750	768	720	-48	-6%	5%
Consumo de Frio	340	318	275	-43	-14%	2%
Outras prestações de serviços	306	210	206	-5	-2%	2%
Outros Rendimentos Operacionais	224	249	399	150	60%	3%
Sub-total (total Rendimentos cash)	**11 497**	**11 259**	**11 360**	**101**	*1%*	*86%*
Integração Taxas de Acesso (Plena)	618	858	218	-639	-75%	2%
Integração Taxas de Acesso (Recorrente)	1 926	1 833	1 667	-166	-9%	13%
Total Rendimentos Operacionais*	**14 041**	**13 949**	**13 246**	**-703**	*-5%*	*100%*

* Excluindo Subsídios ao Investimento

A variação no total de rendimentos operacionais decorre, essencialmente, de um decréscimo de 805 milhares de euros, na integração de taxas de acesso: (i) integração plena decorrente de rescisões contratuais sendo inferior em 639 milhares de euros (-75%), face ao valor de 2012, traduzindo uma quebra de um ciclo de rescisões com esta tipologia de contratos; (ii) integração recorrente e mensal, calculadas por duodécimos, com base no período dos contratos, na sua maioria 25 anos, por força do términus do reconhecimento de alguns contratos por via, na generalidade dos casos, da sua rescisão e, em particular este ano, pelo fim do reconhecimento do valor do Edifício C01, no primeiro semestre de 2013.

Com evolução favorável e peso relativo na estrutura de rendimentos operacionais de 68%, os rendimentos *core* (as taxas de utilização) ascenderam a 8.950 milhares de euros e registam um acréscimo de 59 milhares de euros (+1%), comparativamente a 2012.

A evolução das taxas de utilização por unidade de negócio apresenta-se da seguinte forma:

Taxas de Utilização/Unidade Negócio

milhares de euros	2011	2012	2013	Var (2013/2012) ABS	Var (2013/2012) %	Estrutura
Pavilhão A01	538	542	536	-6	*-1%*	6%
Pavilhão A04	542	528	526	-2	*0%*	6%
Pavilhão A05	485	513	513	0	*0%*	6%
Pavilhão A06	536	531	523	-8	*-2%*	6%
Pavilhão A07	400	403	251	-152	*-38%*	3%
Pavilhão A08	543	542	546	3	*1%*	6%
Pavilhão A09	174	166	168	3	*2%*	2%
Pavilhão A10	347	346	350	3	*1%*	4%
Pavilhão A11	145	145	145	0	*0%*	2%
Pavilhão R02	339	382	383	2	*0%*	4%
Pavilhão R04	285	284	441	156	*55%*	5%
Pavilhão R07	1 242	1 193	1 144	-49	*-4%*	13%
NAC	537	434	400	-34	*-8%*	4%
Outras Áreas	1 281	1 140	1 243	102	*9%*	14%
CTT Expresso	1 701	1 743	1 784	41	*2%*	20%
Total	**9 097**	**8 891**	**8 950**	**59**	***1%***	***100%***

A evolução positiva é explicada, essencialmente, no pavilhão R04, com uma variação positiva de 156 milhares de euros (+55%), decorrente de novos contratos realizados no segundo semestre de 2012 e em 2013, o aumento da área de ocupação da CTTExpresso, a partir do segundo semestre de 2012 e nas Outras Áreas (Áreas Complementares ao Mercado), com um aumento de 102 milhares de euros (+9%), dos quais se destacam o Edifício C01, a ocupação do lote R03 e o início de reconhecimento da renda das novas centrais fotovoltaicas a partir de novembro de 2013.

De forma desfavorável, e mais significativa, contribuíram o pavilhão A07 e o pavilhão R07 que registaram diminuições face a 2012, de 152 milhares de euros e de 49 milhares de euros respetivamente, decorrente de rescisões contratuais, sendo que no pavilhão A07 esta evolução será corrigida já em 2014, decorrente da contratualização do topo norte do pavilhão no final de 2013.

Os rendimentos provenientes do pórtico registaram um decréscimo de 47,5 milhares de euros (-6%) e o consumo de frio, por parte dos Operadores, um decréscimo de 43 milhares de euros (-14%).

A rubrica "outras prestações de serviços" representa 2% do total de rendimentos operacionais, ascendendo a 206 milhares de euros e regista uma diminuição de 2% relativamente ao ano anterior. A variação registada nesta rubrica decorre essencialmente de: (i) nova prestação de serviços em 2013 relativa a taxa de consumo de energia dos espaços centrais dos pavilhões (+27 milhares de euros); (ii) no valor de taxas de cedência de posição contratual (-21 milhares de euros); (iii) redução de comissões sobre volume de negócios de clientes (-7 milhares de euros); (iv) aumento das prestações de serviços de manutenção efetuadas a pedido dos operadores (+9 milhares de euros); (v) redução nos espaços ocupados para exposições de empresas externas (-10 milhares de euros).

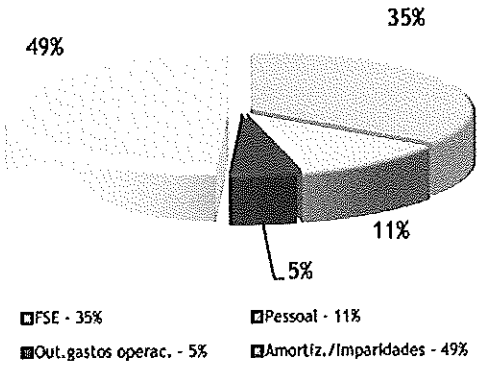
A rubrica de "outros rendimentos operacionais" ascendeu a 399 milhares de euros e contempla essencialmente: (i) os serviços prestados, no âmbito do protocolo com a SIMAB, relativos a apoio na área financeira, recursos humanos, informática e área técnica, cujo valor foi ajustad\o com efeitos a janeiro, representando uma redução de 16% face a 2012; (ii) venda de resíduos reciclavéis (+20 milhares de euros); (iii) juros de mora, cuja a variação de 3 milhares de euros relativamente a 2012, estará relacionada por um lado, com o facto da taxa de juro anual legal publicada em diário da república para o primeiro semestre de 2013 desceu 3% e a do segundo semestre, apesar de ter subido 10%, apenas foi publicada no mês de setembro e por outro o apertado controlo de créditos que diminui os dias de atraso nos recebimentos de clientes; (iv) correção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), relativo aos anos 2011 e 2012, por diminuição do Valor Patrimonial Tributário (VPT), decorrente do deferimento do pedido de avaliação dos imóveis, no valor de 201 milhares de euros; (v) regularizações de depreciações de anos anteriores, na sequência da assumpção, por parte do fornecedor de obra, de trabalhos não realizados (+21,6 milhares de euros); (vi) penalidades decorrentes do incumprimento do RIM (+1,8 milhares de euros).

A finalização do contrato com a PT, em setembro de 2012, justifica uma redução de 78 milhares de euros desta rubrica, face ao período homólogo de 2012, designadamente dos rendimentos provenientes do tráfego de voz e dados.

GASTOS OPERACIONAIS

Os gastos operacionais *cash*[1] ascenderam, em 2013, a um montante de 4.201 milhares de euros, traduzindo uma redução de 892 milhares de euros (-18%), face aos valores registados em 2012, e de 1.414 milhares de euros (-25%), face ao valor registado em 2011. De salientar que este valor incorpora o montante de 87 milhares de euros, registado em outros gastos operacionais, relativo à anulação de Pagamentos Especiais por Conta referentes aos anos 2004 a 2007. Expurgado este montante os gastos operacionais *cash* teriam registado uma diminuição de 979 milhares de euros, comparativamente com período homólogo.\

Estrutura Gastos Operacionais



Com a inclusão das depreciações, imparidades e provisões, com um peso de 49%, os gastos operacionais ascenderam ao montante de 8.234 milhares de euros e registam uma redução de 1.085 milhares de euros (-12%), relativamente ao valor registado no ano anterior.

Saliente-se a evolução favorável do peso do total de gastos operacionais nos rendimentos operacionais, com pesos de 70% em 2011, de 68%, em 2012 e 62%, em 2013.

Estrutura dos Gastos Operacionais

milhares de euros	2011	2012	2013	Var (2013/2012) ABS	Var (2013/2012) %	%Rend. Operac.
FSE's	4 075	3 564	2 885	-678	*-19%*	*22%*
Gastos com Pessoal	1 081	1 078	915	-163	*-15%*	*7%*
Outros Gastos Operacionais	458	451	400	-51	*-11%*	*3%*
Subtotal	**5 615**	**5 093**	**4 201**	**-892**	*-18%*	*32%*
Depreciações	4 155	4 140	4 024	-116	*-3%*	*30%*
Imparidades de dív. a receber	59	59	7	-52	*-88%*	*0%*
Provisões Riscos Encargos	0	27	2	-25	*-93%*	*0%*
Total Gastos Operacionais	**9 829**	**9 320**	**8 234**	**-1 085**	*-12%*	*62%*

As medidas de eficiência e de otimização da estrutura de gastos conduziram ao redimensionamento e redução do valor dos serviços associados à atividade operacional do Mercado, com impacto ao nível da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos.

[1] Excluindo imparidades, provisões, depreciações e gastos não recorrentes

Em 2013, os gastos com **fornecimentos e serviços externos**, que representam 22% dos rendimentos operacionais, totalizaram o montante de 2.885 milhares de euros, registando um decréscimo de 678 milhares de euros (-19%), face ao período homólogo e 1.190 milhares de euros (-29%) abaixo do valor registado em 2011, refletindo o impacto das medidas tomadas, no sentido da redução dos gastos operacionais, veiculada pelo acionista.

Registaram-se decréscimos relevantes ao nível de rubricas com elevado peso na estrutura de custos da empresa, designadamente: (i) conservação e manutenção (-207 milhares de euros); (ii) limpeza (-181 milhares de euros); (iii) segurança (-87 milhares de euros); (iv) trabalhos especializados (-87 milhares de euros); e (v) eletricidade (-46 milhares de euros).

Estrutura dos Fornecimentos e Serviços Externos

milhares de euros	2011	2012	2013	Var (2013/2012) ABS	Var (2013/2012) %	Estrutura
Eletricidade	713	692	646	-46	*-7%*	*22%*
Água	441	291	281	-10	*-3%*	*10%*
Manutenção	562	507	300	-207	*-41%*	*10%*
Limpeza	1 159	1 003	822	-181	*-18%*	*28%*
Segurança	442	408	321	-87	*-21%*	*11%*
Trabalhos Especializados	458	425	338	-87	*-20%*	*12%*
Seguros	107	93	75	-18	*-19%*	*3%*
Rendas e Alugueres	59	52	37	-15	*-30%*	*1%*
Combustíveis	30	20	2	-18	*-88%*	*0%*
Comunicações	29	22	17	-6	*-25%*	*1%*
Outros	74	51	47	-5	*-9%*	*2%*
Total FSE's	**4 075**	**3 564**	**2 885**	**-678**	*-19%*	*100%*

Ao nível da estrutura dos FSE destaca-se: os gastos com limpeza, que representam 28% do total dos FSE, ascendendo a 822 milhares de euros e que englobam para além da limpeza interior dos pavilhões e exterior de todo o Mercado, os gastos com recolha e tratamento dos resíduos; os gastos com eletricidade, que ascenderam a 646 milhares, representando 22% dos FSE; os gastos com trabalhos especializados, que engloba essencialmente, os serviços prestados pela SIMAB consubstanciados no contrato de gestão, a consultoria prestada no âmbito do teste de imparidade de ativos, os serviços de auditoria e outras prestações de serviços especializadas, ascendendo a 338 milhares de euros e que representam 11%; os gastos com vigilância e segurança no montante de 321 milhares de euros, e que representam 11% desta rubrica; e os gastos com manutenção essencialmente relacionada com as infraestruturas que este ano ascenderam a 300 milhares de euros representando 10% dos FSE.

A eliminação de *plafond* de gastos com viaturas atribuídas a colaboradores e *plafond* de gastos com telecomunicações, aplicadas a partir do segundo semestre de 2012 originaram descidas de 88% e 25% nos combustíveis e comunicações, respetivamente.

Os **gastos com pessoal**, que representam cerca de 7% dos rendimentos operacionais, ascenderam a 916 milhares de euros, representando um decréscimo de 163 milhares de euros (-15%), face ao ano anterior.

Evolução Gastos com Pessoal

milhares de euros	2011	2012	2013	Var (2013/2012) ABS	Var (2013/2012) %
Remun. dos Órgãos Sociais	113	103	149	46	45%
Remunerações do Pessoal	722	663	612	-52	-8%
Indeminizações	42	127	0	-127	-100%
Encargos sobre Remunerações	163	152	141	-11	-7%
Seguros Acid. Trab.	5	4	3	-1	-26%
Outros Gastos com Pessoal	37	30	11	-18	-62%
Total	**1 081**	**1 078**	**915**	**-163**	***-15%***

A variação desta rubrica resulta do efeito conjugado de vários fatores, nomeadamente:

(i) reposição do subsídio de natal, de acordo com a Lei 66-B/2012; (ii) reposição do subsídio de férias decorrente da decisão do Tribunal Constitucional, através do Acordão Nº187/2013, por considerar inconstitucional a sua suspenção; (iii) registo do subsídio de férias relativo ao ano 2012 - este gasto ascendeu a 58 milhares de euros e não foi reconhecido no exercício de 2012, por ser desconhecida a decisão do Tribunal Constitucional, aquando da aprovação de contas; (iv) situações de baixa médica, licença de paternidade e licença de maternidade; (v) reestruturação ocorrida no final de 2012, da qual resultou a realização de acordos de revogação de 4 contratos de trabalho, e a não renovação de 2 contratos a termo certo. O valor de gastos com pessoal em 2012 está assim influenciado pelo valor registado em indeminizações concedidas, que totalizou o montante de 127 milhares de euros. Expurgado o montante de indeminizações, a variação em gastos com pessoal regista uma diminuição de 4%.

A variação relativamente à remuneração dos Órgãos Sociais, em +45% relativamente a 2012, decorre da atualização do valor do desempenho de cargos sociais, estipulado na última Assembleia Geral da MARL, SA, em março de 2013.

Os **outros gastos operacionais** ascenderam a 400 milhares de euros, representando um decréscimo de 51 milhares de euros (-31%), face ao ano anterior. Esta variação resulta, essencialmente, do efeito conjugado de: (i) redução de 100 milhares de euros no imposto municipal sobre imóveis (IMI); (ii) registo da anulação dos pagamentos especiais por conta, no montante de 87 milhares de euros;

(iii) entrega de juros de depósitos obtidos, no montante de 12 milhares de euros, ao IGCP, de modo a dar cumprimento ao princípio de UTE (unidade de tesouraria do Estado), de acordo com Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro; (iv) colaboração com o ISU (Instituto de Solidariedade Universitária) proporcionando estágios a Jovens, sob a forma de donativo, com um acréscimo de 16 milhares de euros, na medida em que esta colaboração iniciou em maio de 2012 e em menor número de jovens; (v) o registo, em 2012, de dívidas incobráveis de 39 milhares de euros; (vi) registo de abate de ativos, em 2012, no valor de 26 milhares de euros.

Os **gastos operacionais** ***non cash*** (depreciações, imparidades de dívidas a receber e provisões) ascenderam a 4.034 milhares de euros, 193 milhares de euros abaixo do valor registado no ano anterior. As depreciações do exercício diminuíram em 116 milhares de euros, refletindo o término da vida útil de bens, ocorridos durante o período. As perdas por imparidade de dívidas a receber ascenderam a 7 milhares de euros, em 2013, que compara com 59 milhares de euros, em 2012.

Destinando-se as provisões a fazer face a obrigações presentes ou prováveis, mas não aleatórias, a partir de uma avaliação cuidada e aprofundada de riscos, a empresa criou, em 2013, provisões para riscos e encargos no montante de 2 milhares de euros, valor que considera adequado e suficiente face aos riscos.

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros fixaram-se, no final do ano de 2013, em 2.674 milhares de euros negativos, o que representa uma melhoria em 847,9 milhares de euros (+24%), face aos 3.521,7 milhares de euros negativos registados no ano anterior.

A melhoria destes resultados deve-se, essencialmente a: (i) redução do passivo bancário por via da realização do capital social, em março de 2013, no montante de 2,3 milhões de euros; (ii) melhoria das condições de *pricing* do financiamento, na sequência da operação de concentração de crédito na empresa-mãe (SIMAB) em condições financeiras mais vantajosas; (i) fim da maturidade de um contrato de swap.

No final de 2013, a taxa de juro média anual, após derivados de cobertura, da dívida financeira da MARL, SA situava-se em 3,39%, inferior em 109 pb à taxa de juro média registada em 2012.

Apuramento do Imposto

A linha de imposto regista, em 2013, o montante de 868 milhares de euros, representando um agravamento de 576 milhares de euros face ao imposto apurado em 2012. Esta variação resulta do efeito conjugado de: (i) do aumento do imposto corrente em 581 milhares de euros; (ii) à reversão de impostos diferidos ativos, relativos a prejuízos fiscais reportáveis, decorrente de

estimativas relativamente à obtenção de lucros nos próximos anos, no montante de 118 milhares de euros; (iii) a reversão de impostos diferidos ativos relacionados com amortizações não aceites fiscalmente no exercício, no montante de 0,5 milhares de euros.

7.2 Performance Financeira

Balanço e Estrutura Financeira

A MARL, SA, enquanto empresa integrada no Sector Empresarial do Estado (SEE), está sujeita a um conjunto de orientações estratégicas que condicionam de certa forma os planos de investimento. Em 2013, sempre no alinhamento das orientações estratégica, o investimento foi condicionado à realização de investimentos estruturantes, inadiáveis e imprescindíveis, para satisfazer as reais necessidades dos operadores e clientes do Mercado e que permitam assegurar a qualidade e o vanguardismo das instalações que coloca à disposição dos mesmos.

O CAPEX da MARL, SA, no montante de 257 milhares de euros, acima do investimento de 2012, foi essencialmente alocado a: (i) reabilitação de coberturas dos pavilhões; (ii) grandes reparações nos chillers dos pavilhões com sistema AVAC; (iii) grande reparação da fábrica do gelo no pavilhão do pescado; (iv) finalização dos trabalhos de colocação de divisória no pavilhão A03, para instalação de um novo cliente; (v) trabalhos decorrentes da expansão do edifício CTTExpresso, conforme previsto no aditamento ao contrato; (vi) licença de vistoria contra incêndio do edifício CTTExpresso; (vii) instalação de sistema terra e repavimento junto ao para-raios do edifício CTTExpresso; (viii) taxa de licenciamento contra incêndios para o edifício CTTExpresso; (ix) Projeto DAE - Projeto Desfibrilhação Automática Externa, tendo por base a exigência legal, presente do decreto-lei Nº184/2012 de 8 de agosto, de possuir o referido equipamento e pessoas aptas para a sua utilização, em recintos com as características do Mercado; (x) sistema de proteção e segurança (Incêndio e Intrusão) do Mercado; (xi) aquisição de analisador de energia e quadro elétrico térmico, necessários para a monitorização dos postos de transformação elétricos; (xii) aquisição de 6 portáteis; (xiii) grande reparação de câmara frigorífica; (xiv) aquisição de 6 aparelhos de ar condicionado; (xv) Aquisição de contentores de lixo de 1.000 litros.

O balanço da MARL, SA em 31 de dezembro de 2013 apresenta um **ativo líquido** de 144.230 milhares de euros, evidenciando um decréscimo de 4.015 (-3%) face a 31 de dezembro de 2012. As principais variações ocorreram nas seguintes rubricas:

- redução do ativo fixo líquido em 3.816 milhares de euros (-3%) resultante, essencialmente, do efeito conjugado de: (i) depreciações do exercício, no montante de 4.029,2 milhares de euros; (ii) investimento realizado, no montante de 257 milhares de euros;
- redução em outros ativos financeiros, do montante de 200 milhares de euros, relativo a montante cativo que se constitui como garantia no âmbito de financiamento, por ser expectável a sua desmobilização no prazo de 12 meses subsequentes à data do balanço, em virtude da liquidação prevista desse financiamento. Apesar de não estar disponível à data de 31 de dezembro de 2013, à data da elaboração deste relatório o montante já foi mobilizado;
- redução dos Ativos por impostos diferidos, essencialmente, no que diz respeito aos SWAPS, em 116 milhares de euros, decorrente da reclassificação imposta pela interpretação da FAQ13 (CNC), por contrapartida do Imposto diferido;
- dívidas a clientes, em linha com período homólogo, [PMR = 33 dias];

O reforço da capacidade de geração de cash flow operacional aliado ao apoio acionista permitiram à empresa fortalecer a sua estrutura financeira, com o endividamento[2] a diminuir de forma sustentada e a representar, no final de 2013, 51% do capital investido (*vs* 54% no final de 2014).

O passivo, incluindo os diferimentos, ascendeu, a 31 de dezembro de 2013, a 96.371 milhares de euros, reduzindo 8.909 milhares de euros (-8%), quando comparado com 31 de dezembro de 2012. As principais variações registam-se nas seguintes rubricas:

- nas dívidas a fornecedores que registaram uma diminuição em 163 milhares de euros. O prazo médio de pagamentos (PMP), calculado nos termos da RCM nº 34/2008 com a alteração introduzida pelo despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, situou-se em 55 dias que compara com 61 em 2012, ou seja, uma redução de 9%;
- na redução nas outras contas a pagar em 1.327 milhares de euros, essencialmente, relacionada com, (i) a variação do justo valor dos contratos de cobertura de risco de taxa de juro (-894 milhares de euros); (ii) a diminuição dos acréscimos de gastos (-320 milhares de euros), por via do decréscimo de juros a liquidar, da redução do IMI de 2013 a pagar em 2014 e da redução do valor em dívida em acordo de pagamentos, relativo a investimento de ativo fixo, efetuado em anos anteriores;
- na redução nos financiamentos obtidos em 6.254 milhares de euros;

[2] Exceto Diferimentos de Taxas de Acesso

- na redução dos diferimentos em 1.847 milhares de euros, essencialmente, pelo efeito da integração, em rendimentos do exercício, de taxas de acesso.

A performance operacional, conjuntamente com uma gestão rigorosa do capital circulante, e com os *apports* de capital acionista, refletiu-se de uma forma bastante positiva, nos níveis de liquidez da empresa, permitindo gerar *cash flows* significativos, e uma consequente redução da utilização dos fundos bancários.

Posição financiamento

milhares de euros	31DEZ2012	Utiliz. / (Amortiz) Capital em 2013	31DEZ2013
Linhas curto prazo			
Apoio à Tesouraria	3 000	-3 000	0
Outros	5	-4	1
Linhas médio/longo prazo			
Financiamento investimento	40 574	-3 080	37 495
Empréstimo	1 020	-480	540
Papel Comercial	250	-250	0
Prest. Assessórias	26 575	560	27 135
Total	**71 424**	**-6 254**	**65 170**

As dividas a instituições de crédito diminuíram em 6.814 milhares de euros por via de: (i) amortização do financiamento junto do Banco Europeu de Investimento (2.777 milhares de euros); (ii) amortização do financiamento de médio/longo prazo (782 milhares de euros); (iii) redução na utilização de linhas de apoio à tesouraria (3.000 milhares de euros); (iV) liquidação do papel comercial (250 milhares de euros).

Os capitais próprios, antes de registo da imparidade de ativos, conforme referido acima e explicado no ponto 6.3, ascenderam a 48.044 milhares de euros e representa um aumento de 5.079 milhares de euros (+12%), face a 2012.

Em março de 2013, foi realizado o capital subscrito pelo acionista SIMAB, em Assembleia Geral de março de 2010, no montante de 2.300 milhares de euros.

A evolução das principais rubricas do balanço é apresentada de forma sintética, no quadro seguinte:

Balanço Sintético

milhares de euros	31DEZ2011	31DEZ2012*	31DEZ2013	Var (2013/2012) ABS	Var (2013/2012) %
Ativo Fixo Líquido	148 705	144 626	140 810	-3 816	*-3%*
Capital Circulante Líquido	604	221	-215	-436	*-197%*
Outros	-7 886	-6 153	-4 990	1 163	*-19%*
Diferimentos	-26 390	-24 642	-22 795	1 847	*-7%*
Capital investido	**115 033**	**114 052**	**112 810**	**-1 242**	*-1%*
Dívida Financeira	74 189	71 424	65 170	-6 254	*-9%*
Caixa e Depósitos Bancários	1 036	337	407	70	*21%*
Dívida Líquida	**73 153**	**71 087**	**64 763**	**-6 324**	*-9%*
Capital Social	27 700	27 700	30 000	2 300	*8%*
Reservas e Resultados Retidos	2 560	3 935	6 719	2 784	*71%*
Subsídios	11 620	11 330	11 328	-2	*0%*
Fundos Acionistas	**41 880**	**42 965**	**48 047**	**5 082**	*12%*

*Reexpresso

FLUXOS DE CAIXA

A atividade operacional da empresa gerou um fluxo líquido de 6.959 milhares de euros, suficiente para fazer face ao financiamento do investimento, que mobilizou fluxos monetários no montante de 84 milhares de euros, que inclui a desmobilização de um colateral constituído como garantia de uma Conta corrente caucionada no montante de 200 milhares de euros, por ser expectável a sua desmobilização a curto prazo. Expurgando este movimento o fluxo das actividades de investimento ascende a 284 milhares de euros. De salientar ainda, que o fluxo operacional inclui o montante de 201 milhares de euros relativo a devolução de IMI pago em anos anteriores, tal como já referido neste relatório.

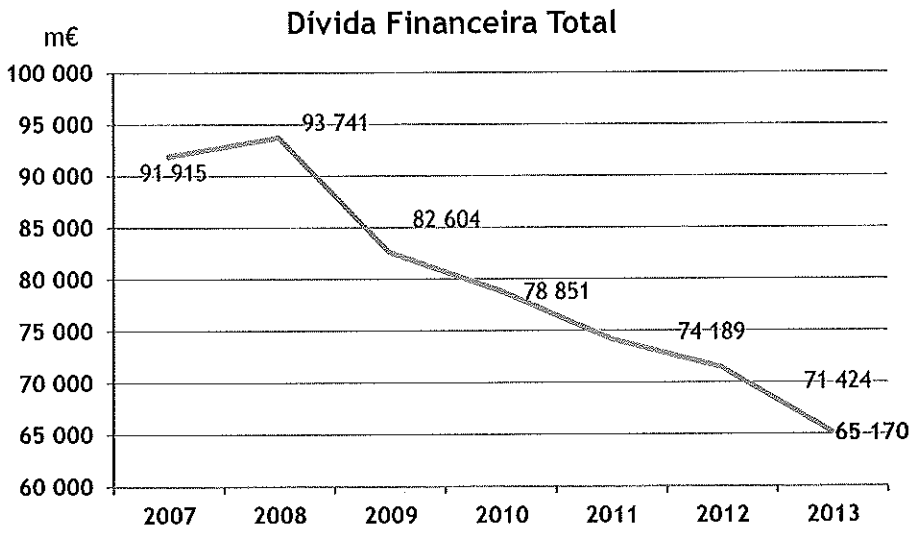
O cash flow disponível para serviço da dívida foi suficiente para fazer face às obrigações decorrentes do serviço da dívida, no montante de 6.411 milhares de euros, referente a amortizações de capital de financiamentos de médio/longo prazo e juros de financiamento e outros encargos (incluindo liquidações negativas em contratos de swap). O *apport* de capital acionista de 2.860 milhares de euros aliado ao reforço da capacidade de geração de cash flow, permitiu ainda reduzir linhas de curto prazo no montante de 3.534 milhares de euros.

milhares de euros	2011	2012	2013
Caixa no início do período	979	636	337
Cash Flow Atividades Operacionais	5 423	6 421	6 959
Cash Flow Atividades de investimento	-672	-444	-84
Cash Flow disponível para serviço da dívida	**5 729**	**6 613**	**7 212**
Serviço da Dívida			
Juros e outros encargos	-3 821	-3 517	-2 851
Amortização emprestimos MLP	-763	-777	-782
Amortização capital (BEI)	-2 778	-2 778	-2 778
Free Cash Flow	**-1 632**	**-459**	**801**
Recebimento/(Amortização) de emprestimos CP	-1 121	-25 780	-3 254
Recebimento/(Amortização) de emprestimos accionistas	3 789	26 575	2 860
Caixa no final do período	**636**	**337**	**407**

Obs: Valores de 2011 e 2012 reexpressos

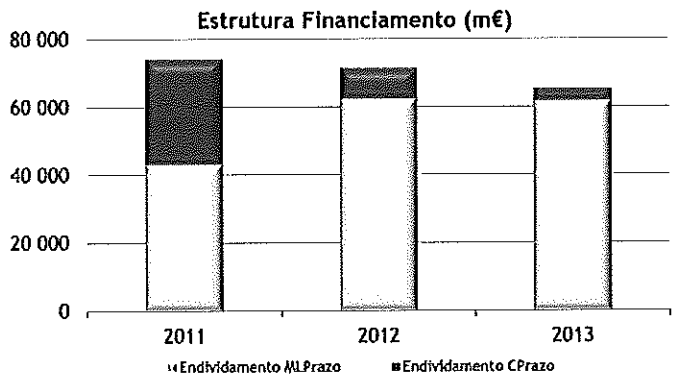
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

A dívida financeira da MARL, SA tem diminuído de forma progressiva e consistente desde 2007, ascendendo a 65.170 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2013.



Simultaneamente, MARL tem vindo a procurar as melhores alternativas de negociação com a banca tendo em vista a otimização dos seus financiamentos, quer ao nível do custo, quer ao nível do tipo de produto contratado e garantias conexas, procurando ajustar a maturidade destes à dos investimentos que financiam.

Em consonância com uma política de otimização da estrutura de financiamento do grupo SIMAB, desde 2011 tem sido preconizada uma política de concentração de crédito bancário na empresa-mãe, em condições de financiamento mais favoráveis que levou à substituição de crédito bancário das participadas por fundos acionistas, por via da realização de prestações assessórias de capital.



Na sequência desta estratégia, no final de 2013 foi contratualizado, ao nível da holding, um programa de Emissão de Papel Comercial, com prazo de 5 anos, que permitiu reestruturar o financiamento bancário de curto prazo da MARL, SA no médio/longo prazo. Esta operação permitiu liquidar linhas de apoio à tesouraria de curto prazo (mensais e trimestrais), designadamente a Linha Hotmoney que vinha sendo renovada com uma periodicidade mensal desde janeiro de 2011. Deste modo, a empresa elimina o seu risco de financiamento e diminui o peso relativo do curto prazo na estrutura da dívida financeira, com a dívida de longo prazo a representar 95% do total da dívida (87% em 31 de dezembro de 2012).

A dívida financeira líquida, em 31 de dezembro de 2013, atingiu 64.763 milhares de euros, o que representa uma redução de 6.324 milhares de euros (-8,9%), face a 31 de dezembro de 2012.

O reforço da capacidade de libertação de *cash flow* e uma política de investimentos controlada permitiram, em 2013, fazer face às responsabilidades decorrentes do serviço da dívida e ainda reduzir linhas de curto prazo (revolving) no montante de 3.560 milhares de euros.

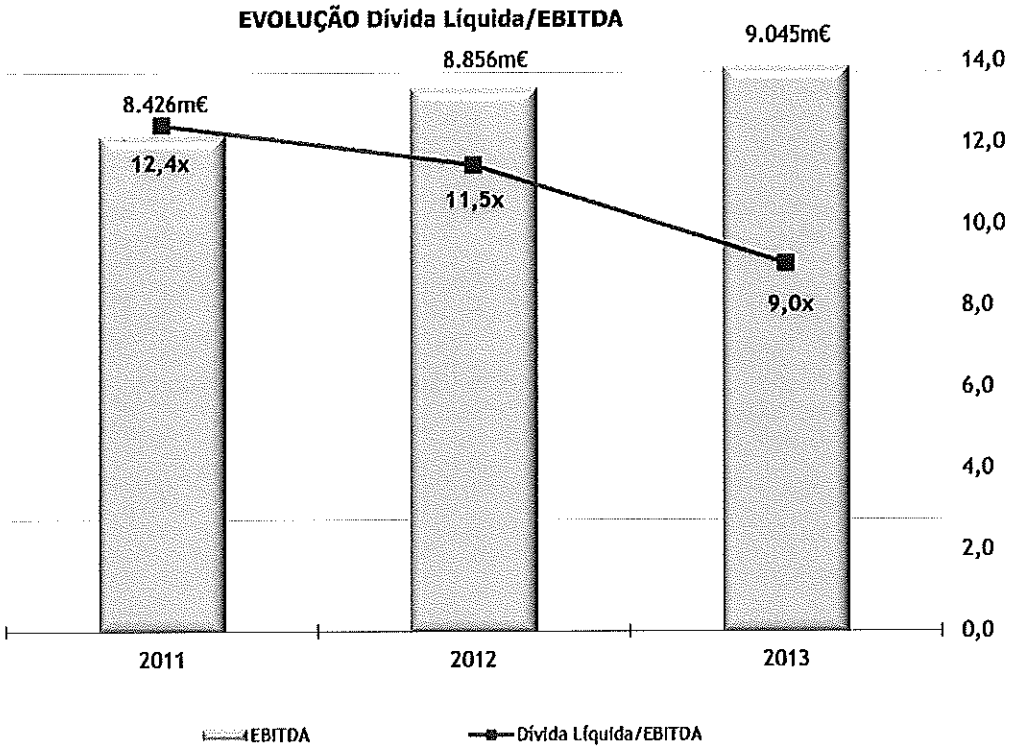
Estrutura de Capital

A capacidade de geração de *cash flow* associada ao esforço de dotar a empresa com uma estrutura de capitais mais sólida, concretizada por via de *apports* de capital acionista, permitiu uma redução do passivo da empresa em 9.097 milhares de euros e o consequente reforço do peso relativo dos capitais próprios de 29% em 2012 para 33% em 2013.

A solidez ao nível da atividade operacional da MARL, SA, em 2013, encontra-se evidenciada no *EBITDA* que ascendeu a 9.045 milhares de euros, demonstrando a importância do autofinanciamento enquanto fonte de fundos da empresa.

O aumento da rentabilidade operacional e a redução do financiamento determinaram um reforço do rácio de cobertura de juros (EBITDA / juros) de 2,5x, em 2012, para 3,4x em 2013.

Em 2013, a MARL, SA voltou assim a apresentar melhorias substanciais em termos de rácios financeiros, em face das entradas de capital, verificadas nos últimos anos, e do reforço constante da capacidade de geração de *cash flow* operacional. O rácio de Dívida Líquida/*EBITDA*[3] situou-se em 9x, que compara com 11,5x em 2012, refletindo, a redução do endividamento e o aumento do EBITDA.



Rácios

	2011	2012	2013
Endividamento	0,55	0,69	0,65
Estrutura do Endividamento	0,44	0,13	0,07
Autonomia	0,27	0,29	0,33
EBITDA / Juros Líquidos	2,1	2,5	3,4
Dívida Líquida/CP	1,75	1,65	1,35
Margem EBITDA (EBITDA/Rendimentos Operacionais)	60%	63%	68%

[3] Excluindo integração de taxas de acesso, por não se traduzirem em recebimentos efetivos do exercício.

GESTÃO DO RISCO

As atividades da MARL, SA estão expostas a fatores de risco financeiro que resultam da sua atividade, essencialmente, relacionados com a liquidez e com a taxa de juro decorrentes do passivo financeiro. Ao nível da gestão do risco de liquidez, a empresa tem como política a manutenção das suas disponibilidades financeiras a um nível razoável e, simultaneamente, a garantia de que eventuais défices de financiamento das atividades operacionais e de investimento estejam assegurados por contratos de financiamento de curto e de médio e longo prazo.

É política da MARL, SA garantir o acesso a linhas de crédito de utilização flexível e em montante adequado, pelo que, a 31 de dezembro de 2013, tinha contratado linhas de apoio à tesouraria não utilizadas no montante de 8.787 milhares de euros.

A totalidade da dívida financeira contraída está indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via exposta ao risco de taxa de juro. Assim, em 2006, a MARL, SA encetou uma política de gestão de risco com o objetivo de reduzir a sua exposição a determinados riscos, resultantes da variação de taxa de juro. Nesse sentido, na medida das expectativas da evolução das taxas de juro e da ocorrência de impactos indesejáveis, foram contratadas, em 2006 e 2008, operações com instrumentos financeiros derivados, nomeadamente, *swaps* de taxa de juro, *caps* e *floors*, tendo como objetivo a cobertura de risco de taxa de juro, pretendendo-se assim cobrir ou anular variações negativas nos *cash flows* associados ao serviço da dívida. No ano de 2013, os referidos instrumentos geraram encargos financeiros, no montante de cerca de 800 milhares de euros, devido à manutenção em níveis historicamente baixos das taxas de juro de curto prazo do euro, taxas de referência para a totalidade das penas recebedoras dos *swaps*. A empresa procura o desenvolvimento de soluções para cobertura dos riscos identificados e nunca com o objetivo de *trading*.

Estes instrumentos são qualificados como instrumentos de cobertura em relações de cobertura de fluxos de caixa, pelo que são registados no balanço pelo seu justo valor. As variações de justo valor são registadas, por contrapartida de capitais próprios, de acordo com a NCRF 27 e devidamente expressas nas Notas às Demonstrações Financeiras [nota 17].

Em 2013, a empresa não realizou qualquer contrato de cobertura de risco de taxa de juro, sendo que o único contrato de *swap* ativo a 31 de dezembro de 2013 atingirá a sua maturidade em março de 2014.

7.3 ANÁLISE DO IMPACTO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS FIXOS

Conforme referido anteriormente neste documento, na sequência da avaliação do grupo SIMAB efectuada para efeitos de aquisição da participação do Estado Português na SIMAB pela Parpublica, foram apuradas diferenças significativas entre os capitais próprios contabilísticos e o *equity value* atribuído ao Grupo, o que indiciou uma situação de imparidades nos ativos.

Perante esta evidência, no final de 2013, foi realizado o teste de imparidade aos ativos das participadas da SIMAB à luz do normativo contabilístico nacional e internacional, por entidade independente (BDO Consulting).

As Unidades Geradoras de Caixa (UGC) definidas coincidiram com as participadas da SIMAB, SA. Assim, para as UGC foram estimados o valor de uso e o justo valor pela abordagem do rendimento menos custos de alienação, de acordo com a IAS 36/NCRF12 e a IFRS 13, assumindo que não existem dados suficientes para a mensuração pelas restantes abordagens do modelo do justo valor. Nesta perspetiva, é assumido que a quantia recuperável é semelhante entre o valor de uso/justo valor uma vez que os fluxos de caixa descontados são idênticos.

Os testes de imparidade foram realizados de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados na perspectiva de continuidade das atividades nos moldes atuais, de acordo com os pressupostos que se encontram descritos na nota 8 das Notas às Demonstrações Financeiras.

O valor da UGC "MARL" apurado, correspondente à quantia recuperável, ascende a 93.502.328 euros.

Comparando o valor de avaliação da UGC de 93.502 milhares de euros com a quantia escriturada do ativo e passivo associado que está na origem da geração de influxos de caixa (diferimentos passivos relativos a rendimentos a reconhecer provenientes de taxas de acesso a integrar em rendimentos do exercício futuros), é apurado um valor de imparidade de 25.563 milhares de euros que considerando os impostos diferidos terá um impacto nos capitais próprios do MARL de 19.300 milhares de euros.

MARL - Teste de Imparidade	31/dez/13
(1) Valor da UGC	93 502 328
(2) V. Líquido AFT/Intangiveis + saldo diferimentos tx acesso	119 065 270
Valor Líquido dos AFT/Intangiveis	140 810 095
Diferimento de Taxas de Acesso	-21 744 825
(3) Imparidade (2) - (1)	**25 562 942**
(4) Ativo por Impostos diferidos (24,5%)	-6 262 921
(5) Imparidade Líquida ID (3) - (4)	**19 300 021**
(6) Capital Próprio MARL (antes imparidade)	48 046 782
(7) Capital Próprio MARL após Registo Imparidade	**28 746 760**

O registo da imparidade tem o seguinte impacto nas diversas rubricas da Demonstração de Resultados e Balanço da MARL, SA a 31 de Dezembro de 2013:

IMPACTO NOS RESULTADOS LÍQUIDOS	
Euro	
Resultado Líquido antes Teste Imparidade	**1 890 188**
Imparidade	-25 562 942
Ativos por Impostos Diferidos	6 262 921
Integração Subsídio ao Investimento [1]	2 701 401
Bens não depreciáveis (Terrenos)	*79 615*
Bens depreciáveis	*2 621 786*
Reversão Passivo Impostos Diferidos	-642 338
Resultado Líquido após Teste de Imparidade	**-15 350 770**
Impacto em Resultados Antes de Impostos	-22 861 541
Impacto em Impostos Diferidos	-5 620 583
Impacto em Resultados Líquidos	-17 240 958

[1] Imputado como rendimento do período na proporção da perda por imparidade reconhecida para o ativo subjacente à atribuição do subsídio.

IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS

Euro	
Capital Próprio antes Teste Imparidade	**48 046 782**
Capital Social	30 000 000
Reservas	219 915
Resultados Transitados	4 791 405
Ajustamentos em ativos Fin.	0
Outras Variações nos CP	11 145 273
Subsídios ativos não depreciáveis	437 990
Subsídios ativos depreciáveis	14 423 765
Impostos Diferidos referentes a Subsídios	-3 533 822
Outros	-182 659
Resultado Líquido	1 890 188
Impacto em Capitais Próprios	**-19 300 021**
Capital Social	0
Reservas	0
Resultados Transitados	0
Ajustamentos em ativos Fin.	0
Outras Variações nos Capitais Próprios	-2 059 063
Subsidios ativos não depreciáveis	-79 615
Subsidios ativos depreciáveis	-2 621 786
Reversão Impostos Diferidos	642 338
Resultado Líquido	-17 240 958
Capital Próprio apósTeste Imparidade	**28 746 760**
Capital Social	30 000 000
Reservas	219 915
Resultados Transitados	4 791 405
Ajustamentos em ativos Fin.	0
Outras Variações nos Capitais Próprios	9 086 210
Subsidios ativos não depreciáveis	358 375
Subsidios ativos depreciáveis	11 801 979
Reversão Impostos Diferidos	-2 891 485
Outros	-182 659
Resultado Líquido	-15 350 770
Impacto % das Imparidades em Capitais Próprios	***-40%***

IMPACTO NOS ATIVOS FIXOS

Euro	
Ativos Fixos Líquidos antes Teste Imparidade	**140 810 095**
Ativos Fixos Líquidos Tangiveis	**140 630 749**
Terr. e recursos naturais	24 244 770
Edifícios e outras construções	116 107 938
Equipamento básico	146 185
Equipamento administrativo	8 231
Outros activos fixos tangíveis	123 624
Ativos Fixos Líquido (Intangivel)	**3 046**
Ativo Fixo em Curso	**176 300**
Perdas por Imparidade Acum. em AFT e Intangiveis	**-25 562 942**
Aplicações Financeiras	**0**
Ativos Fixos Líquidos Tangiveis	**-25 562 942**
Terr. e recursos naturais	-4 407 051
Edifícios e outras construções	-21 104 765
Equipamento básico	-25 563
Equipamento administrativo	-2 556
Outros activos fixos tangíveis	-23 007
Ativos Fixos Líquido (Intangivel)	**0**
Ativo Fixo em Curso	**0**
Ativos fixos Líquidos após Imparidades	**115 247 153**
Impacto % das Imparidades em Ativos Fixos	***-18%***

8. Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2013, negativo em 15.350.769,79 euros (quinze milhões trezentos e cinquenta milhares setecentos e sessenta e nove euros e setenta e nove cêntimos) seja mantido em Resultados Transitados.

9. Outras Informações

A empresa não tem dívidas ao Estado e à Segurança Social.

Em 31 de janeiro de 2013, nos termos do nº3 do artigo 9º do DL 209/2000, de 2 de setembro, as ações detidas pelo Estado Português através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, correspondentes a 100% do capital social da SIMAB, SA, foram na sua totalidade transferidas para a Parpública SGPS, SA.

10. Perspetivas Futuras

Segundo o Boletim de Inverno do Banco de Portugal, as atuais projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade em 2014, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas. Este processo deverá ocorrer num quadro de manutenção de condições regulares de financiamento da economia.

A evolução da procura interna, em particular no que se refere ao consumo público e ao consumo privado continuará a ser condicionada pelo processo de consolidação orçamental e de desalavancagem do sector privado, e pela manutenção de condições desfavoráveis no mercado de trabalho. As exportações deverão manter um crescimento forte, suportado pela recuperação da procura externa, embora a um ritmo inferior ao verificado no período anterior à crise financeira.

O corte nas remunerações directas e o aumento dos impostos directos e indirectos fizeram recuar o rendimento disponível das famílias, assistindo-se simultaneamente a um aumento histórico da taxa de poupança.

O nível da confiança dos consumidores e dos vários agentes económicos atingiu nos últimos anos os valores mais baixos desde que há registo, não só pelo agravamento da situação económica, mas também pela falta de perspetivas no curto e médio prazo de melhoria da situação financeira do país e das famílias.

A MARL, SA, enquanto empresa integrada no Sector Empresarial do Estado (SEE), está sujeita a um conjunto de orientações estratégicas e regras estabelecidas no âmbito dos compromissos assumidos pelo Estado Português no contexto do PAEF, que condicionam a atividade operacional, o plano de investimentos e a política de financiamento da empresa.

As projeções para a zona euro apontam para uma variação ligeiramente negativa da atividade económica em 2013 e para uma recuperação moderada em 2014. Neste contexto, antecipa-se que a procura externa dirigida à economia portuguesa, em 2013, deva apresentar uma queda menos pronunciada que a observada no ano anterior e que recupere em 2014.

Relativamente às condições de financiamento da economia, e no que respeita à taxa de juro de curto prazo (euribor) as previsões apontam para que mantenha, no decorrer de 2014, os valores historicamente baixos que tem observado.

Neste enquadramento, o Orçamento apresentado para 2014 releva uma prudente evolução positiva, mas controlada, do volume de negócios, uma política de contenção ao nível dos gastos operacionais, sem colocar em causa a prestação de serviços, que resultará na melhoria da performance económica face a 2013. Ao nível do financiamento, a diminuição do endividamento bancário da empresa, por via da centralização de créditos na SIMAB, permitiu reduzir os encargos financeiros, redução essa determinante para a evolução positiva dos resultados da empresa.

Não obstante, em 2014, a MARL continuará a procurar condições para a consolidação económica e operacional, apostando num cenário de ocupação comercial que se traduz num ligeiro aumento dos rendimentos, relativamente a 2013 e na eficiência da gestão em matéria de gastos operacionais, visando a melhoria da sua situação económica e financeira para afirmação do seu posicionamento e credibilidade no mercado. Este esforço será acompanhado por um plano de investimentos controlado, e sempre associado a benfeitorias para instalação de novos negócios, potenciadores de resultados positivos, recorrentes e crescentes.

O orçamento de 2014 assume assim o pressuposto de manutenção das taxas de ocupação de espaços, presumindo que os atuais operadores permanecerão no mercado, apesar das dificuldades que caracterizaram a atividade da generalidade dos clientes, nomeadamente, no Pavilhão do Mercado.

A empresa espera uma melhoria em vários indicadores, nomeadamente ao nível da atividade operacional, quer por via da capacidade comercial, quer por via da sua eficiência de gastos.

Na sua estratégia de crescimento, a MARL, SA concentra-se no reforço contínuo da solidez de balanço, dando particular atenção à estrutura de capital, ao rácio de endividamento e à geração de *cash flow*.

Em 2014, dada a atual conjuntura macroeconómica internacional e nacional, marcada por inúmeras incertezas, a MARL, SA privilegiará uma postura de prudência financeira que reforce a robustez do balanço e maximize a rentabilidade dos ativos.

Analisando a atividade e o desempenho da MARL, SA à luz da atual conjuntura económico-financeira, se por um lado foi possível prever, no Orçamento para 2014, um ano difícil no que respeita à concretização de novos negócios - que estrategicamente nos levou a manter o enfoque na manutenção dos contratos em vigor - podemos antecipar porque o ano que passou nos permite ter uma expectativa positiva para o futuro, na certeza de que cada vez terá que ser maior o rigor no controlo e na qualidade dos nossos serviços, processos e práticas de gestão, sempre fieis a uma cultura de eficiência de custos.

Em 2014 ir-se-á manter o foco no crescimento, procurando elevar os níveis de rentabilidade do capital próprio e melhorar os indicadores de autonomia financeira, não apenas através do aumento da rentabilidade, mas também reduzindo, em termos absolutos, os níveis de endividamento. Acima de tudo, pretendemos alcançar estes objetivos proporcionando os melhores preços e serviços aos nossos clientes.

A procura de eficiência operacional, aliada ao desenvolvimento de uma cultura de empresa e atitude competitiva, têm sido dois fatores importantes com vista à preparação da empresa, para os desafios futuros que, certamente nos darão a capacidade para atingir os objetivos a que nos propomos.

A MARL, SA mantém a visão ambiciosa que a motiva, confiante de que é viável atingir o objetivo de conseguir o crescimento sustentado com criação de valor, conciliando crescimento com rentabilidade, reforçando os negócios atuais e assegurando o retorno adequado de novos investimentos.

11. REFERÊNCIAS FINAIS

A concluir, o Conselho de Administração da MARL, SA quer expressar um firme reconhecimento e agradecimento aos seus Acionistas, pela confiança em si depositada.

Aos restantes Órgãos Sociais, nomeadamente ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas, pela postura de franca colaboração e proximidade expressamos igualmente o nosso agradecimento.

Porque mantemos a expectativa do seu suporte, agradecemos o apoio das instituições de crédito que têm acreditado no nosso projeto e viabilizado as nossas iniciativas.

À GNR do Zambujal, gostaríamos de endereçar uma palavra especial de reconhecimento pelo excelente trabalho de coordenação e reforço de segurança no perímetro do MARL, que continua a merecer elogios e o reconhecimento dos utilizadores do mercado.

Por último desejamos reforçar o agradecimento a todos os colaboradores e prestadores de serviços por todo o empenhamento, dedicação e capacidade profissional demonstrados, sem os quais não teria sido possível alcançar este bom desempenho.

O Conselho de Administração da MARL, SA,

Carlos António Loureiro Barrocas

David da Piedade Ferreira

Fernando Jorge Abrantes Angleu Teixeira

Norberto Manuel Soares Coelho

Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado

São Julião do Tojal, 11 de março de 2014

MARL
Mercado Abastecedor
da Região de Lisboa

LISTA DE PRESENÇAS

Anexo ao Relatório de Gestão

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL DA EMPRESA

(Nos termos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nenhum dos elementos do Conselho de Administração era detentor de quaisquer ações ou obrigações em 31 de dezembro de 2013, nem realizou transações com quaisquer títulos da Empresa.

FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único, Manuel Marques da Costa Figueiredo Lopes, não detinha quaisquer ações ou obrigações em 31 de dezembro de 2013, não tendo realizado quaisquer transações com quaisquer títulos da Empresa.

LISTA DOS ACIONISTAS QUE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, ERAM TITULARES DE AÇÕES NOMINATIVAS REPRESENTATIVAS DE, PELO MENOS, UM DÉCIMO, UM TERÇO OU METADE DA EMPRESA.

(Nos termos do disposto no artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais)

Acionistas	Ações detidas em 31/12/13	% capital e direitos de votos
SIMAB- Soc. Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	5.282.836	87,87%
Câmara Municipal de Lisboa	595.245	9,90%
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	89.340	1,49%
Câmara Municipal de Loures	44.603	0,74%

MARL

Mercado Abastecedor
da Região de Lisboa

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MARL

BALANÇO em 31 de Dezembro

un: EUR

RUBRICAS	Notas	EXERCÍCIOS 2013	EXERCÍCIOS 2012 (Reexpresso)
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos Fixos Tangíveis	8	115 244 106,78	144 622 790,79
Ativos Intangíveis	7	3 046,07	3 427,65
Outros Ativos Financeiros	9	200 002,74	400 000,00
Ativos por impostos Diferidos	31	6 326 459,19	182 094,91
Outras Contas a Receber	10	891 078,63	969 486,19
ATIVO CORRENTE			
Clientes	11	1 266 716,84	1 258 165,01
Estado e Outros Entes Públicos	12.1	872,15	116 424,93
Outras Contas a Receber	10	406 353,75	167 394,12
Diferimentos	13.1	184 908,83	189 120,30
Caixa e Depósitos Bancários	4	407 094,67	336 731,88
Total do Ativo		**124 930 639,65**	**148 245 635,78**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Realizado	14	29 999 999,76	27 699 999,76
Reservas Legais	15.1	219 915,16	99 530,06
Resultados Transitados	15.2	4 791 405,47	3 657 813,13
Outras variações no capital próprio	15.3	9 086 209,81	10 253 722,64
Resultado líquido do Período		(15 350 769,79)	1 253 977,44
Total Capital Próprio		**28 746 760,41**	**42 965 043,03**
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	28	29 107,11	27 182,40
Financiamentos Obtidos	16	61 729 216,59	62 398 755,14
Diferimentos	13.2	20 155 843,28	21 922 924,70
Passivos por impostos diferidos	31	642 337,56	0,00
Outras contas a pagar	19	4 046 473,20	4 957 348,14
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	20	549 190,94	712 171,78
Adiantamentos de Clientes	21	14 692,72	2 848,74
Estado e Outros Entes Públicos	12.2	918 565,55	438 508,58
Financiamentos Obtidos	16	3 441 254,99	9 025 325,75
Outras contas a pagar	19	2 018 008,72	3 076 797,48
Diferimentos	13.2	2 639 188,58	2 718 730,04
Total do Passivo		**96 183 879,24**	**105 280 592,75**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**124 930 639,65**	**148 245 635,78**

O Técnico Oficial de Contas

Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

O Conselho de Administração da MARL, SA.

Carlos António Loureiro Barrocas

David da Piedade Ferreira

Fernando Jorge Abrantes Angleu Teixeira

Norberto Manuel Soares Coelho

Paulo Sergio Rosa Mateus Calado

São Julião do Tojal, 11 de março de 2014

MARL
Mercado Abastecedor da Região de Lisboa

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

un: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	EXERCÍCIOS 2013	EXERCÍCIOS 2012 (Reexpresso)
Vendas e Serviços Prestados	22	12 846 980,89	13 700 057,99
Fornecimentos e serviços externos	23	(2 885 429,33)	(3 563 630,34)
Gastos com o pessoal	24	(915 482,13)	(1 078 365,45)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	28	17 083,02	(38 565,53)
Provisões	29	(1 924,71)	(3 838,66)
Imparidade de investimentos não depreciáveis (perdas/reversões)	8 / 28	(4 407 051,21)	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	25 / 30	3 498 491,94	652 468,96
Outros Gastos e Perdas	26	(406 249,62)	(450 857,69)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**7 746 418,85**	**9 217 269,28**
Gastos/Reversões depreciação e amortização	27	(4 024 242,68)	(4 140 176,26)
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	8 / 28	(21 155 890,84)	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**(17 433 714,67)**	**5 077 093,02**
Juros e Gastos Similares Suportados	31	(2 668 826,37)	(3 530 064,18)
Resultados antes de impostos		**(20 102 541,04)**	**1 547 028,84**
Imposto sobre o rendimento do exercício	32	(4 751 771,25)	293 051,40
Resultado líquido do exercício		**(15 350 769,79)**	**1 253 977,44**

O Técnico Oficial de Contas

Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

O Conselho de Administração da MARL, SA.

Carlos António Loureiro Barrocas

David da Piedade Ferreira

Fernando Jorge Abrantes Angleu Teixeira

Norberto Manuel Soares Coelho

Paulo Sergio Rosa Mateus Calado

São Julião do Tojal, 11 de março de 2014

MARL
Mercado Abastecedor da Região de Lisboa

MAPA DE VARIAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) em 31 de Dezembro

un: EUR

		NOTAS	2013	2012 (Reexpresso)
Atividades Operacionais:				
Recebimentos de clientes			13 836 179,70	14 178 754,42
Recebimentos de Taxas de Acesso			10 912,70	29 307,88
Pagamentos a fornecedores			(3 890 961,27)	(4 629 198,82)
Pagamentos ao pessoal			(863 146,71)	(1 027 320,81)
Fluxos gerados pelas operações			9 092 984,42	8 551 542,67
(Pagamentos)/recebimentos de IRC			(185 134,02)	(47 604,19)
Outros recebimentos/(pagamentos) operacionais			(1 949 281,82)	(2 082 638,36)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	1		**6 958 568,58**	**6 421 300,12**
Atividades de investimento:				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos Fixos Tangíveis			(286 568,57)	(455 969,27)
Recebimentos provenientes de:				
Activos Fixos Tangíveis			-	5 254,00
Investimentos financeiros			200 000,00	-
Juros e Rendimentos Similares similares			2 907,22	6 606,87
Fluxos de Caixa das Atividades de investimento	2		**(83 661,35)**	**(444 108,40)**
Atividades de financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos Obtidos			12 097 174,06	49 724 988,44
Realização de Capital			2 300 000,00	-
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos			(18 350 783,37)	(52 484 233,92)
Juros e Gastos similares			(2 850 935,13)	(3 517 405,14)
Fluxos das Atividades de Financiamento	3		**(6 804 544,44)**	**(6 276 650,62)**
Variação de Caixa e Seus equivalentes	4=1+2+3		**70 362,79**	**(299 458,90)**
Caixa e seus Equivalentes no início do período		4	**336 731,88**	**636 190,78**
Caixa e seus Equivalentes no fim do período		4	**407 094,67**	**336 731,88**

O Técnico Oficial de Contas

Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

O Conselho de Administração da MARL, SA

Carlos António Loureiro Barrocas

David da Piedade Ferreira

Fernando Jorge Abrantes Angleu Teixeira

Norberto Manuel Soares Coelho

Paulo Sergio Rosa Mateus Calado

São Julião do Tojal, 11 de março de 2014

MARL

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

un: EUR

DESCRIÇÃO		NOTAS	Demonstração das alterações no Capital Próprio dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2013						Total do Capital Próprio
			Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2012	1		27 699 999,76	66 434,73	3 382 879,01	10 399 881,74	330 953,29	41 880 148,53	41 880 148,53
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Alterações de políticas contabilísticas		5			(50 126,46)	(285 189,34)	50 126,46	(285 189,34)	(285 189,34)
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações					(22 923,84)			(22 923,84)	(22 923,84)
Justo valor de instrumentos financeiros de cobertura de caixa								0,00	0,00
Valor Bruto						584 328,70		584 328,70	584 328,70
Impostos diferidos					154 847,10	(154 847,10)		0,00	0,00
Subsídios para ativos depreciáveis - PROMAB								0,00	0,00
Valor Bruto						(395 172,00)		(395 172,00)	(395 172,00)
Impostos diferidos					(104 720,64)	104 720,64		0,00	0,00
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012				33 095,33	297 857,96		(330 953,29)	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								0,00	0,00
	2		0,00	33 095,33	274 934,12	(146 159,10)	(280 826,83)	(118 956,48)	(118 956,48)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						1 203 850,98	1 203 850,98	1 203 850,98
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3		0,00	33 095,33	274 934,12	(146 159,10)	923 024,15	1 084 894,50	1 084 894,50
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital			0,00					0,00	0,00
	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 1 DE JANEIRO DE 2013	6=1+4+5		27 699 999,76	99 530,06	3 657 813,13	10 253 722,64	1 253 977,44	42 965 043,03	42 965 043,03
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Justo valor de instrumentos financeiros de cobertura de caixa								0,00	0,00
Valor Bruto						893 526,84		893 526,84	893 526,84
Impostos diferidos						(285 189,34)		(285 189,34)	(285 189,34)
Subsídios para ativos não depreciáveis - PROMAB								0,00	0,00
Valor Bruto						(79 614,91)		(79 614,91)	(79 614,91)
Subsídios para ativos depreciáveis - PROMAB								0,00	0,00
Valor Bruto						(3 016 957,96)		(3 016 957,96)	(3 016 957,96)
Impostos diferidos						1 035 533,20		1 035 533,20	1 035 533,20
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012				120 385,10	1 083 465,88		(1 203 850,98)	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								0,00	0,00
	7		0,00	120 385,10	1 083 465,88	(1 452 702,17)	(1 203 850,98)	(1 452 702,17)	(1 452 702,17)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						(15 350 769,79)	(15 350 769,79)	(15 350 769,79)
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8		0,00	120 385,10	1 083 465,88	(1 452 702,17)	(16 554 620,77)	(16 803 471,96)	(16 803 471,96)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital			2 300 000,00					2 300 000,00	2 300 000,00
	10		2 300 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 300 000,00	2 300 000,00
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	11=6+9+10		29 999 999,76	219 915,16	4 791 405,47	9 086 209,81	(15 350 769,79)	28 746 760,41	28 746 760,41

O Técnico Oficial de Contas

Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

O Conselho de Administração da MARL, SA.

Carlos António Loureiro Barrocas

David da Piedade Ferreira

Fernando Jorge Abrantes Angleu Teixeira

Norberto Manuel Soares Coelho

Paulo Sergio Rosa Mateus Calado

São Julião do Tojal, 11 de março de 2014

MARL
Mercado Abastecedor
da Região de Lisboa

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO A 31 DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em EUROS)

NOTA 1 - ATIVIDADE

A sociedade MARL- Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA foi constituída por escritura pública, em 27 de dezembro de 1993, tendo iniciado a sua atividade em 1 de Janeiro de 1994. A sua sede social está localizada no Lugar do Quintanilho em São Julião do Tojal, Loures.

O seu objeto social consiste na promoção, construção, exploração e gestão, direta ou indiretamente, do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, o qual se destina ao comércio por grosso de produtos alimentares e não alimentares e, bem assim, à prossecução de quaisquer outras atividades complementares ou subsidiárias, incluindo a gestão de participações sociais e gestão de serviços relacionados com o seu objeto social.

A empresa é detida pela SIMAB - Sociedade Instaladora dos Mercados Abastecedores, SA; pelo Município de Lisboa, pelo Município de Loures e pela Santa Casa da Misericórdia, sendo a sua empresa mãe a SIMAB, SA com sede no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, NAC, Piso 2 - Lugar do Quintanilho 2660-421, S. Julião do Tojal.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros.

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras anexas foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº. 158/2009 de 13 de julho, no quadro das disposições em vigor em Portugal, de acordo com o Decreto-Lei nº 15/2009, e de acordo com a estrutura conceptual (EC), modelos das demonstrações financeiras, código de contas, NCRF e normas interpretativas, consignadas respetivamente, no Aviso 15652/2009, Portarias 986/2009 e 1011/2009, Avisos 15655/2009 e 15653/2009, de setembro de 2009.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; as Normas

Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 - Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, e de acordo com o período de vida útil esperado dos bens, entre 3 em 10 anos. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.3- Propriedades de investimento

A entrada em vigor do novo normativo contabilístico - SNC - suscitou diversas interpretações quanto ao tratamento contabilístico adequado ao registo dos imóveis da MARL, SA, designadamente quanto ao seu registo em Ativos Fixos Tangíveis ou em Propriedades de Investimento, à luz da Norma Contabilística de Relato Financeiro 11 (NCRF 11), dado que a própria norma não delimita claramente as condicionantes que possam levar a reconhecer, ou não, os mesmos como propriedades de investimento e remete para a necessidade da entidade fazer juízos de valor sobre esta mesma classificação.

Assim, sobre o tema, cumpre-nos relevar o seguinte: o fator determinante para a classificação dos ativos assenta no facto de considerarmos que os serviços prestados pela MARL, SA como contrapartida das taxas de utilização cobradas aos operadores, incluem uma parte significativa de serviços para além da simples utilização do espaço. De facto, se analisarmos a estrutura de custos da empresa, verificamos que o peso dos serviços conexos às taxas de utilização cobradas não pode ser considerado insignificante, uma vez que os mesmos têm um peso equivalente aos gastos com depreciações dos referidos imóveis.

Adicionalmente, à luz do parágrafo 12 da NCRF 11, consideramos que estes mesmos serviços são significativos como um todo para a contratualização, pois caso não fossem prestados, os operadores não continuariam a procurar os espaços disponibilizados pela MARL, SA.

O MARL é hoje entendido num conceito mais amplo de Plataforma Logística de Base Alimentar, sendo uma estrutura dinâmica e polivalente, multipolar, multiprodutos e multifunções, inserida em corredores estratégicos, onde se congregam uma grande multiplicidade de produtos e agentes económicos do setor alimentar e não alimentar, exercendo funções e atividades de comércio grossista, de distribuição e logística, e ainda outras atividades de apoio.

Face ao exposto, a empresa optou por manter o registo contabilístico dos imóveis afetos à exploração, em ativos fixos tangíveis

3.4- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a empresa espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e Outras Construções	10 a 50
Equipamento Básico	4 a 10
Equipamento de Transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras ativos fixos tangiveis	4 a 10

Sempre que há alguma indicação de que os ativos intangíveis e os ativos fixos tangíveis da empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável para determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável

de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa é o maior entre (i) o valor justo deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto que reflita as expectativas de mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuras não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração de resultados, a menos que tal perda venha compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, a perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade anteriormente reconhecida já não existem ou diminuíram. A reversão de uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados nos respetivos rubrica "Reversão de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é feita até ao montante que seria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.
Os custos incorridos com ativos fixos tangíveis, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas na rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis".

O ganho (ou a perda), resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível, é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação (Nota 8).

3.5 - Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e instrumento de capital da Empresa são basicamente os Clientes e outras contas a receber, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/ quotas da empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

Clientes e dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade (Nota 32). Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a MARL, SA tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

i) a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;

ii) se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;

iii) se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica de empréstimos bancários, no balanço.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos. (Nota 4).

Fornecedores e outros credores

Os saldos de fornecedores e outros credores são registados pelo seu valor nominal, na medida em que se tratam de valores a pagar de curto prazo, pelo que o impacto que resulta da aplicação do custo amortizado é considerado imaterial.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos (Nota 16) são registados ao custo. São expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu

desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração. Os encargos financeiros são contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de "Outras contas a pagar" (Nota 19).

Instrumentos financeiros derivados

A MARL, SA tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objetivo de efetuar a cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposta, decorrentes de variações nas taxas de juro. Nesse sentido, detém instrumentos financeiros (SWAPS) para fixação da taxa de juro que qualifica como instrumentos de cobertura em relações de cobertura de fluxos de caixa, pelo que são registados no balanço pelo seu justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de Capitais Próprios, de acordo com a NCRF 27. A empresa não recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com objetivos especulativos (Nota 17).

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio (Nota 14).

Imparidade

Os ativos financeiros incluídos na categoria custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de

perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6 - Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente está disponível para venda imediata nas suas condições presentes.

A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente como disponível para venda.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

3.7 - Provisões, passivos e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 33).

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota (Nota 33.1).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos (Nota 33.2).

3.8 - Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas (Nota 18).

3.9 - Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber (Nota 21).

Os ganhos relativos às prestações de serviços incluem:

- Taxas de utilização dos espaços do mercado, cujo reconhecimento se verifica mensalmente de acordo com o período correspondente à utilização do espaço;
- Taxas de acesso, devidas pelo operador no momento da assinatura do contrato e que correspondem à contraprestação devida pelo acesso ao Mercado, são diferidas e reconhecidas mensalmente no decurso do contrato;
- No caso de existir uma rescisão contratual a taxa de acesso poderá ser reconhecida pela sua totalidade;
- As prestações de serviço englobam também uma diversidade de outros serviços adicionais, que são reconhecidos no momento em que o cliente solicita o serviço.

São considerados serviços adicionais: portagens; consumo de frio, consumo de água salgada, inscrições sazonais dos clientes, utilização sazonal de espaços, utilização de câmara frigoríficas, taxa variável sobre o volume de negócios; taxas administrativas.

3.10 - Subsídios obtidos

Os subsídios ao investimento associados à aquisição ou produção de ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio (Nota 15.3), sendo posteriormente reconhecidos na Demonstração de resultados por naturezas, numa base sistemática como rendimentos do período (Nota 29), de forma consistente e proporcional às depreciações dos bens a cuja aquisição de destinaram. Caso os subsídios respeitem a ativos não depreciáveis ou com vida útil indefinida, as quantias serão mantidas em capital próprio, exceto se forem necessárias para compensar qualquer perda por imparidade.

3.11 - Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos (Nota 30).

3.12 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa e a MARL, SA apresenta lucro tributável.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos ou, nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis, no período da sua reversão. Em cada data de relato, é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expetativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato (Nota 31).

3.13 - Especialização dos exercícios

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos períodos, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre rendimentos e gastos gerados e os correspondentes montantes faturados são registados em "Outros ativos correntes" ou em "Outros passivos correntes", respetivamente nas rubricas de "Devedores por acréscimos de rendimentos" ou de " Credores por acréscimos de gastos". Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de "Diferimentos", respetivamente, no passivo e no ativo.

3.14 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

(i) Ativos fixos tangíveis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada.

(ii) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

(iii) Determinação do justo valor de instrumentos financeiros derivados.

A estimativa do justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinada numa base regular por entidades externas, com base em modelos de valorização próprios. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo NCRF 4.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

3.15 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.16 - Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, faltas autorizadas e remuneradas, subsídios de transporte, alimentação, férias, natal, de acumulação de funções e isenção de horário. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o período civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes de cessação do emprego, quer por decisão unilateral, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

NOTA 4 - FLUXOS DE CAIXA

Através da demonstração dos fluxos de caixa, são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional, nomeadamente o imposto sobre o rendimento. As atividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, juros pagos e pagamentos de dividendos.

A caixa e seus equivalentes incluem numerário, depósitos bancários, e detalha-se como segue:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
		Totais	Totais
Caixa	Numerário	20 336,92	46 392,43
	Subtotais	**20 336,92**	**46 392,43**
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	186 691,57	280 796,76
	Depósitos à ordem - Cativos	200 066,18	9 542,69
	Subtotais	**386 757,75**	**290 339,45**
Totais		**407 094,67**	**336 731,88**

Na sub-rubrica "Depositos à ordem - Cativos" a diferença existente entre os exercícios de 2012 e 2013, deve-se à expetativa de libertação do montante cativo de 200.000 euros que colaterizavam a Conta Corrente Caucionada do Banif, por se perspetivar o encerramento da mesma, no prazo de 12 meses subsequentes à data do Balanço.

NOTA 5 - POLÍTICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS

De acordo com a nova interpretação da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) ao reconhecimento dos passivos por impostos diferidos associados aos subsídios ao investimento, conforme informação da resposta à FAQ 13, datada de 15 de abril de 2013, foi interpretado que o período de reconhecimento do rendimento de imputação do subsídio e o momento da sua tributação são coincidentes, não havendo diferenças temporárias tributáveis e logo, não há lugar ao reconhecimento de passivos por impostos diferidos. Perante o exposto, foram desreconhecidos na MARL, SA, os passivos por impostos diferidos que tinham sido reconhecidos até 2012, reconhecendo o passivo numa conta de "Outros devedores e credores".

Decorrente de uma interpretação analógica, extensiva da FAQ13, considerando-se que não se aplicam diferenças temporárias no reconhecimento do justo valor dos contratos Swap, deixou igualmente de ser considerado ativo por impostos diferidos, registando-se uma redução nesta rubrica do ativo.

Perante esta alteração, e de acordo com a NCRF 4, esta correção foi aplicada retrospetivamente, sendo reexpressos os saldos de abertura e os comparativos de 2012.

Na sequência da análise à NCRF 1, aos parágrafos 25 a 27, foram ainda reexpressas as rubricas do balanço do passivo corrente e passivo não corrente, no que se refere à rubrica de "diferimentos", e de acordo com o reconhecimento em proveitos da integração de taxas de acesso, dependendo da estimativa do seu reconhecimento num prazo inferior ou superior a 12 meses.

Foram ainda reclassificadas para passivo não corrente, a totalidade do valor de cauções prestadas por operadores, registadas na rubrica de "outras contas a pagar", de acordo com a estimativa da sua devolução ser num prazo superior a 12 meses.

Foi igualmente reexpresso em "outros ativos financeiros" os montantes que se encontram cativos em contas à ordem na sequência de cláusula contratual que constitui como garantia, no âmbito de financiamentos obtidos junto do Banif, a cativação destes montantes.

As Demonstrações Financeiras, o Balanço e a Demonstração dos Resultados, foram reexpressos de acordo com as alterações referidas.

Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2012 foi reexpressa conforme se segue:

RENDIMENTOS E GASTOS	EXERCÍCIOS		
	31-12-2012	Ajustamentos e reclassificações	31-12-2012 (reexpresso)
Vendas e Serviços Prestados	13 700 057,99	0,00	13 700 057,99
Fornecimentos e serviços externos	(3 563 630,34)	0,00	(3 563 630,34)
Gastos com o pessoal	(1 078 365,45)	0,00	(1 078 365,45)
Imparidade/ Reversões de dívidas a receber	(38 565,53)	23 343,74	(15 221,79)
Provisões	(3 838,66)	(23 343,74)	(27 182,40)
Outros Rendimentos e Ganhos	644 083,89	8 385,07	652 468,96
Outros Gastos e Perdas	(450 854,31)	(3,38)	(450 857,69)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**9 208 887,59**	**8 381,69**	**9 217 269,28**
Gastos/Reversões depreciação e amortização	(4 140 176,26)	0,00	(4 140 176,26)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**5 068 711,33**	**8 381,69**	**5 077 093,02**
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	8 385,07	(8 385,07)	0,00
Juros e Gastos Similares Suportados	(3 530 067,56)	3,38	(3 530 064,18)
Resultados antes de impostos	**1 547 028,84**	**0,00**	**1 547 028,84**
Imposto sobre o rendimento do exercício	(343 177,86)	50 126,46	(293 051,40)
Resultado líquido do exercício	**1 203 850,98**	**50 126,46**	**1 253 977,44**

O balanço em 31 de dezembro de 2012 foi reexpresso conforme se segue:

RUBRICAS	EXERCÍCIOS		
	31-12-2012	Ajustamentos e reclassificações	31-12-2012 (reexpresso)
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos Fixos Tangíveis	144 622 790,79	0,00	144 622 790,79
Ativos Intangíveis	3 427,65	0,00	3 427,65
Outros Ativos Financeiros	0,00	400 000,00	400 000,00
Ativos por impostos Diferidos	467 284,25	(285 189,34)	182 094,91
Outras Contas a Receber	0,00	969 486,19	969 486,19
ATIVO CORRENTE			
Clientes	1 258 165,01	0,00	1 258 165,01
Estado e Outros Entes Públicos	116 424,93	0,00	116 424,93
Outras Contas a Receber	1 136 880,31	(969 486,19)	167 394,12
Diferimentos	189 120,30	0,00	189 120,30
Caixa e Depósitos Bancários	736 731,88	(400 000,00)	336 731,88
Total do Ativo	**148 530 825,12**	**(285 189,34)**	**148 245 635,78**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Realizado	27 699 999,76	0,00	27 699 999,76
Reservas Legais	99 530,06	0,00	99 530,06
Resultados Transitados	3 707 939,59	(50 126,46)	3 657 813,13
Outras variações no capital próprio	10 538 911,98	(285 189,34)	10 253 722,64
Resultado líquido do Período	1 203 850,98	50 126,46	1 253 977,44
Total Capital Próprio	**43 250 232,37**	**(285 189,34)**	**42 965 043,03**
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	27 182,40	0,00	27 182,40
Financiamentos Obtidos	62 398 755,14	0,00	62 398 755,14
Diferimentos	0,00	21 922 924,70	21 922 924,70
Passivos por impostos diferidos	3 927 017,97	(3 927 017,97)	0,00
Outras contas a pagar	0,00	4 957 348,14	4 957 348,14
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	712 171,78	0,00	712 171,78
Adiantamentos de Clientes	2 848,74	0,00	2 848,74
Estado e Outros Entes Públicos	438 508,58	0,00	438 508,58
Financiamentos Obtidos	9 025 325,75	0,00	9 025 325,75
Outras contas a pagar	4 107 127,65	(1 030 330,17)	3 076 797,48
Diferimentos	24 641 654,74	(21 922 924,70)	2 718 730,04
Total do Passivo	**105 280 592,75**	**0,00**	**105 280 592,75**
Total do Capital Próprio e do Passivo	**148 530 825,12**	**(285 189,34)**	**148 245 635,78**

NOTA 6 - PARTES RELACIONADAS

As demonstrações financeiras da MARL, SA são incluídas na consolidação de contas da SIMAB, SA, através do método de consolidação integral.

6.1 - Transações com a empresa mãe:

Os saldos e as transações, efetuadas com a empresa-mãe, são os seguintes:

	31/12/2013						
Descrição	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros liquidados	Contas correntes a pagar (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas correntes a receber (*)
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	0,00	280 500,00	1 386 290,31	37 858,19	0,00	54 927,75	0,00
Total	**0,00**	**280 500,00**	**1 386 290,31**	**37 858,19**	**0,00**	**54 927,75**	**0,00**

(*) Valores com IVA incluído

	31/12/2012 (reexpresso)						
Descrição	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros liquidados	Contas correntes a pagar (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas correntes a receber (*)
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	0,00	300 000,00	749 420,75	76 990,79	4 500,00	67 744,09	0,00
Total	**0,00**	**300 000,00**	**749 420,75**	**76 990,79**	**4 500,00**	**67 744,09**	**0,00**

(*) Valores com IVA incluído

Os pagamentos entre as empresas do Grupo (subsidiárias e associadas) estão fixados em 30 dias após a data de emissão das faturas.

A variação nos empréstimos obtidos é detalhada conforme se segue:

	31/12/2013			
Emprestimos obtidos	Saldo em 01-01-2013	Aumentos	Amortizações	Saldo Final em 31-12-2013
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	26 574 988,44	5 459 116,04	4 899 058,02	27 135 046,46
Total	**26 574 988,44**	**5 459 116,04**	**4 899 058,02**	**27 135 046,46**

	31/12/2012 (reexpresso)			
Emprestimos obtidos	Saldo em 01-01-2012	Aumentos	Amortizações	Saldo Final em 31-12-2012
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	0,00	26 574 988,44	0,00	26 574 988,44
Total	**0,00**	**26 574 988,44**	**0,00**	**26 574 988,44**

Em 2012, a concretização de uma operação de concentração de créditos na esfera da empresa mãe, em condições de *pricing* mais favoráveis, conduziu à substituição de passivo bancário da MARL, SA por empréstimos acionistas, sob a forma de prestações acessórias de capital, ascendendo em 31 de dezembro de 2013 ao montante global de 27.135.046,46 euros (Nota 20.2).

A MARL, SA tem vindo a apresentar recorrentemente, excedentes de tesouraria que lhe permitiu amortizar prestações acessórias, no valor de 4.899.058,02 euros, no exercício de 2013.

6.2 - Transações entre partes relacionadas:

Os saldos e as transações efetuadas com empresas consideradas partes relacionadas, são os seguintes:

	31/12/2013					
Descrição	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Contas a pagar correntes (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas a receber correntes (*)
Câmara Municipal de Loures	0,00	3 155,50	117 171,00	-	-	0,00
Associação 5 ao Dia	-	3 500,00	0,00	-	120,00	0,00
Total	**0,00**	**6 655,50**	**117 171,00**	**0,00**	**120,00**	**0,00**

(*) Valores com IVA incluído

	31/12/2012 (reexpresso)					
Descrição	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Contas a pagar correntes (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas a receber correntes (*)
Câmara Municipal de Loures	0,00	895,50	117 171,00	-	-	0,00
Associação 5 ao Dia	-	4 925,00	0,00	-	120,00	0,00
Total	**0,00**	**5 820,50**	**117 171,00**	**0,00**	**120,00**	**0,00**

(*) Valores com IVA incluído

6.3 - Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Os órgãos sociais da empresa não auferem diretamente qualquer remuneração, uma vez que, de acordo com o Estatuto de Gestor Público, apenas podem ser remunerados pela empresa participante que representam, sendo o desempenho de cargos sociais debitado mensalmente por esta à MARL, S.A..

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais, nos exercícios findos em 2013 e 2012, foram as seguintes:

Descrição	31/12/2013		31/12/2012 (reexpresso)	
	Conselho de Administração	Assembleia Geral	Conselho de Administração	Assembleia Geral
Vencimentos	127 036,27		102 213,70	
Subsidio de Férias	11 388,46		190,00	
Subsidio de Natal	10 569,76		190,00	
Senhas de Presença		0,00		270,00
Total	**148 994,49**	**0,00**	**102 593,70**	**270,00**

No exercício de 2013 verificaram-se as seguintes variações:

(i) aumento de gastos, comparativamente ao exercício anterior, devido ao aumento do valor debitado pela SIMAB à MARL relativamente a desempenho de cargos sociais, remunerações definidas na Assembleia Geral realizada em 21 de março de 2013;

(ii) aumento de gastos, na sequência do acórdão nº 187/2013 do Tribunal Constitucional, que determinou a inconstitucionalidade do art.º 29 do OE 2013, tendo a suspensão do subsídio de férias deixado de ser aplicável.

NOTA 7 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2013 e 2012 na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

Rubricas	31/12/2013				
	Projetos de Desenvolv.	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	350 690,00	261 933,89	26 211,28	0,00	638 835,17
Ajustamentos de conversão					0,00
Aquisições					0,00
Alienações e abates					0,00
Saldo Final	**350 690,00**	**261 933,89**	**26 211,28**	**0,00**	**638 835,17**
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade					
Saldo inicial	350 690,00	261 628,39	23 089,13	0,00	635 407,52
Ajustamentos de conversão					0,00
Amortizações do exercício	0,00	305,50	76,08		381,58
Alienações e abates		0,00			0,00
Saldo Final	**350 690,00**	**261 933,89**	**23 165,21**	**0,00**	**635 789,10**
Ativos Líquidos	**0,00**	**0,00**	**3 046,07**	**0,00**	**3 046,07**

Rubricas	31/12/2012 (reexpresso)				
	Projetos de Desenvolv.	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	350 690,00	274 613,51	26 211,28	0,00	651 514,79
Ajustamentos de conversão					0,00
Aquisições					0,00
Alienações e abates		(12 679,62)			(12 679,62)
Saldo Final	350 690,00	261 933,89	26 211,28	0,00	638 835,17
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade					
Saldo inicial	350 690,00	273 974,65	22 184,61	0,00	646 849,26
Ajustamentos de conversão					0,00
Amortizações do exercício	0,00	333,36	904,52		1 237,88
Alienações e abates		(12 679,62)			(12 679,62)
Saldo Final	350 690,00	261 628,39	23 089,13	0,00	635 407,52
Ativos Líquidos	0,00	305,50	3 122,15	0,00	3 427,65

Relativamente ao exercício de 2013, as amortizações do período, no montante de 381,58 euros (1.237,88 euros em 2012), foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e amortização".

Dispêndios de pesquisa e desenvolvimento

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não foram registados gastos com pesquisa e desenvolvimento.

NOTA 8 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Na sequência da avaliação do grupo SIMAB efectuada para efeitos de aquisição da participação do Estado Português na SIMAB pela Parpública, em janeiro de 2013, foram apuradas diferenças significativas entre os capitais próprios contabilísticos e o equity value atribuído ao Grupo, o que indicia uma situação de imparidades nos ativos (cfr. IAS 36.12 d)).

Perante este indício, no final de 2013 a empresa procedeu à análise da imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis. O Teste de Imparidade dos Ativos das participadas da SIMAB foi realizado à luz do normativo contabilístico nacional e internacional, por entidade independente (BDO Consulting).

As Unidades Geradoras de Caixa (UGC) definidas coincidem com as participadas da SIMAB, SA. Destas excluíram-se os ativos não afetos ao negócio, nomeadamente imóveis (os quais é intenção aliená-los). Estes imóveis tratam-se essencialmente de lotes disponíveis para construção que, embora não se encontrem "livres e disponíveis" no imediato, poderão ser autonomizados para alienação.

Existem alguns terrenos sem edificações que embora não estejam a ter utilização específica, não são separáveis da restante infraestrurura do mercado abastecedor pelo que se consideram incluídos na UGC.

Assim, para as UGC foram estimados o valor de uso e o justo valor pela abordagem do rendimento menos custos de alienação, de acordo com a IAS 36/NCRF12 e a IFRS 13, assumindo que não existem dados suficientes para a mensuração pelas restantes abordagens do modelo do justo valor. Nesta perspetiva, é assumido que a quantia recuperável é semelhante entre o valor de uso/justo valor uma vez que os fluxos de caixa descontados são idênticos.

Os testes de imparidade foram realizados com base em avaliações do valor em uso e de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados na perspectiva de continuidade das actividades nos moldes atuais, de acordo com os seguintes pressupostos:

1. Estimativa dos influxos e exfluxos de caixa futuros derivados do uso continuado do ativo ou UGC e da sua alienação final, observando-se as regras da IAS36.33 a 53 e NCRF 12.16 a 23, nomeadamente:

   i. As projeções de fluxos de caixa foram baseadas na melhor estimativa da administração tendo em conta as condições económicas previstas (face ao comportamento histórico e à evolução perspetiva de mercado);

   ii. Não foram considerados quaisquer influxos ou exfluxos de caixa futuros estimados que se espera que venham a resultar de reestruturações futuras ou de aumentos ou melhorias no desempenho do ativo;

   iii. As projeções foram feitas para o período compreendido entre 2014 e 2017, assumindo de 2%, igual à inflação prevista;

   iv. As estimativas de cash flows futuros incluem todos os inflows e outflows de caixa derivados do uso continuado do ativo, que inclui os cash flows operacionais e cash flows de investimento;

   v. Os cash flows futuros foram estimados em termos nominais dado que a taxa de desconto inclui também o efeito de aumentos de preços atribuíveis à inflação geral;

   vi. Os cash flows foram estimados para o ativo na condição corrente, não incluindo portanto cash flows esperados como resultado de uma reestruturação futura ou de aumentos ou melhorias no desempenho do ativo. Incluem, no entanto, os exfluxos de caixa futuros necessários à manutenção do nível de benefícios económicos que se espera que resultem do ativo na sua corrente condição;

   vii. Os cash flows não incluem fluxos de atividades de financiamento ou relacionados com impostos sobre o rendimento (pelo que a taxa de desconto também é determinada numa base antes dos impostos);

   viii. Definição e aplicação da taxa de desconto apropriada sobre esses fluxos, observando as regras da IAS 36.55 a 57 e NCRF 12.25 a 27;

ix. Foi utilizada a metodologia do custo médio do capital (WACC - weight average capital cost), que inclui o efeito do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos para o ativo.

Determinação da Quantia Recuperável

A quantia recuperável corresponde ao valor de uso, determinado pelo Método dos Cash Flows descontados. Para efeitos de cálculo dos cash flows futuros (valor residual) das UGC foram assumidos os seguintes pressupostos:

i. Taxa de crescimento perpétuo de 2%, correspondendo a uma acréscimo real nulo;

ii. EBITDA estimado através da atualização do montante do EBITDA a 2017, com a taxa de crescimento perpétuo;

iii. Investimento em Necessidades de Fundo de Maneio (NFM) correspondente a 2% (taxa de crescimento perpétuo) do valor deste item de 2017;

iv. Investimentos de substituição de equipamentos estimados com base nas amortizações do exercício de 2012 dos ativos que não são terrenos/edifícios (considerado um valor correspondente a 50% das mesmas);

v. Grandes investimentos de substituição de infraestruturas (edifícios) com base na determinação do valor atual do ciclo atual de investimento de 50 anos. Para este efeito considerou-se como base 50% do valor bruto registado em edifícios em 2012.

As projeções futuras baseiam se em pressupostos considerados razoáveis e suportáveis e as decisões relativas às últimas projeções foram aprovadas pela Administração.

Destaca-se ainda algumas regras subjacentes à determinação dos cash flows para efeitos da determinação do valor da UGC:

i. As estimativas de cash flows futuros incluem todos os inflows e outflows de caixa derivados do uso continuado do ativo, que inclui os cash flows operacionais e cash flows de investimento;

ii. Os cash flows futuros foram estimados em termos nominais dado que a taxa de desconto inclui também o efeito de aumentos de preços atribuíveis à inflação geral;

iii. Os cash flows foram estimados para o ativo na condição corrente, não incluindo portanto estimativas de cash flows esperados como resultado de (i) uma reestruturação futura (programa que altera materialmente o âmbito do negócio) com a qual uma entidade ainda não esteja comprometida ou (ii) aumentos ou melhorias no desempenho do ativo, mas incluem os exfluxos de caixa futuros necessários à manutenção do nível de benefícios económicos que se espera que resultem do ativo na sua corrente condição;

iv. Os cash flows não incluem fluxos de actividades de financiamento ou relacionados com impostos sobre os rendimentos (pelo que a taxa de desconto também é determinada numa base antes dos impostos).

Taxa de Desconto

Para atualizar os fluxos de caixa futuros estimados, foi utilizada uma taxa de desconto baseada no custo médio ponderado do capital (WACC), tendo sido o custo do capital próprio apurado com base no Capital Asset Pricing Model (CAPM).

A taxa de desconto foi determinada antes de impostos e reflete os riscos específicos relacionados com os ativos em avaliação, sendo de 9,53% durante o período previsional (2014/2017) e de 8,58% na perpetuidade por se assumir uma redução no risco do país.

De acordo com a metodologia adotada na determinação da quantia recuperável e das projeções económico-financeiras (com base na melhor estimativa da administração, revista e equacionada pela entidade avaliadora), o valor da quantia recuperável da UGC ascendeu a 93.502.328 euros.

Teste de imparidade

A perda por imparidade é a quantia pela qual a quantia escriturada de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa excede a sua quantia recuperável. Para esse efeito o valor de avaliação da UGC de 93.502.328 euros com a quantia escriturada do ativo (e passivo associado correspondente aos diferimentos das taxas de acesso a integrar em rendimentos do exercício futuros), os quais consistem em:

i. Ativos Fixos Tangíveis/Intangíveis no montante de 140.810.094,90 euros;

ii. Diferimentos passivos no montante de 21.744.824,84 euros relativos a rendimentos a reconhecer provenientes de taxas de acesso a integrar em rendimentos do exercício futuros.

A perda por imparidade apurada ascendeu a 25.562.942 euros, ilíquido dos subsídios atribuídos aos bens sobre os quais a imparidade foi reconhecida, os quais assumem o montante de 2.059.063 euros e cujo impacto foi considerado no capital próprio.

Não obstante foi ainda considerado o imposto diferido relativamente à imparidade na parte proporcional à que é imputada a ativos depreciáveis, bem como a reversão do passivo por impostos diferidos associado à integração em rendimentos do exercício da parte proporcional do subsidio que subsidiou os bens agora sujeitos a imparidade e tendo em conta que:

i. A imparidade não é aceite fiscalmente quando do seu reconhecimento mas sim anualmente durante a vida útil remanescente do ativo, resultando deste efeito que a soma da nova

amortização do exercício (pós registo da imparidade) com o reconhecimento anual da imparidade vai ser equivalente à amortização antes de imparidade;

ii. Nos anos seguintes se protejam resultados positivos (antes de imparidade), existindo expectativa de que a imparidade vai ser aproveitada fiscalmente;

Os impactos do registo da imparidade dos ativos nas demonstrações Financeiras da MARL, SA encontram-se resumidos nos quadros seguintes:

Demonstração dos Resultados

Rubrica	Descrição	Antes Imparidade	Impacto	Após Imparidade
7883	Imputação de subsídios para investimentos	395 172,00	2 701 400,87	3 096 572,87
655	PI - Em activos fixos tangíveis	0,00	-25 562 942,06	-25 562 942,06
8122	Imposto diferido	-118 556,52	5 620 583,24	5 502 026,72
	Ativo Impostos Diferidos	0,00	6 262 920,80	6 262 920,80
812212	Reversão Impostos Diferidos	-516,08	-642 337,56	-642 853,64
812	**Resultados do Exercício**	**1 890 188,15**	**-17 240 957,95**	**-15 350 769,80**

Ativos Fixos

Rubrica	Descrição	Antes Imparidade	Imparidades Acumuladas	Após Imparidade	% Imputação Imparidade
43	Ativos Fixos Tangiveis	140 630 749,06	-25 562 942,06	115 067 807,00	100,00%
431	Terr. e recursos naturais	24 244 770,32	-4 407 051,21	19 837 719,11	17,24%
432	Edifícios e outras construções	116 107 938,49	-21 104 764,96	95 003 173,53	82,56%
433	Equipamento básico	146 185,39	-25 562,94	120 622,45	0,10%
434	Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00%
435	Equipamento administrativo	8 230,73	-2 556,29	5 674,44	0,01%
437	Outros activos fixos tangíveis	123 624,13	-23 006,65	100 617,48	0,09%
44	Ativos Fixos Intangíveis	3 046,07	0,00	3 046,07	0,00%
442	Projectos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00%
443	Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00%
444	Propriedade industrial	3 046,07	0,00	3 046,07	0,00%
446	Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00%
453	Ativo Fixo em Curso	176 299,77	0,00	176 299,77	0,00%
4	Total Ativos Fixos Liquidos	140 810 094,90	-25 562 942,06	115 247 152,84	100,00%

Capitais Próprios

Rubrica	Descrição	Antes Imparidade	Impacto	Após Imparidade
51	Capital	29 999 999,76	0,00	29 999 999,76
55	Reservas	219 915,16	0,00	219 915,16
56	Resultados transitados	4 791 405,47	0,00	4 791 405,47
57	Ajustamentos em ativos Fin.	0,00	0,00	0,00
59	Outras variações no capital próprio	11 145 273,42	-2 059 063,31	9 086 210,11
5931	Subsidios para activos não depreciaveis	437 990,19	-79 614,91	358 375,28
5932	Subsidios para activos depreciaveis	10 889 942,60	-2 621 785,96	8 268 156,64
59329	Impostos diferidos referentes a Subsidios	-3 533 822,03	642 337,56	-2 891 484,47
599	Outros	-182 659,37	0,00	-182 659,37
	Resultados Líquidos	1 890 188,15	-17 240 957,95	-15 350 769,80
5	**Total Capital Próprio**	**48 046 781,96**	**-19 300 021,26**	**28 746 760,70**

NOTA 8.1 - ATIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, nos exercícios de 2013 e 2012, foi o seguinte:

	31/12/2013							
Rubricas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras constru.	Equip. básico	Equipamento de transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	24 244 770,32	175 343 355,71	279 574,83	66 418,13	1720 678,20	704 575,19	36 774,75	202 396 147,13
Ajustamentos de conversão								0,00
Aquisições		4 463,75	66 159,46	0,00	4 080,14	31438,77	150 952,12	257 104,24
Transferências		(60 572,90)					(11427,10)	(72 000,00)
Alienações e abates						(3 078,00)		(3 078,00)
Saldo Final	**24 244 770,32**	**175 287 246,56**	**345 744,29**	**66 418,13**	**1 724 758,34**	**732 935,96**	**176 299,77**	**202 578 173,37**
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo inicial	0,00	55 253 767,86	173 125,09	65 398,40	1697 956,15	583 108,84	0,00	57 773 356,34
Ajustamentos de conversão								0,00
Amortizações do exercício		3 949 410,69	26 433,81	1019,73	18 571,46	28 425,41		4 023 861,10
Perdas por imparidade	4 407 051,21	21 104 764,96	25 562,94	0,00	2 556,29	23 006,65		25 562 942,05
Alienações e abates						(2 237,52)		(2 237,52)
Outros		(23 870,48)				15,10		(23 855,38)
Saldo Final	**4 407 051,21**	**80 284 073,03**	**225 121,84**	**66 418,13**	**1 719 083,90**	**632 318,48**	**0,00**	**87 334 066,59**
Ativos Líquidos	**19 837 719,11**	**95 003 173,53**	**120 622,45**	**0,00**	**5 674,44**	**100 617,48**	**176 299,77**	**115 244 106,78**

	31/12/2012 (reexpresso)							
Rubricas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construç.	Equip. básico	Equipamento de transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	24 244 770,32	174 913 887,64	279 574,83	204 152,13	1724 358,27	706 177,50	425 961,98	202 498 892,67
Ajustamentos de conversão								0,00
Aquisições		6 217,42	0,00	0,00	328,10	12 667,37	89 685,57	111788,46
Transferências		478 872,80					(478 872,80)	0,00
Alienações e abates		(55 622,15)		(137 744,00)	(6 898,17)	(14 269,68)		(214 534,00)
Saldo Final	24 244 770,32	175 343 355,71	279 574,83	66 418,13	1720 678,20	704 575,19	36 774,75	202 396 147,13
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo inicial	0,00	51 196 839,86	150 126,61	200 012,29	1685 366,55	566 566,45	0,00	53 798 911,86
Ajustamentos de conversão								0,00
Amortizações do exercício		4 064 040,03	22 998,48	3 130,11	19 487,77	29 281,99		4 138 938,38
Alienações e abates		(30 035,97)		(137 744,00)	(6 898,17)	(12 739,60)		(187 417,74)
Outros		22 923,84						22 923,84
Saldo Final	0,00	55 253 767,86	173 125,09	65 398,40	1697 956,15	583 108,84	0,00	57 773 356,34
Ativos Líquidos	24 244 770,32	120 089 587,85	106 449,74	1 019,73	22 722,05	121 466,35	36 774,75	144 622 790,79

Durante o exercício de 2013, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

O aumento registado na rubrica de "Edifícios e Outras Construções" no valor de 4.463,75 euros e (55.622,15) euros, traduziram-se nos seguintes investimentos:

(i) licença de vistoria contra incêndio do edifício CTTExpresso no valor de 4.463,75 euros;

(ii) transferência da rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis em Curso" no valor de 11.427 euros, relativos à alteração/adaptação do topo sul do pavilhão A03, por forma a receber um novo cliente;

(iii) a correcção, no valor de (72.000,00) euros, registada na rubrica "Edifícios e outras Construções" decorrente da assunção, da não realização de parte dos trabalhos de consolidação da empreitada da repavimentação do pescado, pelo empreiteiro responsável, formalizada por acordo entre as partes.

O aumento registado na rubrica de "Equipamento Básico" no valor de 66.169,46 euros traduziu-se nos seguintes investimentos:

(i) grandes reparações no equipamento de frio (Chillers) no valor de 61.111,20 euros, nos seguintes pavilhões: R07 (Chiller 2 e Chiller 3), A01 (Chiller 1), A04 (Chiller 2), A05 (Chiller 2), A06 (Chiller 2), A07 (Chiller 2) e A08 (Chiller 1);

(ii) grande reparação da camara frigorifica da Box 107 do Pavilhão R07 no valor de 5.058,26 euros;

O aumento verificado na rubrica de "Equipamento Administrativo", no valor de 4.080,14 euros, traduziu-se no seguinte investimento:

(i) aquisição de 6 portáteis;

O aumento registado na rubrica de "Outros Ativos Fixos Tangíveis" no valor de 31.438,77 euros traduziu-se nos seguintes investimentos:

(i) instalação de sistema terra e repavimento junto ao para-raios do edifício CTTExpresso, no valor de 1.811,70 euros;

(ii) contentores do lixo com uma capacidade de 1000L, no montante de 1.590,00 euros;

(iii) projeto DAE - Projeto Desfibrilhação Automática Externa, tendo por base a exigência legal, presente do decreto-lei Nº184/2012 de 8 de agosto, de possuir o referido equipamento e pessoas aptas para a sua utilização, em recintos com as características do Mercado, no montante de 3.300,00 euros;

(iv) equipamento de proteção do cais de acostagem no Pavilhão dos CTT Expresso, no montante de 6.992,82 euros;

(v) sistema de proteção e segurança (Intrusão e Incêndio), no montante de 13.136,70 euros;

(vi) analisador de energia e quadro elétrico térmico, necessários para a monitorização dos postos de transformação elétricos, no montante de 3.335,65 euros;

(vii) equipamento diverso, montante de 1.271,90 euros.

O aumento registado na rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis em curso" no montante de 150.952,12 euros traduziu-se nos seguintes investimentos:

(i) grande reparação na fábrica do gelo do pavilhão do pescado (R07), no montante de 72.069,00 euros;

(ii) aquisição de 6 aparelhos de ar condicionado, no montante de 5.000,01 euros;

(iii) reabilitação das coberturas dos pavilhões A08 e A10, no montante de 66.822,57 euros.

(iv) o valor de 11.427,10 euros registado em "Transferências" na rubrica "Ativos Fixos Tangíveis em Curso" refere-se à transferência para "Ativos Fixos Tangíveis" devido à conclusão de algumas obras.

O valor da alienação registada na rubrica "Outros Ativos Fixos Tangíveis" referem-se à venda de contentores do lixo (capacidade 1000L) bastante danificados que ainda não se encontrava totalmente depreciados. No total, estas operações geraram uma menos-valia no montante de 724,20 euros.

Relativamente às depreciações do exercício, foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e amortização" em 2013, o montante de 4.023.861,10 euros.

NOTA 9 - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

O detalhe da rubrica "Outros Ativos Financeiros" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Investimentos Financeiros		
Outras Aplicações Financeiras		
Fundos - FCT (Fundo de Compensação do Trabalho)	2,74	0,00
Depositos Bancários - BANIF	200 000,00	400 000,00
Total	**200 002,74**	**400 000,00**

No cumprimento da Lei 70/2013 de 30 de agosto passou a ser constituído o Fundo de Compensação do Trabalho de caracter obrigatório para contratos de trabalhos celebrados após 1/10/2013.

Face à impossibilidade de mobilizar os valores depositados pela MARL no Banif numa Conta à ordem cativos, uma vez que os mesmos consubstanciam uma garantia constituída no âmbito de contratos de financiamento que a empresa detem junto de entidade bancária, os mesmos foram reclassificados, em 2012, na rubrica de outros ativos financeiros por se considerar não corrente.

NOTA 10 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

O detalhe da rubrica "Outras Contas a Receber", é conforme se segue:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Outras contas a receber (Ativo não Corrente)		
Devedores diversos		
Dif. Taxa de Acesso	203 578,63	204 486,19
Outros	687 500,00	765 000,00
Sub-total	**891 078,63**	**969 486,19**
Outras contas a receber (Ativo Corrente)		
Outras operações com pessoal	1 480,03	1 498,80
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros devedores	91 845,45	46 467,42
Outros acréscimos de rendimentos	82 243,89	50 185,90
Devedores diversos		
Garantias Cauções	28 631,04	28 631,04
Cauções a fornecedores	778,22	778,22
Dif. Taxa de Acesso	27 865,56	21 745,20
Outros	173 509,56	18 087,54
Sub-total	**406 353,75**	**167 394,12**
Total	**1 297 432,38**	**1 136 880,31**

O saldo a receber do pessoal totaliza 1.480,03 euros e diz, essencialmente, respeito a débitos diversos relacionados com despesas extra *plafond* de telemóvel, combustíveis e "Via Verde", devidamente controladas e recebidas no curtíssimo prazo.

Em 2013 procedeu-se à reclassificação do valor registado nas rubricas "Diferimento da taxa de acesso" e "Outros", estimadas num prazo superior a 1 ano para passivo não corrente.

O valor registado em "Diferimento de taxa de acesso" refere-se a Taxas de Acesso devidas contratualmente por diversos clientes. Nos termos destes contratos, as Taxas de Acesso são faturadas mensalmente, sendo este saldo influenciado pela emissão das referidas faturas.

O montante registado em "Outros" decorre, essencialmente, do registo de: (i) montante a receber de um cliente, de acordo com o previsto em "Adicional ao contrato" e; (ii) montante a receber do empreiteiro responsável pela empreitada da repavimentação do pescado, conforme o previsto em Acordo datado de 20 de janeiro de 2014.

NOTA 11 - CLIENTES CURTO PRAZO

O detalhe da rubrica "Clientes" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Clientes Curto Prazo - Corrente		
Clientes gerais	1 247 486,07	1 227 550,58
Clientes - Empresa-mãe	0,00	0,00
Clientes - Outras partes relacionadas	23,74	0,00
Clientes - Cheques pré-datados	2 936,36	13 774,18
Subtotal	1 250 446,17	1 241 324,76
Clientes cobrança duvidosa	442 384,30	634 343,44
Perdas por imparidade acumuladas	(426 113,63)	(617 503,19)
Subtotal	16 270,67	16 840,25
Total	**1 266 716,84**	**1 258 165,01**

NOTA 12 - ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

12.1 - Ativo Corrente

O detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o rendimento (IRC)	0,00	110 568,23
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) (Notas de Credito emitidas)	872,15	5 856,70
Total	**872,15**	**116 424,93**

12.2 - Passivo Corrente

O detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o rendimento (IRC)	563 010,68	37 815,92
Retenção de impostos sobre rendimentos	38 623,46	45 791,69
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	289 675,42	336 015,58
Contribuições para a Segurança Social	14 986,63	18 885,39
Outras tributações	12 269,36	0,00
Total	**918 565,55**	**438 508,58**

O valor de 12.269,36 euros registado na rubrica "Outras Tributações" refere-se ao montante de juros auferidos nos exercícios de 2011 e 2012, relativos a colateral associado a financiamento obtido junto de entidade bancária, entregue ao Instituto de Gestão de Crédito Publico, por incumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE), conforme previsto no artigo 124º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro e após parecer da DGTF sobre a matéria.

À data da elaboração deste relatório, o referido montante de 12.269,36 euros já se encontra liquidado, tendo a MARL sido autorizada ao regime de exceção do pagamento para o exercício de 2013 pelo despacho nº 2421/13 SET.

NOTA 13 - DIFERIMENTOS

13.1 - Diferimentos Ativos

O detalhe da rubrica "Diferimentos" no ativo, é conforme se segue:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Diferimentos		
Gastos a reconhecer (Ativos Correntes)		
Seguros	38 848,88	43 503,73
Outros gastos a reconhecer	146 059,95	145 616,57
Total	**184 908,83**	**189 120,30**

O valor registado na rubrica "outros gastos a reconhecer" no montante de 146.059,95 euros, inclui

(i) Trabalhos de manutenção no montante de 2.784,91 euros;

(ii) Gastos de financiamento e comissões bancarias no montante de 10.882,34 euros;

(iii) Taxa de inspecção veterinária no montante de 117.340,00 euros que se encontra em reclamação junto do fornecedor;

(iv) Juros compensatórios relativos a IMI no montante de 7.769,82 euros, encontrando-se a MARL a aguardar resposta ao recurso hierárquico da reclamação graciosa, por se considerar que não é devido, uma vez que decorreu da regularização de IMI de anos anteriores e não o efectivo atraso no pagamento;

(v) Licenças Microsoft no montante de 3.522,40 euros;

(vi) Outros custos a reconhecer no exercício ou exercícios seguintes no montante de 3.760,48 euros.

13.2 Diferimentos Passivos

O detalhe da rubrica "Diferimentos" no passivo, é conforme se segue:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Diferimentos		
Rendimentos a reconhecer (Passivo não corrente)		
Taxas Acesso	20 155 843,28	21 922 924,70
Sub-total	**20 155 843,28**	**21 922 924,70**
Rendimentos a reconhecer (Passivo corrente)		
Taxas Acesso	1 588 981,56	1 667 358,95
Taxa Utilização	1 047 609,70	1 047 357,05
Outros Rendimentos a reconhecer	2 597,32	4 014,04
Sub-total	**2 639 188,58**	**2 718 730,04**
Total	**22 795 031,86**	**24 641 654,74**

Os montantes recebidos referentes às taxas de acesso incluídos na rubrica de "Rendimentos a reconhecer", são reconhecidos por duodécimos, como rendimentos do exercício durante o período de vigência dos contratos.

Conforme referido na nota 5, foram reexpressos os comparativos de 2012, relativos à reclassificação do valor a reconhecer num prazo superior a 12 meses para ativo não corrente.

A diminuição dos rendimentos a reconhecer, provenientes de taxas de acesso, decorre do efeito da sua integração, em rendimentos do exercício.

NOTA 14 - CAPITAL

O capital social que no final do exercício de 2012 se encontrava por realizar por parte do accionista SIMAB, montante de 2.300.000,00 euros, foi realizado no decorrer do exercício de 2013.

Durante o exercício de 2013, não houve qualquer realização capital, conforme seguidamente se apresenta:

Acionista	Capital Social Inicial	Diminuição	Aumento Capital			Capital Social Final
			Conversão Suprimentos	Conversão Dívida	Entradas em Dinheiro	
Simab, SA	26.361.351,64					26.361.351,64
Câm. Mun. Lisboa	2.970.272,55					2.970.272,55
Stª C. Miser. Lisboa	445.806,60					445.806,60
Câm. Mun. Loures	222.568,97					222.568,97
Total	29.999.999,76	0,00	0,00	0,00	0,00	29.999.999,76

Acionista	Capital Subscrito	Capital Realizado	Capital a realizar
Simab, S.A.	26 361 351,64	26 361 351,64	
Câmara Municipal de Lisboa	2 970 272,55	2 970 272,55	
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	445 806,60	445 806,60	
Câmara Municipal de Loures	222 568,97	222 568,97	
Total	29 999 999,76	29 999 999,76	0,00

O capital social atual é representado por 6.012.024 ações nominativas, com o valor facial de 4,99 euros, em títulos de uma, cinco, dez, cem, mil ou múltiplos de mil ações.

Em substância, o capital social da sociedade, encontra-se repartido nos seguintes valores:

Acionista	N.º Ações	Valor Nominal	Valores	%
Simab, S.A.	5.282.836	4,99	26.361.351,64	87,87%
Câmara Municipal de Lisboa	595.245	4,99	2.970.272,55	9,90%
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	89.340	4,99	445.806,60	1,49%
Câmara Municipal de Loures	44.603	4,99	222.568,97	0,74%
Total	6.012.024		29.999.999,76	100,00%

NOTA 15 - RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

15.1 Reservas Legais

A rubrica "Reservas" apresentava o seguinte detalhe:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Reservas		
Saldo inical	99 530,06	66 434,73
Aplicação do Resultado Líquido	120 385,10	33 095,33
Saldo final	**219 915,16**	**99 530,06**

Os estatutos da empresa determinam para a aplicação dos resultados, um mínimo de dez por cento para constituição ou reintegração da reserva legal até atingir o mínimo legalmente exigível e o remanescente conforme for deliberado pela Assembleia Geral, podendo o montante a distribuir como dividendos aos acionistas ser fixado por deliberação aprovada pelos votos representativos de cinquenta e um por cento do capital social.

Na aprovação de contas referentes ao exercício de 2012 foi deliberado um aumento das reservas legais no valor de 120.385,10 euros.

15.2 Resultados Transitados

Realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de "Resultados transitados":

Descrição	31/12/2013	Variação	31/12/2012 (reexpresso)
Resultados transitados			
Resultados transitados	3 257 475,75	1 083 465,88	2 123 883,41
Result. transit. - Reg. n/freq. de grande signif.	(239 484,68)	0,00	(239 484,68)
Resultados transitados - Adopção 1ª vez SNC	1 773 414,40	0,00	1 773 414,40
Total	**4 791 405,47**	**1 083 465,88**	**3 657 813,13**

A rubrica de resultados transitados corresponde aos resultados líquidos dos períodos anteriores, conforme deliberações efetuadas nas assembleias gerais. Encontram-se ainda registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação pela primeira vez do SNC.

Foram reexpressos os comparativos de 2012 no que respeita ao desreconhecimento em capitais próprios dos impostos diferidos associados à integração do subsídio na sequência da FAQ 13, conforme referido na nota 5 deste documento.

15.3 Outras Variações no Capital Próprio

A empresa reconhece nesta rubrica os subsídios associados à aquisição de ativos não correntes (subsídios ao investimento), os quais foram integralmente recebidos e não são reembolsáveis. No caso de bens depreciáveis, estes subsídios são subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam, tendo sido reconhecidos rendimentos no montante de 3.016.956,96 euros, em 31 de dezembro de 2013 e em 2012 (Nota 29.1). O saldo desta rubrica corresponde: (i) parcela destes subsídios ainda não imputados a rendimentos do período no montante de 11.801.978,67, líquido do respetivo passivo por impostos diferidos no montante de 2.891.484,77 euros e; (ii) aos subsídios afetos a bens não depreciáveis no montante de 358.375,28.

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Outras Variações no Capital Proprio		
Subsidios para activos não depreciaveis		
Subs.para act.não deprec. - PROMAB	358 375,28	437 990,19
Subsidios para activos depreciaveis		
Subs.para act. deprec. - PROMAB	11 801 978,67	14 818 936,63
Impostos diferidos referentes a Subsidios	(2 891 484,77)	(3 927 017,97)
Outros - Contratos		
Outros - Contratos SWAP	(182 659,37)	(1 076 186,21)
Impostos Diferidos SWAP	0,00	0,00
Total	**9 086 209,81**	**10 253 722,64**

Foram reexpressos os comparativos de 2012 no que respeita ao desreconhecimento em outras variações capitais próprios dos impostos diferidos associados à integração do subsídio na sequência da FAQ 13, conforme referido na nota 5 deste documento.

Conforme referido na nota 8, foi reconhecida a integração do subsídio ao investimento na proporção da perda por imparidade reconhecida para o Ativo subjacente à atribuição do subsídio.

NOTA 16 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe da rubrica "Financiamentos Obtidos", é conforme se segue:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Financiamentos obtidos (passivo não corrente)		
Empréstimos bancários - Financiamento para Investimento		
Banco Europeu de Investimento	31 944 444,43	34 722 222,21
Banco Internacional do Funchal	2 309 725,70	2 611 544,49
Emp.bancarios - outros		
Banco Português de Investimento	340 000,00	540 000,00
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	27 135 046,46	24 274 988,44
Outros financiadores		
Banco Português de Investimento	0,00	250 000,00
Total	**61 729 216,59**	**62 398 755,14**

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Financiamentos obtidos (passivo corrente)		
Empréstimos bancários - Financiamento para Investimento		
Banco Europeu de Investimento	2 777 777,78	2 777 777,78
Banco Internacional do Funchal	462 853,04	462 853,04
Emp.bancarios - outros		
Montepio Geral	0,00	3 000 000,00
Banco Português de Investimento	200 000,00	480 000,00
Montepio Geral (Avalista)	624,17	4 694,93
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	0,00	2 300 000,00
Total	**3 441 254,99**	**9 025 325,75**

16.1 - Caracterização dos empréstimos bancários

- Contrato de financiamento a médio e longo prazo

No dia 8 de Outubro de 2001, na sequência dos contactos e negociações havidas com o *Banco Europeu de Investimento (BEI)*, foi assinado um contrato de financiamento com esta entidade bancária europeia. Até setembro de 2011, este contrato teve a intervenção, no âmbito de prestação de garantias, do consórcio bancário liderado pelo BCP Investimentos, SA e que agrega, também, o BES Investimentos, SA e o BPI Investimentos, SA; em 8 de setembro de 2011, foi concedido aval pelo do Estado Português, garantindo o cumprimento das obrigações de capital e juros deste financiamento até à maturidade.

A operação está consubstanciada nas seguintes características técnicas:

Financiamento BEI

Montante	50 000 000,00
Montante em dívida a 31/12/2013	34 722 222,21
Maturidade	25 anos
Período carência	7 anos
Regime taxa juro	Variável
Indexante	Euribor 3 meses
Spread	+0,12%
Data primeiro reembolso	15/09/2008
Data último reembolso	15/03/2026

A taxa variável é determinada pelo BEI em conformidade com os seus procedimentos internos, não podendo, no entanto, exceder a Euribor + 0,12%.

- Contrato de financiamento para a aquisição do edifício C01

Foi celebrado com o *BANIF, SA* um contrato de financiamento, em 30 de Maio de 2007, para financiamento da aquisição do edifício C01 no MARL, em regime de *project finance*, compaginado da seguinte forma:

Financiamento edifício C01

Montante	4 672 000,00
Montante em dívida a 31/12/2013	2 772 578,74
Taxa juro	Euribor 1 meses
Spread	1,50%
Maturidade	15 anos
Data primeiro reembolso	05/07/2007
Data último reembolso	05/06/2022

- Empréstimo Médio Longo Prazo

Prosseguindo uma política de estabilização das linhas de financiamento, tendo em vista o reforço do peso relativo do passivo de m/l prazo, a MARL, SA reestruturou, em Abril de 2010, uma linha caucionada no montante de 4.600.000,00 euros em: (i) Programa de Emissão de Papel Comercial no valor de 2.300.000,00 euros; (ii) empréstimo a cinco anos, no montante de 2.300.000,00 milhares de euros, nas seguintes condições.

Financiamento médio longo prazo

Montante	2 300 000,00
Montante em dívida a 31/12/2013	540 000,00
Taxa juro	Euribor 1 mes
Spread	2,25%
Maturidade	4 anos e 10 meses
Reembolso	57 prestações mensais
Data primeiro reembolso	15/05/2010
Data último reembolso	15/01/2015

- Linhas de apoio à tesouraria

Á data de 31 de dezembro de 2013, as linhas de crédito de apoio à tesouraria utilizadas são:

Montantes de linhas utilizadas		2013	2012
Conta Correntes Caucionada	Montepio	0,00	3 000 000,00
	Total	0,00	3 000 000,00

16.2 - Prestações Acessórias de Capital

Em 2013, foram reforçados os empréstimos à MARL, SA, por parte do acionista SIMAB, SA, no montante de 5.459.116,04 euros (Nota 6.1), de modo a garantir o cumprimento de responsabilidades assumidas no âmbito do serviço da dívida, designadamente do financiamento que a sociedade detém junto do Banco Europeu de Investimento e ainda à amortização de linhas de apoio à tesouraria.

À data de 31 de dezembro de 2013, as prestações acessórias de capital realizadas à MARL, SA ascendem a 27.135.046,46 euros, nas condições que seguidamente se apresenta:

Prestações Assessórias SIMAB		
Data da Realização	Montante	Montante em dívida a 31/12/2013
29/06/2012	20 000 000,00	20 000 000,00
17/09/2012	1 565 690,75	1 565 690,75
19/09/2012	5 009 297,69	1 559 297,69
06/12/2013	2 010 058,02	2 010 058,02
06/12/2013	2 000 000,00	2 000 000,00
Total	**30 585 046,46**	**27 135 046,46**

Os contratos vencem juros mensais à taxa determinada pelo custo de financiamento bancário da empresa mãe, por referência ao mês anterior.

16.3 - Outros Financiamentos

- Emissão de Papel comercial

É política da MARL, SA garantir o acesso a linhas de crédito de utilização flexível e em montante adequado, pelo que à data de 31 de dezembro de 2012 tinha contratado um programa de papel comercial de 250.000,00 euros. À data de 31 de dezembro de 2013 a MARL, SA tem o programa de papel comercial totalmente amortizado.

- Banco Português de Investimento (BPI)

No segundo trimestre de 2010, a MARL, SA reestruturou parcialmente, uma linha caucionada no montante de 4.600 milhares de euros num Programa de Emissão de Papel Comercial no valor de 2.300 milhares de euros, o qual tem prazo de 5 anos e garantia de tomada firme, pelo que esta forma de financiamento se encontra classificada como exigível a médio prazo. Em 2011, o banco procedeu a uma redução no montante máximo de emissão, fixando-o em 1.800 milhares de euros.

Ao longo do exercício foram efetuadas 3 transações de emissão de papel comercial ao abrigo do referido programa, sendo que a 31 de dezembro de 2013 o montante já se encontrava totalmente amortizado.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, em 31 de dezembro de 2013, os movimentos associados a estas transações foram apresentados de forma compensada.

NOTA 17 - INSTRUMENTOS FINANCIAMENTOS DERIVADOS

Encontrando-se a totalidade da dívida financeira contraída pela empresa indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via expostas ao risco de taxa de juro, a MARL, SA adota uma política de gestão de risco com o objetivo de reduzir a sua exposição aos riscos resultantes da variação de taxa de juro. Nesse sentido, são utilizados *swaps* de taxas de juro como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Assim, na medida das expetativas da evolução das taxas de juro e da ocorrência de impactos indesejáveis, foram contratadas operações com instrumentos financeiros derivados, nomeadamente, *swaps* de taxa de juro, *caps* e *floors*, tendo como objetivo a cobertura de risco de taxa de juro, pretendendo-se assim cobrir ou anular variações negativas nos *cash flows* associados ao serviço da dívida. A empresa procura o desenvolvimento de soluções para cobertura dos riscos identificados e nunca com o objetivo de *trading*, sem a existência de passivos subjacentes. Estes instrumentos são qualificados como instrumentos de cobertura em relações de cobertura de fluxos de caixa, pelo que são registados no balanço pelo seu justo valor. As variações de justo valor são registadas, por contrapartida de Capitais Próprios, de acordo com o NCRF 27.

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efetuadas por entidades externas. Em 31 de dezembro de 2013, no

âmbito da gestão de risco de taxa de juro do seu passivo financeiro, a MARL, SA tinha contratado dois contratos *swap* em que recebe taxa fixa e paga taxa de juro variável, como se segue:

Op. Financiamento	Instrumento de Cobertura	Taxa de Juro	Valor Nominal	Maturidade	Taxa de Juro	Indexante Efectivo	Justo Valor (€) 31/12/2013	Justo Valor (€) 31/12/2012
Financiamento BEI	COLLAR com "Floor Knock-in" e "Cap Knock-out"	KIKO Collar Fixings Trimestrais Pagamentos Trimestrais	20 138 888,89 €	17/mar/14	4,40% Ki=3,75% Ko=5,75%	Se euribor$_{3m}$ > 5,75% --> empresa paga euribor$_{3m}$ Se 4,40% < euribor$_{3m}$ < 5,75% --> empresa paga 4,40% Se euribor$_{3m}$ < 3,75% --> empresa paga 4,40%	-182 659 €	-959 664 €

NOTA 18 - LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.
As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

18.1 - LOCAÇÕES FINANCEIRAS

A MARL, SA não tem atualmente nenhum contrato de locação financeira a decorrer.

18.2 - LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Os contratos de aluguer de viaturas ao serviço da MARL, SA revestem a natureza de locações operacionais. Estes não preveem renovação, nem opção de compra no final do mesmo, nem qualquer valor referente a rendas contingentes. Todos os contratos são canceláveis mediante um pré-aviso e não impõem restrições de qualquer natureza ao nível de dividendos ou dívida.

Nas locações operacionais, os pagamentos mínimos de locação reconhecidos como custo, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram conforme se segue:

Locações e sublocações operacionais, e pagamentos de locação e de sublocação reconhecidos como gastos	Locações operacionais em vigor				31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Pagamentos mínimos das locações	Pagamentos mínimos das locações
			Começo	Fim		
Viatura "03-CR-57"	Lease Plan Portugal, Lda	6713	1/jan/10	27/jun/12	0,00	4 317,57
Viatura "85-CS-28"	Lease Plan Portugal, Lda	6713	19/jan/07	28/jul/12	0,00	4 987,55
Viatura "17-GS-79"	VSC -Aluguer de Veículos, Lda	53648	7/nov/08	6/nov/12	0,00	4 993,63
Viatura "50-HB-49"	Lease Plan Portugal, Lda	6713	12/jan/09	11/jan/13	0,00	7 139,64
Viatura "52-LD-75"	Lease Plan Portugal, Lda	6713	5/jan/11	4/jan/15	269,09	2 991,00
Viatura "87-LR-27"	Lease Plan Portugal, Lda	6713	1/jun/11	31/mai/15	2 167,47	2 889,96
Viatura "44-LR-25"	Lease Plan Portugal, Lda	6713	22/jul/11	21/jul/15	2 167,47	2 889,96
Viatura "15-LV-23"	Lease Plan Portugal, Lda	6713	12/ago/11	11/ago/15	2 255,40	3 007,20
Viatura "87-NB-54"	Multirente, S.A.	871367	10/jul/12	9/jul/16	3 808,44	2 538,95
Viatura "87-NB-58"	Multirente, S.A.	871367	10/jul/12	9/jul/16	3 808,44	2 538,95
Viatura "87-NB-53"	Multirente, S.A.				3 808,44	1 269,48
Subtotal					18 284,75	39 563,89
Viatura "03-CR-56"	(a)				0,00	2 876,61
Viatura "79-FJ-88"	(a)				0,00	2 420,23
Subtotal					0,00	5 296,84
Total					18 284,75	44 860,73

(a) Os contratos de locação operacional das viaturas "03-CR-56" e "79-FJ-88" pertencem à empresa-mãe (SIMAB, SA), no entanto como a sua utilização é partilhada pela empresa-mãe e pela MARL, SA, o seu custo também é partilhado.

Futuros pagamentos mínimos das locações operacionais não canceláveis	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Vencíveis até 1 ano	27 129,12	32 909,04
Vencíveis entre 1 e 5 anos	28 795,30	65 075,96
Vencíveis a mais de 5 anos		0,00
Total	55 924,42	97 985,00

NOTA 19 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

O detalhe da rubrica "Outras Contas a Pagar" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Outras Contas a pagar (Passivo não Corrente)		
Credores diversos		
Cauções Operadores	1 154 988,43	1 030 330,17
Credores diversos		
Ajust. Imposto s/Subsidio	2 891 484,77	3 927 017,97
Sub-total	**4 046 473,20**	**4 957 348,14**
Outras Contas a pagar (Passivo Corrente)		
Clientes	1 449,39	2 054,33
Outros custos com pessoal	46,14	9 310,45
Credores diversos		
Outros	24 151,13	24 151,13
Fornecedores de investimentos		
Fornecedores gerais	934 729,90	774 183,40
Credores por acréscimos de gastos		
Juros a Liquidar	66 144,38	154 639,76
Remunerações a Liquidar	85 604,56	63 169,78
Outros Acréscimos de Gastos	718 506,63	973 102,42
Ajustes em contratos Swap	182 659,37	1 076 186,21
Sub-total	**2 018 008,72**	**3 076 797,48**
Total	**6 064 481,92**	**8 034 145,62**

Foram reexpressos os comparativos de 2012 no que respeita ao reconhecimento em outras contas a pagar do valor de 3.927.017,97 euros relativo ao passivo por impostos diferidos relacionados com o subsídio ao investimento, conforme nota 5.

Foram ainda reexpressos os valores de credores diversos relativos a cauções, que foram reclassificados para passivo não corrente, por se considerar que não são devolvidas num prazo inferior a 12 meses.

O aumento na conta de remunerações a liquidar, corresponde ao subsídio de férias de 2013 a pagar em 2014 e respetivos encargos com regimes de proteção social. Em 31/12/2012, por não ser ainda conhecida a decisão do Tribunal Constitucional que veio declarar inconstitucional a suspensão do pagamento do subsídio de férias, não foi considerado qualquer montante a pagar em 2013 a título de subsídio de férias de 2012, conforme explicado na nota 23.

A rubrica de "Credores por acréscimos de gastos - Outros" refere-se essencialmente a Gastos com Imposto Municipal sobre Imóveis, referente a 2013, cujo pagamento ocorrerá em 2014, no valor de 266.544,52 euros, e a Gastos com o Edifício CRE, no montante de 220.000,00 euros, cujo pagamento ocorrerá até final de 2015.

Conforme referido na nota 8, foi reconhecida a integração do subsídio ao investimento na proporção da perda por imparidade reconhecida para o ativo subjacente à atribuição do subsídio, com o correspondente redução do ajustamento do imposto sobre subsídios, reconhecido em outros credores.

NOTA 20 - FORNECEDORES

O detalhe da rubrica de "Fornecedores" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Fornecedores		
Fornecedores gerais	398 878,97	518 009,99
Fornecedores - Empresa-mãe	33 140,97	76 990,79
Fornecedores - Outras partes relacionadas	117 171,00	117 171,00
Total	**549 190,94**	**712 171,78**

NOTA 21 - ADIANTAMENTO DE CLIENTES

O detalhe da rubrica "Adiantamento de Clientes", é conforme se segue:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Adiantamentos de clientes		
Clientes gerais	14 692,72	2 848,74
Total	**14 692,72**	**2 848,74**

NOTA 22 - VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica "Vendas e Prestações de serviços" apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Prestações de serviço		
Taxa de utilização	8 950 016,39	8 890 909,41
Outras receitas	2 011 648,91	2 118 925,74
Proveitos diferidos	1 885 315,59	2 690 222,84
Total	**12 846 980,89**	**13 700 057,99**

As prestações de serviço incluem, para além da taxa de utilização e dos proveitos diferidos da taxa de acesso, uma diversidade de outros serviços adicionais, que são reconhecidos no momento em que o cliente solicita o serviço. (Nota 3.9)

De salientar que, a subrubrica "Proveitos diferidos" inclui o montante de 218.254,78 euros relativo a integração em rendimentos do exercício, do valor de taxas de acesso que ainda não estava incorporado, nos casos em que ocorreu rescisão contratual. Em 2012, este montante ascendeu a 857.638,81 euros.

NOTA 23 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos", é detalhada conforme se segue:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	338 143,91	424 761,45
Publicidade e propaganda	257,08	1 018,32
Vigilância e segurança	321 008,61	407 871,41
Honorários	1 166,39	7 522,64
Comissões	24 325,06	17 171,55
Conservação e reparação	300 082,43	506 827,90
Serviços Bancários	2 916,55	3 459,44
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 798,08	888,33
Livros e documentação técnica	0,00	616,00
Material de escritório	4 829,42	4 296,23
Energia e fluidos		
Eletricidade	645 575,49	692 007,77
Combustíveis	2 429,89	20 330,08
Água	280 875,98	290 576,87
Deslocações, estadas e transportes	430,64	4 706,06
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	36 504,56	51 892,16
Comunicação	16 921,96	22 495,55
Seguros	75 302,50	93 051,03
Contencioso e notariado	2 390,40	3 841,67
Despesas de representação	0,00	1 705,53
Limpeza, higiene e conforto	822 079,66	1 002 761,94
Outros serviços	8 390,72	5 828,41
Total	**2 885 429,33**	**3 563 630,34**

NOTA 24 - GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica "Gastos com o pessoal", detalha-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Gastos com o pessoal		
Remunerações dos órgãos sociais	148 994,49	102 863,70
Remunerações do pessoal	611 674,81	663 322,55
Indemnizações	0,00	126 920,20
Encargos sobre remunerações	140 545,19	151 514,80
Seguros de acidentes no trabalho e doenças prof.	2 930,46	3 961,39
Outros gastos com o pessoal	11 337,18	29 782,81
Total	915 482,13	1 078 365,45

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante o ano de 2013 foi de 25 empregados.

Entende-se como número médio, o quociente entre o total de trabalhadores ao serviço na última semana de cada mês de atividade e o número de meses de atividade.

A MARL aplicou em 2013 a redução remuneratória decorrente da aplicação do art.º 27º da Lei 66-B/2012.

Em 2013 a MARL reconheceu como gasto 57.724,31 euros relativo ao subsídio de férias de 2012 e respetivos encargos, a pagar em 2013 na sequência do acórdão nº 187/2013 do Tribunal Constitucional, que determinou a inconstitucionalidade do art.º 29 do OE 2013, tendo a suspensão do subsídio de férias deixado de ser aplicável.

Os gastos com o pessoal em 2013 incorporam uma diminuição essencialmente pelos seguintes efeitos:

(i) a inexistência de indemnizações a pagar por rescisões de contrato;

(ii) situação de baixa médica e licenças de maternidade e paternidade;

(iii) redução do valor do seguro de saúde.

Foram efetuadas as correções aos subsídios de férias relativas a 2013 e a pagar em 2014, de acordo com a redução remuneratória imposta pelo artigo 33º da lei 83-C/2013 de 31/12 (OE de 2014).

NOTA 25 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica "Outros Rendimentos e Ganhos", detalha-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	66 355,94	132 783,47
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	59 815,75	63 242,93
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	10 000,81
Outros		
Correções de exercícios anteriores	240 063,09	0,00
Excesso da estimativa para impostos	0,00	3 095,99
Imputação de subsídios para investimento	3 096 572,87	395 172,00
Restituição de impostos	4 958,82	0,00
Outros não especificados	30 725,47	48 173,76
Total	**3 498 491,94**	**652 468,96**

A rubrica "Rendimentos suplementares", no montante de 66.355,94 euros, inclui:

(i) a faturação emitida à SIMAB,SA e à Associação 5 ao dia, nos montantes de 41.950,00 euros e 120,00 euros, respetivamente (Notas 6.1 e 6.2);

(ii) a faturação de resíduos recicláveis no montante de 20.000,00 euros;

A rubrica "Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros", no montante de 59.815,75 euros, inclui:

(i) o montante de 45.900,00 euros referente a juros previstos no adicional ao contrato com a MARL Energia;

(ii) o montante de 13.915,75 euros referentes a juros de mora;

A rubrica "Correções de exercícios anteriores", no montante de 240.063,09 euros, inclui:

(i) a correção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), relativo aos anos 2011 e 2012, por diminuição do Valor Patrimonial Tributário (VPT), decorrente do deferimento do pedido de avaliação dos imóveis, no montante de 200.867,28 de euros;

(ii) a correção de amortizações no montante de 24.093,68 euros.

A rubrica "Imputação de subsídios para o investimento", no montante de 3.096.572,87 euros, inclui:

(i) a quota-parte atribuída ao exercício, no montante de 395.172,00 euros, referente a subsídios de investimento do PROMAB concedidos à sociedade, a fundo perdido; (Nota 29.1)

(ii) o valor de 2.701.400.87 euros relativo ao subsidio reconhecido, conforme referido na nota 8 relativo à integração do subsídio ao investimento na proporção da perda por imparidade reconhecida para o ativo subjacente à atribuição do subsídio.

A rubrica "Restituição de impostos", no montante de 4.958,82 euros, refere à restituição de IRC do ano de 2008;

A rubrica "Outros não especificados", no montante de 30.725,47 euros, inclui:

(i) o montante de 12.607,17 euros referentes a indemnizações recebidas de seguradoras, relativas a sinistros no mercado;

(ii) o montante de 3.920,68 euros referentes a devoluções de processos judiciais;

(iii) o montante de 9.523,39 euros referente à facturação de penalidades de acordo com o regulamento interno.

NOTA 26 - OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Outros gastos e perdas		
Impostos	270 592,34	372 212,07
Dívidas incobráveis	0,00	39 327,79
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	724,20	26 873,70
Outros Gastos e perdas		
Correções de exercicios anteriores	87 476,81	0,00
Donativos	20 424,73	6 123,62
Quotas	4 000,00	5 020,00
Insuficiência da estimativa para impostos	3 976,11	0,00
Outros não especificados	19 055,43	1 300,51
Total	**406 249,62**	**450 857,69**

A rubrica de "Impostos" refere-se essencialmente ao IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) do exercício de 2013 a pagar em 2014.

O valor evidenciado em "Outros Gastos e perdas" inclui:

A rubrica "Correções de exercícios anteriores", no montante de 87.476,81 euros, inclui:

(i) o montante de 86.969,81 euros referente à anulação do PEC (Pagamento Especial por Conta) referente aos anos de 2004 a 2007.

A rubrica "Donativos", no montante de 20.424,73 euros, refere-se ao donativo efectuado à ISU-Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária.

A rubrica "Quotas", no montante de 4.000,00 euros, refere-se às quotas pagas aos Bombeiro Voluntários do Zambujal e à Associação 5 ao Dia.

A rubrica "Outras não Especificas", no montante de 19.055,43 euros, inclui:

i. O valor de 12.269,36 euros registado na rubrica "Outras Tributações" refere-se ao montante de juros auferidos nos exercícios de 2011 e 2012, entregue ao Instituto de Gestão de Crédito Publico, por incumprimento do princípio da UTE (Nota 12.2).

NOTA 27 - GASTOS / REVERSÕES, DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

O detalhe da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Ativos intangíveis (Nota 7)	381,58	1 237,88
Ativos fixos tangíveis (Nota 8)	4 023 861,10	4 138 938,38
Total	4 024 242,68	4 140 176,26

NOTA 28 - IMPARIDADE DE ATIVOS

Os movimentos registados na rubrica de perdas por imparidades é conforme se segue:

			31/12/2013		
Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Ativos fixos tangíveis	Clientes	Totais
2013	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	25 562 942,05	7 337,40	25 570 279,45
		Reversões		(24 420,42)	(24 420,42)
		Totais	25 562 942,05	(17 083,02)	25 545 859,03

			31/12/2012 (reexpresso)		
Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Ativos fixos tangíveis	Clientes	Totais
2012	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	0,00	59 302,34	59 302,34
		Reversões		(20 736,81)	(20 736,81)
		Totais	0,00	38 565,53	38 565,53

Conforme referido na nota 8, a MARL reconheceu perdas por imparidade na rubrica de ativos fixos tangíveis no valor de 25.562.942,05 euros, registadas em resultados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram reconhecidas perdas por imparidade de dívidas de clientes no valor de 7.337,40 euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram reconhecidas reversões de perdas por imparidade no montante de 24.420,42 euros, que inclui:

(i) o montante de 8.105.91 euros, relativos à recuperação do valor do IVA de créditos reconhecidos como incobráveis em processos de insolvência e de execução;
(ii) o montante de 10.741.51 euros referente a acordos de pagamento;
(iii) o montante de 5.572,60 euros, referente à utilização da caução.

NOTA 29 - PROVISÕES

A MARL, SA fez uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, ações judiciais, reclamações ou casos litigiosos. Com base nessa revisão e a partir de uma cuidada análise de risco, suportada pelo entendimento dos advogados da empresa, a Administração da MARL, SA considera que o montante refletido na rubrica "Provisões", que em 31 de dezembro de 2013, ascendia a 29.107,11 euros, é adequado para fazer face aos riscos identificados.

A evolução das provisões é detalhada conforme segue:

	31/12/2013				
Provisões para Riscos e Encargos	Saldo em 01-01-2013	Aumentos	Reduções	Utilizações	Saldo Final em 31-12-2013
Processos Judiciais em curso	27 182,40	1 924,71	0,00	0,00	29 107,11
Total	27 182,40	1 924,71	0,00	0,00	29 107,11

	31/12/2012 (reexpresso)				
Provisões para Riscos e Encargos	Saldo em 01-01-2012	Aumentos	Reduções	Utilizações	Saldo Final em 31-12-2012
Processos Judiciais em curso	33 343,74	27 182,40	(23 343,74)	(10 000,00)	27 182,40
Total	33 343,74	27 182,40	(23 343,74)	(10 000,00)	27 182,40

NOTA 30 - SUBSÍDIOS OBTIDOS

30.1 - Subsídios ao Investimento

Os movimentos relativos ao subsídio obtido do governo é como se segue:

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			31/12/2013				
			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo	
						Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	PROMAB	0,00	3 096 572,87	11 801 978,67	0,00	0,00
Total			0,00	3 096 572,87	11 801 978,67	0,00	0,00

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			31/12/2012 (reexpresso)				
			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo	
						Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	PROMAB	0,00	395 172,00	14 818 936,63	0,00	0,00
Total			0,00	395 172,00	14 818 936,63	0,00	0,00

Conforme referido na nota 8, foi reconhecida a integração do subsídio ao investimento no valor de 2.701.400,87 euros, correspondente à proporção da perda por imparidade reconhecida para o ativo subjacente à atribuição do subsídio.

O valor do subsídio foi corrigido do efeito da alteração de taxa de impostos sobre o rendimento no montante de 288.475,00 euros, decorrente da aplicação da lei 2/2014 (reforma do IRC) que determinou a redução da taxa de IRC para 23% conjugado com a taxa de derrama municipal de 1,5%.

Os valores são reconhecidos como rédito, à medida que os bens subsidiados vão sendo depreciados e de acordo com a vida útil dos mesmos.

NOTA 31 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e gastos similares suportados, são detalhados conforme se segue:

Juros e gastos similares		31/12/2013	31/12/2012 (reexpresso)
Juros com financiamentos obtidos	Empréstimos obtidos	167 448,57	404 964,27
	Contas caucionadas	186 256,18	995 185,57
	Acionista	1 386 290,31	749 420,75
	Subtotais	1 739 995,06	2 149 570,59
Liquidações negativas das operações de cobertura de risco de taxa de juro (SWAPS)	BCP	34 926,89	191 285,46
	BPI	764 765,91	717 020,69
	Subtotais	799 692,80	908 306,15
Juros com Papel Comercial	BCP	0,00	47 961,22
	BPI	9 662,10	100 633,22
	Subtotais	9 662,10	148 594,44
Outros gastos e perdas de financiamento	Comissões	91 985,44	171 812,47
	Imposto do Selo	27 490,97	151 780,53
	Subtotais	119 476,41	323 593,00
Totais		2 668 826,37	3 530 064,18

A diminuição dos gastos de financiamento, comparativamente ao exercício anterior, resultam essencialmente dos seguintes efeitos:

(i) no 1º trimestre de 2013 a MARL, SA deixou de reconhecer encargos financeiros associados a uma operação de cobertura de SWAPS, pelo facto deste contrato ter atingido a sua maturidade em 15 de fevereiro de 2013;

(ii) o endividamento bancário da MARL, tem vindo a ser substituído pelo reforço de prestações acessórias de capital realizadas pela empresa mãe, em condições financeiras mais vantajosas e no âmbito da estratégia de concentração de crédito das empresas do Grupo, na SIMAB.

NOTA 32 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 24,5%.

Foram reexpressos os comparativos de 2012 relativos ao valor dos impostos diferidos na sequência do desreconhecimento do valor de impostos diferidos, conforme referido na nota 5.